



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

*O Tratado de Lisboa e a adaptação dos Parlamentos nacionais aos desafios da
integração europeia: o caso dos representantes permanentes dos Parlamentos
junto das instituições da União Europeia*

Nome do Autor: Licenciado Bruno Alexandre Dias Pinheiro

Nome do Orientador: Professor Doutor Marcos Farias Ferreira



**Relatório profissional de atividade para obtenção de grau de Mestre
em Relações Internacionais (Estudos Europeus) pelo ISCSP-UTL**

**Lisboa
2012**

ÍNDICE

I. Introdução	5
1.1. Enquadramento	5
1.2. Escolha do tema e relevância do percurso profissional	6
1.3. Estrutura do relatório e nota metodológica	11
II. Enquadramento teórico	13
2.1. O papel dos Parlamentos: legitimidade e perceção de défice democrático	15
2.1.1. A heterogeneidade dos Parlamentos nacionais	15
2.1.2. As questões de legitimidade e a perceção do défice democrático	27
2.2. A europeização dos Parlamentos nacionais	32
2.3. Sobre o papel dos Parlamentos e a governação multinível europeia	37
2.3.1. Que papel para os Parlamentos nacionais?	37
2.3.2. A “governação multinível” e a interdependência parlamentar	39
- Conclusões	41
III. Enquadramento histórico e institucional	45
3.1. As revisões dos Tratados da Comunidade Europeia/UE e o papel dos Parlamentos	45
3.2. O Tratado de Lisboa e os Parlamentos nacionais: a afirmação institucional e o reconhecimento político	48
- Conclusões preliminares	50
3.3. A cooperação interparlamentar	51
- Conclusões e desafios da cooperação interparlamentar	54
3.4. O acompanhamento, apreciação e pronúncia pela AR sobre o processo de construção da UE	57
3.4.1. Da base constitucional e jurídica	57
3.4.2. Os mecanismos de acompanhamento, apreciação e pronúncia da AR no processo de construção da UE	58

- Conclusões e desafios	61
IV. Relatório profissional da atividade de Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia	63
4.1.Enquadramento: a representação dos Parlamentos em Bruxelas	63
4.2.As principais funções de um representante permanente de um Parlamento nacional	69
4.3.O representante permanente da AR junto da UE	72
4.3.1. Mandato e definição de funções	72
4.3.2. As funções desempenhadas: o aprofundamento e a crescente relevância do cargo e a importância da organização do tempo	74
V. Conclusões e observações críticas	112
5.1. Conclusões gerais	112
5.2. A representação permanente da AR em Bruxelas: conclusões e avaliação crítica	113
5.2.1. Dimensão crítica orientada para o escrutínio dos assuntos europeus na AR	114
5.2.2. Dimensão crítica sobre a atividade profissional desempenhada	121
VI. Bibliografia	125
VII. Lista de anexos	130

Agradecimentos

A apresentação deste relatório profissional de atividade é o culminar de um percurso pessoal e profissional que não teria sido possível sem a presença, o apoio e a motivação que me foram transmitidos por várias pessoas. Antes de mais, devo um público reconhecimento à minha Mãe e Avó, que me deram o mundo e as condições para me poder realizar como homem e profissional. Devo-lhes tudo.

Na minha ainda curta carreira profissional, tive oportunidade de aprender e trabalhar com várias pessoas que me marcaram e a quem agradeço aqui os ensinamentos e, em grande parte dos casos, a amizade. Em primeiro lugar, ao José Augusto Duarte, Ministro Plenipotenciário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela constante motivação que me incutiu, e pelo exemplo de liderança que tanto admiro. Na Assembleia da República, a qualidade humana e profissional é tanta que se torna difícil identificar todos. Ainda assim, cumpre-me agradecer à Cláudia Ribeiro, à Ana Vargas e ao José Manuel Araújo, que, mais do que chefes, foram sempre colegas e amigos disponíveis a ensinar-me, ao João Nuno Amaral, um Amigo e exemplo (a quem devo os créditos pela foto na capa), à Nélia Monte Cid, pela presença forte e serena, à Maria Teresa Paulo, à Maria João Costa, à Maria João Godinho, à Cristina Correia, ao José Manuel Correia e, sempre, à Ana Fraga e à sua memória, com quem aprendi a pensar a Europa de forma crítica. Cumpre-me também deixar uma palavra de agradecimento à Juíza-Conselheira Adelina Sá Carvalho, por todo o apoio sempre me deu enquanto secretária geral da AR. Agradeço ainda a todos os meus colegas em Bruxelas, representantes dos outros Parlamentos, colegas do Parlamento Europeu, da Comissão, do Conselho e da REPER, por terem tornado a minha experiência em Bruxelas tão enriquecedora.

É gratificante poder apresentar este trabalho no ISCSP, onde me formei. Agradeço a todo o corpo docente do ISCSP e aos meus colegas pela experiência marcante que é ser aluno desta escola. Uma palavra final para o Professor Marcos Farias Ferreira, orientador deste relatório, e responsável pela motivação e incentivo constantes em fazê-lo.

Dedico este trabalho à Vera, meu porto seguro de felicidade, e ao nosso Vicente para que, como sugere Pessoa, busque na sua vida, "*Não o prazer, não a glória, não o poder: a liberdade, unicamente a liberdade*".

I. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento

O presente projeto de relatório profissional enquadra-se nas disposições previstas no Regulamento geral dos cursos do 2º ciclo de estudos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP-UTL) designadamente o n.º 2 alínea b) do artigo 11.º, o qual estipula que os candidatos que *“tenham obtido o grau de licenciado em ciclos de estudos anteriores à entrada em vigor do Processo de Bolonha, são admitidos à apresentação da dissertação (...) no caso de terem mais de 5 anos de experiência profissional relevante”*, e podem optar por apresentar *“um relatório sobre a sua atividade profissional que será objeto de prova pública, nos termos a definir pelo Conselho Científico.”*

Face ao que precede, e sendo o candidato detentor de cinco anos de experiência profissional na área das relações internacionais, como assessor da Comissão de Assuntos Europeus (CAE) da Assembleia da República (AR) e, em particular, como representante deste Parlamento junto da troica presidencial da Presidência do Conselho da UE (janeiro de 2007 a junho de 2008) e como representante permanente junto das instituições da União Europeia (UE, desde setembro de 2010 até ao presente), propõe-se elaborar um relatório profissional nos termos do n.º 1 do Artigo 23.º do referido Regulamento, ou seja, *“um relatório detalhado sobre a atividade profissional desenvolvida e o tipo de competências adquiridas”*.

Por conseguinte, este relatório profissional tem como tema *O Tratado de Lisboa e a adaptação dos Parlamentos nacionais (PN) aos desafios da integração europeia: o caso dos representantes dos Parlamentos junto das instituições da UE*.

Sendo o candidato atualmente o Representante Permanente da AR junto da UE, o objeto central deste relatório será a descrição detalhada da atividade desempenhada nestas funções, no período compreendido entre setembro de 2010 e 30 de setembro de 2012, sublinhando as competências adquiridas, e procurando, sempre que possível, promover uma dimensão crítica

orientada para o trabalho da AR neste domínio, bem como a busca de soluções para os problemas concretos que tenham surgido durante este percurso profissional.

O objetivo a que nos propomos é o de demonstrar a relevância prática para os PN, em geral, e para a AR, em particular, de uma representação permanente junto das instituições da UE, no que diz respeito à sua atividade de acompanhamento, apreciação e pronúncia sobre o processo de construção europeia.

É importante precisar que este relatório profissional de atividade, conducente ao grau de mestre em relações internacionais, obedece a um formato específico na sua elaboração, que privilegia a descrição detalhada das funções desempenhadas, devidamente enquadradas e conceptualizadas do ponto de vista académico. Como tal, o tratamento conceptual e académico dado a esta temática conhece algumas limitações.

Por este motivo, é nossa intenção, uma vez concluído o presente ciclo de estudos com este relatório, apresentarmos a candidatura ao programa de doutoramento em relações internacionais, que possa refletir sobre a mesma temática, mas que possa incidir de forma mais desenvolvida na dimensão académica e científica desta vasta área de estudo que é o aprofundamento da participação dos PN no processo de integração europeia.

1.2. Escolha do tema e relevância do percurso profissional

O tema escolhido e o enfoque que pretendemos dar ao seu tratamento decorrem de dois motivos principais.

Em primeiro lugar, e com particular relevo para o tipo de trabalho que aqui se apresenta, o percurso profissional realizado pelo mestrando tem sido marcado por uma predominância dos temas europeus. Com efeito, desde a primeira experiência profissional após a finalização da licenciatura em Relações Internacionais no ISCSP, que foi no Gabinete de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Dr. Carlos Costa Neves, até ao ingresso na carreira de assessor parlamentar do quadro de pessoal da AR, colocado na CAE desde

setembro de 2006, as matérias relacionadas com a integração europeia foram determinantes nas competências adquiridas. Por outro lado, e no que concerne ao saber granjeado, a diversidade de temas que estiveram sob nossa responsabilidade, decorrentes da própria complexidade do processo de integração europeia, tendem a promover uma visão mais global do fenómeno político, jurídico e institucional que é a construção europeia, com especial enfoque na participação de Portugal neste projeto. Por fim, e apesar de se tratar de um percurso profissional ainda relativamente curto (de 2003 ao até ao presente), tivemos já a oportunidade de trabalhar sobre estas matérias em ambientes institucionais diversos, seja no Governo, seja na AR, mas também no Parlamento Europeu e na troica presidencial da UE, o que permitiu não só conhecer diferentes culturas e perspectivas institucionais sobre o projeto de integração europeia a nível nacional, mas também contactar com a realidade das instituições da União, num ambiente multicultural e onde os vários interesses e objetivos de política europeia dos vários Estados membros se projetam diariamente.

Porém, e em segundo lugar, a escolha concreta deste tema resulta do facto de que o percurso do mestrando na AR ter sido, até ao presente momento, o mais enriquecedor, diversificado e desafiante profissionalmente, além de representar cerca de metade da carreira profissional (de 2006 até ao presente). Como teremos oportunidade de explicitar no enquadramento teórico do objeto deste relatório, o aprofundamento da integração europeia, desde 1957, teve como efeito colateral aquilo que poderíamos designar de um enfraquecimento das legislaturas nacionais, em prol de um cariz acentuadamente governamental e executivo do projeto europeu. Com efeito, as sucessivas transferências, para a esfera comunitária, de competências até então tradicionalmente consignadas aos Parlamentos, veio alterar profundamente o modo como estes participam não só na tomada de decisão, mas também no próprio processo de formulação das políticas, agora transferido para o “centro” de um novo sistema no qual os Parlamentos não têm um papel definido. Ora, como procuraremos demonstrar, este novo quadro desencadeou vários processos de adaptação dos Parlamentos à dinâmica de integração europeia, num processo que não é uniforme, nem simultâneo, mas no qual procuraremos identificar alguns padrões constantes e comuns às várias Câmaras parlamentares que nele participam.

No caso concreto da AR, este processo conheceu um avanço notável desde 2006 até ao presente, com a aprovação e entrada em vigor da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativa ao *Acompanhamento, apreciação e pronúncia da AR no processo de construção da UE*, que é um marco decisivo na adaptação deste Parlamento aos desafios europeus. Ora, a entrada em vigor desta Lei e a sua implementação coincidiram com o início da carreira profissional do mestrando neste órgão de soberania. Por conseguinte, o essencial da nossa carreira no Parlamento tem sido dedicado à implementação e operacionalização práticas deste diploma.

Para finalizar, no tocante às motivações para a escolha desta temática, devemos referir que, concomitantemente aos processos de adaptação que cada Parlamento, o envolvimento dos PN na UE tem sido objeto de atenção por parte das instituições europeias envolvidas nas revisões dos Tratados, pelo menos, desde o Tratado de Maastricht, assinado a 7 de fevereiro de 1992, tendo culminado com a revisão feita através do Tratado de Lisboa que, como teremos oportunidade de descrever, é o primeiro Tratado da história da integração europeia que contém no seu articulado uma menção explícita ao papel dos PN.

Face ao que precede, e dado que as atuais funções de Representante Permanente da administração da AR junto da UE são desempenhadas no contexto de transição para uma nova realidade com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a escolha do objeto deste relatório profissional como sendo *O Tratado de Lisboa e a adaptação dos PN aos desafios da integração europeia: o caso dos representantes dos Parlamentos junto das instituições da UE* justifica-se no quadro do estudo dos processos e mecanismos que os vários Parlamentos foram pondo em prática para reforçar a sua participação no processo de integração europeia.

À data de elaboração deste relatório, a UE conta com 27 estados membros, aos quais correspondem 40 câmaras parlamentares. Ora, como em qualquer processo político-institucional ao nível europeu, não é possível identificar uma abordagem única e unívoca ao papel que os PN podem e querem desempenhar a nível europeu, pois tal é influenciado pelas diferentes matrizes históricas, constitucionais e políticas, bem como pelas diferentes dinâmicas interinstitucionais a nível nacional.

Porém, há um aspeto que é comum: para que os PN possam desempenhar um papel mais efetivo na construção europeia, acompanhando a ação dos respetivos Governos, pronunciando-se sobre as opções estratégicas e sobre as propostas legislativas, ao nível da UE, carecem de informação atempada, pertinente, contextualizada e objetiva do trabalho das instituições da UE. E para obter essa informação, apesar de os Parlamentos disporem, na maioria dos casos, de disposições constitucionais e legais nacionais que obrigam os Governos a prestarem-lhe informação sobre os temas e negociações em curso ao nível da UE, uma maioria significativa dos PN tomaram a opção política de criar a sua própria fonte de informação em Bruxelas: o destacamento de um funcionário para estar em permanência junto das instituições europeias, obtendo elementos relevantes para a atividade parlamentar no domínio europeu, sem mediação dos Governos ou das instituições. Este é, efetivamente um traço comum do trabalho atual dos PN no quadro europeu: à data de elaboração deste relatório, 38 das 40 câmaras parlamentares (ou 26 de 27 Estados membros) têm um representante permanente junto das instituições da UE¹.

O Tratado de Lisboa, em vigor desde o dia 1 de dezembro de 2009, veio consagrar uma série de disposições relativas ao papel dos PN (PN) na UE que não conhece precedente na da integração europeia: é a primeira vez que um Tratado no âmbito da UE contém um artigo específico (artigo 12.º do Tratado sobre a UE (TUE)) dispondo que *"Os PN contribuem ativamente para o bom funcionamento da União"*, designadamente através de uma série de mecanismos e competências previstos ao longo do deste TUE e do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE), bem como em dois Protocolos anexos² ao Tratado de Lisboa.

Neste relatório, e como enquadramento geral no qual a nossa atividade é desempenhada, discutiremos estes vários mecanismos, não só do ponto de vista da sua conceptualização teórica, mas - sobretudo - da perspetiva da sua operacionalidade e efetividade prática.

Será dado um enfoque à evolução histórica da participação dos PN na integração europeia, bem como à consagração deste movimento nos Tratados e suas sucessivas revisões. O objetivo é dar nota de um certo enfraquecimento das legislaturas nacionais como resultado da

¹ Apenas o Parlamento eslovaco e o Conselho nacional esloveno não estão representados.

² Protocolo n.º1 relativo ao papel dos PN na UE e Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

construção política da UE, alicerçada num triângulo institucional entre a Comissão Europeia, o Conselho e o Parlamento Europeu, e na qual tem havido uma preponderância marcada do executivo, seja através do carácter supranacional da Comissão Europeia, ou pelo facto de o legislador comunitário ter sido, até às revisões dos Tratados ocorridas em Nice e com o Tratado de Lisboa, quase exclusivamente o Conselho. De facto, e no tocante ao Parlamento Europeu, apenas com o Tratado de Lisboa esta instituição viu plenamente reconhecido o seu papel de co-legislador, através da generalização do processo legislativo ordinário (codecisão) à maioria das áreas de ação da UE.

Neste quadro, algumas das competências nucleares dos PN foram progressivamente transferidas para o nível comunitário, sem que, em vários casos, tenham sido criados os devidos mecanismos de compensação, seja ao nível da fiscalização política da atividade dos Governos no domínio europeu, seja no que diz respeito à pronúncia parlamentar sobre as propostas estratégicas e/ou legislativas europeias, de modo a que a legitimidade de uns e o impacto de outras possam estar devidamente assegurados pelas instituições que diretamente representam os cidadãos europeus.

Como tal, ao mesmo tempo que os vários Parlamentos foram desenvolvendo mecanismos para reforçar a sua participação no processo de integração europeia, foi-se desenvolvendo a perceção de que o aprofundamento da UE carecia de uma ligação mais próxima e direta aos cidadãos, de modo a superar a existência daquilo a que alguns autores classificaram de *défice démocratique* na edificação do ideal europeu.

Face ao que precede, este relatório profissional procurará utilizar a literatura relevante sobre esta temática para, de um ponto de vista prático, discutir o modo como a decisão de os PN da UE de estarem representados de forma permanente junto das instituições comunitárias representou um incremento no seu processo de adaptação à integração europeia. Sempre que possível, ilustraremos com exemplos concretos deste trabalho, o modo como a rede de representantes dos PN em Bruxelas contribui substancialmente para a atividade de acompanhamento dos assuntos europeus. Do mesmo modo, procuraremos estabelecer paralelos e comparações com o modo de trabalhar dos diversos Parlamentos, sempre que tal se revele pertinente para a dimensão crítica deste trabalho, numa lógica de boas práticas.

1.3. Estrutura do relatório e nota metodológica

Este relatório profissional começa por fornecer, na presente introdução, um enquadramento genérico do seu objeto, mas também das motivações subjacentes à sua delimitação, decorrentes da experiência profissional do candidato e da natureza específica desta modalidade de dissertação, que parte de um enquadramento teórico com incidência na área científica das relações internacionais, enquanto base para a descrição detalhada de atividades profissionais que é o cerne do presente trabalho.

Assim sendo, a secção II procura apresentar as principais correntes teóricas e académicas sobre o papel dos PN na UE, procurando estabelecer as traves-mestras de uma conceção dos PN como atores relevantes e influentes no processo de formulação das políticas europeias, no quadro da transformação ou da adaptação da democracia parlamentar (*europeização*) à comunidade política *multinível* que hoje é a UE.

Como tal, discutiremos a literatura relevante sobre as questões da legitimidade no processo de integração europeia, bem como a operacionalização do conceito de Parlamento nacional neste domínio. Procuraremos estabelecer que a heterogeneidade na natureza, nas competências e no modo de trabalhar dos vários Parlamentos devem mitigar, de certo modo, a generalização que por vezes é feita da participação dos Parlamentos na UE.

Com efeito, os diferentes Parlamentos têm vindo a adaptar-se de forma igualmente distinta ao processo de integração europeia. Deste modo, as reformas institucionais e as adaptações práticas e operacionais no modo de trabalhar dos PN neste domínio levam-nos ao conceito de *europeização* dos Parlamentos³, o qual, como procuraremos ilustrar, tem impactos diferentes nos vários Parlamentos.

³ São relevantes os trabalhos de Auel, K. e Benz, A (2005), *The Politics of Adaptation: the Europeanisation of National Parliamentary Systems*, *Journal of Legislative Studies*, 11(2), pp. 372-39;3; Besselink, L. (2007). *A composite European Constitution*, Groningen: European Law Publishing; Raunio, T. and Wiberg, M. (2010);. *How to Measure the Europeanisation of a National Legislature?*, *Scandinavian Political Studies*, 33(1), pp. 74-92.; e Kiiver, P. (2006 a). *National parliaments in the European Union: a critical view on EU constitution-building*. Aspen Publishers.

A secção III procurará complementar a anterior com um enquadramento histórico e institucional, ou seja, a evolução das perceções política e institucional europeia sobre os PN, do ponto de vista das disposições constantes nos Tratados, mas também dos mecanismos desenvolvidos para reforçar o seu envolvimento na integração europeia. Dado que a instituição de referência para a elaboração deste relatório é a Assembleia da República de Portugal, será dado especial enfoque ao processo de europeização deste Parlamento.

A secção IV, cerne deste relatório, fará uma descrição detalhada das funções desempenhadas pelo candidato enquanto Representante Permanente (antena, na designação mais comum entre nós) da AR junto das instituições da UE, promovendo, sempre que seja pertinente, uma dimensão crítica orientada para o trabalho da própria instituição. Aqui, procuraremos beneficiar dos quadros teórico e histórico-institucional estabelecidos antes, para explicitar a dimensão operacional do trabalho dos PN no plano europeu.

Sendo este relatório profissional, por definição, orientado para uma dimensão prática do objeto de estudo, procuraremos, ao longo dos vários capítulos, elaborar conclusões parcelares que permitam fazer a ligação entre aquele quadro teórico, a prática relevante das atividades desempenhadas e a dimensão crítica relativa à AR.

Como tal, no Capítulo V, dedicado às conclusões e avaliação crítica, procuraremos identificar tendências neste processo de europeização dos PN, relevando a importância da presença de um representante permanente de cada Câmara parlamentar em Bruxelas para afirmar o seu papel num ambiente de informação assimétrica, onde o sistema de governação é multinível, e caracterizado por mecanismos de tomada de decisão e de implementação das decisões bastante complexo.

Do ponto de vista metodológico, este relatório é, essencialmente de natureza empírica e heurística, i.e., procura através da técnica baseada na experiência profissional promover um conhecimento mais aprofundado desta área, orientado para a resolução de problemas e para a identificação de novos padrões de comportamento dos atores institucionais que operam neste ambiente, designadamente os PN.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O trabalho de Niblock⁴, na década de 70 do século XX, no qual enunciava criticamente o facto de o envolvimento dos PN da então Comunidade Económica Europeia (CEE) no processo de decisão se cingir aos processos de ratificação e de transposição de diretivas, sem qualquer pronúncia *ex ante*, foi das primeiras incursões académicas sobre esta temática.

Porém, foi partir da década de 90 que a literatura sobre a participação dos PN se começou a desenvolver, o que se deve, em nosso entender, à transformação ocorrida no projeto de integração europeia através do Ato Único Europeu, em 1986, e os consequentes objetivos de realização do mercado interno até 1 de janeiro de 1993⁵, operada através da aprovação e implementação de legislação comunitária a um ritmo até aí sem precedentes. Com efeito, este período veio colocar em evidência que o processo de tomada de decisão a nível da CEE era caracterizado por uma dimensão de supranacionalidade em domínios tradicionalmente da competência das legislaturas nacionais, que passaram a ver o seu papel reduzido à transposição de atos legislativos emanados das instituições comunitárias, sobre as quais não exerciam qualquer tipo de fiscalização.

Como refere MacCárthaigh⁶, “(...) o projeto de integração europeu tem sido prejudicial para o desenvolvimento dos PN”. Este autor acrescenta mesmo que “sendo, já de si, difícil envolverem-se adequadamente no trabalho dos seus respetivos governos, os Parlamentos sofreram uma erosão adicional na sua influência devido à pertença à UE, cujo Tratados ratificam periodicamente”. Efetivamente, esta mudança na influência legislativa dos Parlamentos para as instituições europeias acentua, no seu entender, “a tese do declínio dos Parlamentos”.

MacCárthaigh refere ainda que “a natureza única da UE é uma das principais razões pelas quais as legislaturas nacionais têm dificuldade em lidar com as matérias europeias, que se situam

⁴ Niblock M. (1971). *The EEC: national Parliaments in Community decision making*, London: Chatham House.

⁵ Sobre o Ato Único Europeu, ver

http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_pt.htm

⁶ MacCárthaigh, M (2005). Conceptualising the role of national parliaments in the EU system of governance. *Geary Institute Discussion Paper Series*, 9, 19.

algures entre a política doméstica e a política externa. Tradicionalmente, as legislaturas elegem governos e as constituições confiam a esses governos o poder de conduzir os assuntos externos e assinar Tratados. (...) Em parte, a aparente procura insaciável de escrutínio dos assuntos europeus pelos PN providencia uma certa *compensação* pela perda de soberania sobre matérias legislativas que estes Parlamentos sofreram com o projeto europeu”.

Ora, se a estes fatores juntarmos o facto de que, já em 2004, o relatório bianual da Conferência de Comissões Parlamentares de Assuntos Europeus (COSAC) referir que a “definição do papel dos PN na arquitetura da UE ter sido objeto das Conferências Intergovernamentais nos últimos 12 anos”, encontramos os vários elementos que têm despertado a atenção da academia para esta temática. A literatura disponível permite-nos encontrar um quadro de referência teórico que beneficie o enquadramento deste trabalho, sendo que, dada a natureza do mesmo, optámos por seleccionar alguns dos trabalhos mais relevantes e que sirvam o seu objeto.

Assim sendo, e sobre a temática concreta dos PN, seguiremos de perto os trabalhos de Philip Norton⁷, de K. Auel⁸ e Arthur Benz⁹, de Philip Kiiver¹⁰, bem como os contributos de Tapio Raunio¹¹ e de Andreas Maurer e Wessels¹². Daremos, ainda, ênfase aos trabalhos de Davor Jančić¹³, cuja tese de doutoramento sobre esta temática é a obra mais recente do género, com a particularidade de dedicar um capítulo específico à AR.

Isto permitir-nos-á dispor de um quadro teórico que contribua para responder à questão central deste trabalho: *de que modo é que os PN, heterogéneos e originários de matrizes*

⁷ Norton, P. (2003). National Parliaments and the European Union. *Managerial Law*, 45 (5/6), 5-25

⁸ Auel, K. (2007). Democratic Accountability and National Parliaments: Redefining the Impact of Parliamentary Scrutiny in EU affairs, *European Law Journal*, 13(4). 487-504.

⁹ Auel e Benz (2005), op. cit.

¹⁰ Kiiver, P. (2006 a). *National parliaments in the European Union: a critical view on EU constitution-building*. Aspen Publishers.

¹¹ Raunio, T. (2005). Much ado about nothing? National legislatures in the EU Constitutional Treaty. *European Integration online Papers*, 9 (9).

Raunio, T. (2009). National Parliaments and European Integration: What We Know and Agenda for Future Research, *Journal of Legislative Studies*, 15(4), 317-334.

Raunio, T. (2010), op.cit.

¹² Maurer, A. and Wessels, W. (2001). National Parliaments After Amsterdam: From Slow Adapters to National Players?, in A. Maurer and W. Wessels (eds), *National Parliaments on Their Ways to Europe: Losers or Latecomers?*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft

históricas e constitucionais diversas, reagem e se adaptam à dinâmica político-institucional da integração europeia e, em concreto, qual o contributo e o valor acrescentado de uma representação permanente destas legislaturas junto das instituições europeias para esse processo de adequação a um ambiente que lhes coloca, simultaneamente, desafios, limitações e oportunidades comuns.

Em síntese, são três os argumentos de base para afirmar a importância dos PN no processo de construção europeia: i) a tese da *desparlamentarização*¹⁴, segundo a qual os PN perderam grande parte das prerrogativas de controlo e de escrutínio dos seus governos em matéria de política europeia, com a predominância do vetor executivo da integração europeia; ii) Os PN têm uma legitimidade e um papel únicos no quadro democrático nacional. Como tal, o problema da *desparlamentarização* não pode ser resolvido apenas através da atribuição de novos poderes ao PE¹⁵; iii) os PN têm um papel especificamente relevante a desempenhar no que diz respeito à observância do princípio da subsidiariedade, ou seja, assegurando-se de que os objetivos de um determinado ato legislativo comunitário são melhor alcançados a nível europeu do que a nível nacional.

2.1. O papel dos PN: legitimidade e perceção de défice democrático

2.1.1. A heterogeneidade dos PN

O presente relatório não tem como objeto estabelecer uma definição conceptual do que é um Parlamento, e sobretudo não ambiciona prover a uma definição teórica do que é um Parlamento nacional no quadro da UE. Vários autores se debruçaram já sobre esta temática, avançando com operacionalizações baseadas nas funções que os Parlamentos desempenham tradicionalmente e, com maior relevância para o nosso estudo, como se adaptaram, no exercício dessas funções, ao processo de integração europeia.

¹³ Jančić, D. (2011). *National Parliaments and European constitutionalism: accountability beyond borders*. University of Utrecht

¹⁴ O'Brennan, J. and Raunio, T. (eds) (2007). *National Parliaments Within the Enlarged European Union: From Victims of Integration to Competitive Actors?*. Abingdon: Routledge.

A este propósito, é particularmente relevante o notável trabalho editado por Maurer e Wessels¹⁶, no qual fazem uma exaustiva descrição dos procedimentos adotados nos quinze Estados membros da UE à época, procurando estabelecer ligações entre a dimensão legal e constitucional da participação dos Parlamentos e o seu impacto nos padrões efetivos de envolvimento no debate sobre as opções políticas a nível europeu.

Estas abordagens, ainda que muito bem estruturadas do ponto de vista da enunciação dos poderes formais dos Parlamentos, ficam ainda distantes da ênfase necessária à dimensão prática do trabalho dos PN no âmbito da UE, nomeadamente o modo como individualmente têm procurado posicionar-se neste processo, bem como, numa dimensão mais coletiva, os efeitos práticos do desenvolvimento da cooperação interparlamentar. Como Maurer e Wessels concluem, os resultados obtidos apontam para um nível considerável de adaptação constitucional, legal e procedimental, i.e., adoção de disposições constitucionais e legislativas sobre o envolvimento dos Parlamentos no assuntos europeus, ou a criação de Comissões parlamentares especializadas nesta matéria, mas um “impacto modesto no que diz respeito ao seu padrão real de envolvimento”.¹⁷ Por outro lado, este estudo revela também a existência de variações significativas entre os diversos Parlamentos e o modo como se adaptam a este novo contexto europeu, concluindo que “a grande maioria dos Parlamentos têm tido uma adaptação lenta e atrasada”¹⁸ à integração europeia.

Por outro lado, e como nota Auel¹⁹, nestes estudos “(...) as forças e as fraquezas das disposições institucionais são geralmente avaliadas de acordo com o âmbito, o *timing*, a gestão e o impacto do escrutínio”, o que permite a Maurer e Wessels estabelecer uma matriz comparativa²⁰ entre os Parlamentos, catalogando-os entre:

¹⁵ Cooper, I. (2011). A "virtual third chamber for the EU"? National Parliaments after the Treaty of Lisbon. *Arena working papers*, Centre for European Studies, University of Oslo.

¹⁶ Maurer e Wessels, eds (2001), op. cit.

¹⁷ Idem, ibidem, pp. 458 e seguintes.

¹⁸ Idem, ibidem, pp. 20.

¹⁹ Auel (2007), *Democratic Accountability and National Parliaments: Redefining the Impact of Parliamentary Scrutiny in EU affairs*, pp. 488-489

²⁰ Maurer e Wessels (2010), op. cit, pp. 34 e seguintes, e pp. 463 e seguintes

- atores multinível (*multilevel players*), ou seja, que dispõem de uma participação forte a nível da política doméstica e europeia dos respetivos governos (Dinamarca e Finlândia, e.g.);
- atores nacionais (*national players*), aqueles cuja ação é forte a nível nacional, mas fraca no domínio europeu (Áustria e Países Baixos, e.g.);
- atores europeus (*european players*), que revelam uma atividade intensa relativamente à condução da política europeia e mais frágil quanto à política doméstica (Parlamento Europeu);
- parlamentos de adaptação lenta, com pouca participação a ambos os níveis (Espanha, Portugal, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Itália).

Esta matriz oferece uma primeira categorização, cuja utilidade assenta em demonstrar as variações entre os vários Parlamentos, em evidenciar as disposições legais e procedimentais que adotaram ao longo do tempo, bem como a distância entre estas e a prática efetiva de escrutínio dos assuntos europeus. Porém, é importante precisar que este estudo é de 2001, num contexto em que era ainda difícil vislumbrar as tendências que se viriam a desenhar na década seguinte no processo de adaptação dos PN no estudo.

Mais tarde, em 2007, e sob égide da Presidência portuguesa da COSAC, o Secretariado desta Conferência produziu um relatório bianual²¹ no qual estabelece uma outra categorização útil no que diz respeito aos sistemas de escrutínio dos diversos Parlamentos.

Deste modo, diferencia entre os sistemas de base documental, no qual os Parlamentos se dedicam à análise dos documentos oriundos das instituições europeias (e.g. Câmara dos Comuns do Reino Unido), e os sistemas de base procedimental, que se debruçam sobre o processo decisional europeu, escrutinando as posições dos respetivos governos nas

²¹ 8º relatório bianual da COSAC, publicado em outubro de 2007 e disponível em http://cosac.eu/fr/documents/biannual/8th_biannual.pdf/

negociações no Conselho da UE, neste se incluindo os Parlamentos com sistemas de mandato (e.g. Dinamarca), em que as Comissões de Assuntos Europeus conferem aos ministros um mandato preciso para as negociações. Porém, este relatório conclui, com propriedade, que a maioria dos sistemas de escrutínio são um híbrido, pois combinam características dos dois modelos.

A maior relevância destes trabalhos que acabámos de enunciar para este enquadramento teórico é a de colocar em evidência uma das conclusões a que o relatório bianual da COSAC: “Naturalmente, há tantos sistemas de controlo parlamentar quantos Parlamentos existirem”²².

Com efeito, e sendo que este relatório, do ponto de vista metodológico, assenta a sua base numa abordagem essencialmente empírica, diremos que no caso do papel dos PN na UE é extremamente difícil, se não virtualmente impossível, avançar com uma definição comum, unívoca e rigorosa que os caracterize de forma clara. Quando falamos de PN na UE, referimo-nos a quarenta câmaras parlamentares correspondentes a vinte e sete Estados membros.

Entre estas câmaras parlamentares encontramos muitas diferenças. A título de exemplo, entre as 40 câmaras parlamentares que atualmente são consideradas como “PN”, encontramos Parlamentos que podem ser considerados clássicos ou tradicionais, como a AR, o *Riksdag* sueco ou o *Folketinget* dinamarquês, mas também o *Bundesrat* alemão que, como nota Philip Kiiver²³, “não é sequer um parlamento em termos de composição (...), pois compreende dezasseis executivos sub-nacionais” e, acrescenta, perante o qual o governo alemão “não é responsável”, ou a Câmara dos Lordes britânica, que é uma instituição não eleita, o Senado irlandês, que conta com representantes nomeados pelo 1º Ministro ou o Senado belga, que conta com os filhos do Rei como senadores vitalícios. Como tal, conclui Kiiver, “uma impressão errónea de homogeneidade (entre os Parlamentos) deve ser evitada”.

O mesmo autor acrescenta ainda que os PN, no âmbito da UE, são “invocados também como os *fora* para o debate público” sobre a construção europeia, desempenhando “um papel

²² 8º relatório bianual da COSAC, pp.12 e 13.

²³ Kiiver, P. (2006 a). *National parliaments in the European Union: a critical view on EU constitution-building*. Aspen Publishers. 22 e 23.

importante como o local reconhecível para deliberações, para aferir das posições extremas e como agente para implementar de uma responsabilização pública e moral, mais do que de natureza formal, relativamente ao governo²⁴”.

Para superar esta questão, Kiiver avança com uma definição operacional de Parlamento nacional como sendo “a assembleia representativa central de um Estado-Membro, que elege ou pelo menos pode demitir o Governo nacional, e perante a qual este é responsável”.²⁵

Esta operacionalização é complementada com a precisão que Kiiver faz sobre aquilo que designa de “funções europeias” dos PN:

1. as funções de **ratificação**, pois todos os Tratados constituintes europeus foram sujeitos à ratificação pelos vários Estados membros, bem como os atos de emenda aos Tratados ou os Tratados de adesão de novos Estados membros. Deve notar-se que estas funções têm sido, frequentemente, reveladoras do défice de informação a que os Parlamentos estão votados, pois as negociações dos Tratados são conduzidos pelos Governos no quadro do Conselho da UE, sem que os Parlamentos sejam necessariamente informados da evolução dos trabalhos. De facto, os Parlamentos, são apenas chamados a dar o assentimento final a um processo negocial relativamente ao qual, caso não tenha havido uma partilha de informação consistente e regular por parte do respetivo Governo, não têm qualquer perceção.

Como refere Kiiver, a propósito dos referendos ao Tratado que institui uma Constituição para a Europa em França e nos Países Baixos, “o *não* não se dirigiu tanto contra aquele Tratado (constitucional) em particular, nem mesmo contra a integração europeia como tal, mas (...) contra a maneira insatisfatória como a UE funciona hoje em dia”. Acrescenta, ainda, uma interrogação que nos parece fundamental para o nosso trabalho: “*que tipo de Europa é esta em que a única forma de contributo democrático (democratic input) é a rejeição ocasional de um Tratado?*”. Ora, no que diz respeito a esta função, quanto mais os Parlamento se virem envolvidos na

²⁴ Kiiver, P. *idem*, 22.

²⁵ Kiiver, *ibidem*, 21.

discussão pública das opções em discussão, maior será a sua capacidade de promover um efetivo envolvimento dos cidadãos nessas escolhas, conferindo um nível de legitimação ao processo que, caso contrário, não existe;

2. funções de **implementação**, relacionadas com o papel dos Paramentos enquanto legisladores domésticos, designadamente no que diz respeito à transposição de diretivas. Porém, uma vez mais, é preciso notar as disparidades de procedimentos entre os vários Estados membros, na medida em que o artigo 288.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE) dispõe que *“A diretiva vincula o Estado-Membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios.”* Tal significa que, em casos como o de Portugal, pode ser o governo a ratificar através de decreto-lei, com pouca participação do Parlamento, ainda que depois este possa ser chamado a adotar a necessária regulamentação. Ora, uma vez mais, a ausência de envolvimento dos Paramentos no processo negocial tendente à adoção de uma determinada diretiva que tenha um impacto específico num Estado-Membro pode revelar-se prejudicial;
3. funções de **responsabilização/controlo político** do governo, que resulta da natureza dos Paramentos como instituições representativas, na medida em que controlam e legitimam as ações do governo, funcionando como elo de ligação entre o governo e os cidadãos. Com efeito, consideramos que o escrutínio parlamentar e a responsabilidade ministerial não estão limitadas às políticas domésticas, mas cobrem também a atividade do governo na condução das relações externas e, em concreto, no âmbito de organizações internacionais. Porém, a complexidade do processo de formulação das políticas e da tomada de decisão a nível europeu, em que grande parte do trabalho é preparado não pelos ministros, mas por uma panóplia de instâncias como Comité de Representantes Permanentes (COREPER, que reúne os Embaixadores dos 27), em grupos de trabalho no Conselho ou nos Comités do chamado procedimento de Comitologia²⁶, torna muito mais difícil aos PN exercerem estas funções de controlo político se não dispuserem de meios para obter informação em tempo real,

²⁶ Para mais informação cfr. Artigos 290 e 291 do TFUE (atos delegados e atos de implementação) ou <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?language=en&type=IM-PRESS&reference=20100406STO72095>

contextualizada e objetiva sobre os vários procedimentos. A este respeito, e como nota Kiiver, “a otimização do acesso dos Paramentos à informação, e ao seu processamento, requer esforços organizativos adicionais²⁷”, além da vontade política do próprio Parlamento em exercer as funções de controlo político do Governo. Como tal, uma das razões pelas quais os Paramentos tomaram a decisão de nomear um funcionário como seu representante permanente junto da UE, é precisamente o “esforço organizativo adicional” a que Kiiver alude. Com efeito, uma presença permanente em Bruxelas permite tecer uma rede de contactos e de criar um acesso direto e *in loco* aos canais de informação em Bruxelas que habilita o Parlamento com um manancial de elementos para o desempenho desta função de responsabilização e controlo políticos que, de outra forma, não existiria. Na parte central deste relatório, teremos oportunidade de fornecer vários exemplos que ilustram esta afirmação.

Face ao que precede, e seguindo MacCártaigh²⁸, diremos que este trabalho assenta na noção de que “A UE não se trata, nem nunca se tratou, de encontrar o quadro institucional perfeito para a governação. Trata-se sim de encontrar soluções práticas e eficientes para problema comuns (...). Enquanto que o processo de tomada de decisão a nível europeu desafia os PN a adaptarem-se e a inovar constantemente, a sua natureza evolutiva permite a essa legislaturas influenciá-lo. (...) Os governos já não se podem dar ao luxo de ignorar as suas assembleias nacionais(...)” Assim sendo, considera-se que “*não há uma posição perfeita para os PN na infraestrutura institucional da UE* e, mais do que procurar estabelecê-la, estes Paramentos devem concentrar os seus esforços em fazer ouvir as suas vozes na fase o mais precoce possível do processo de governação europeia.”

O mesmo autor²⁹ refere que “é importante notar que a influência dos PN não começa nem termina com a COSAC e as várias disposições dos Tratados. “(...) *Os PN têm vindo a tentar aumentar a sua influência no processo europeu de tomada de decisão através do estabelecimento das suas representações em Bruxelas*³⁰”. Com efeito, à data de elaboração deste relatório, todas as Câmaras Parlamentares dos Estados membros da UE, com exceção do

²⁷ Kiiver (2006), op. cit, pp. 15

²⁸ MacCártaigh, M (2005). Conceptualising the role of national parliaments in the EU system of governance. *Geary Institute Discussion Paper Series*, 9, 29.

²⁹ Idem, ibidem, pp 12.

³⁰ Ênfase acrescentado.

Parlamento eslovaco e o Conselho Nacional esloveno) estão representadas em Bruxelas, através de “*gabinetes permanentes, situados nas instalações do Parlamento Europeu, e que reforçam a capacidade das legislaturas dos Estados membros de estarem informadas sobre os assuntos europeus e aumentarem os seus sistemas de alerta precoce*”, como conclui MacCártaigh.

Para tal, o que pretendemos nesta fase é deixar a seguinte precisão: não se pode falar, com propriedade e rigor metodológicos, de uma entidade designada “*PN na UE*”. Ainda que essa seja a terminologia que os Tratados da UE, desde Maastricht, viriam a adotar por conveniência jurídica e simplificação conceptual, na verdade, os PN não são uma instituição, não se afirmam como uma entidade monolítica, dotada de capacidade de decisão coletiva - nem tão pouco da coesão necessária para essa tomada de decisão, acrescente-se -, que fale a uma só voz e que procure atingir os mesmos objetivos comumente determinados. É importante rejeitar esta mistificação do que se entende, à primeira vista, por PN no âmbito da integração europeia, pois há uma tendência superficial para olhar para este processo de reforço do papel dos PN usando os mesmos quadros de referência com que se analisa o papel das instituições.

Se compararmos, por exemplo, com a notável evolução do papel do Parlamento Europeu, desde a Assembleia Parlamentar Europeia que teve a sua primeira reunião constituinte a 19 de março de 1958, em Estrasburgo³¹, até ao papel de legislador de pleno direito que o Tratado de Lisboa lhe veio atribuir, verificamos que tal só foi possível graças a uma coesão institucional e a uma vontade coletiva, que se sobrepõe a geometrias variáveis como orientações político-ideológicas ou cálculos de natureza nacional, que o PE teve ao longo deste processo, e que lhe permitiu falar a uma só voz no que diz respeito à afirmação do papel institucional que ambicionava ter. Como refere Richard Corbett³², antigo Deputado ao Parlamento Europeu, “(...)dado que não é controlado pelo executivo nem por nenhuma maioria governamental, (o PE) pode usar a sua independência com efeitos consideráveis”.

³¹ Sobre a evolução história do PE, ver <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP/TEXT+IM-PRESS+20080226BKG22350+0+DOC+XML+V0//PT>

³² Corbett, R.(2011). The EP and national Parliaments, *The European Parliament*, Bruxelas, Parlamento Europeu, 256.

Ora, não podemos analisar os PN sob o mesmo prisma, pois tratam-se de instituições de uma natureza substancialmente diferente, com matrizes constitucionais, políticas e históricas muito diversas, e cuja participação no processo de integração europeia assume formas igualmente diferentes. Como refere, ainda, MacCártaigh, “(...) *os PN não são um grupo homogéneo e não agem coletivamente para influenciar o sistema de governação europeu*”³³.

Como tal, é importante promover a desconstrução desta ideia pré-concebida sobre os Parlamentos, a qual contribui amiúde para enviesar um rigoroso entendimento do seu papel, antes afirmando aquilo que são os traços comuns identificáveis da sua atividade europeia, com a operacionalização conceptual das *funções europeias* de um *Parlamento nacional*, para daí poder retirar conclusões preliminares sobre a necessidade de os PN disporem de uma presença funcional em permanência junto das instituições europeias.

A representação permanente dos PN em Bruxelas significa uma resposta inovadora de carácter institucional, no caminho de adaptação das legislaturas à integração europeia, visando suprir lacunas e défices de acesso à informação e aos canais de comunicação a nível europeu, bem como beneficiar da troca de boas práticas entre os vários PN. Voltaremos a isto com maior detalhe um pouco mais à frente neste trabalho.

- **Questões terminológicas**

É muito frequente, na literatura sobre PN, encontrarmos referência a vários termos que caracterizam a sua atividade europeia, que são frequentemente utilizados sem diferenciação operacional. Assim sendo, é comum depararmo-nos com expressões como escrutínio (“*scrutiny*”), debate, exame minucioso (“*sifting*”), participação, envolvimento, fiscalização (“*oversight*”) ou controlo (“*control*”) dos PN. Esta não é uma questão de importância menor, na medida em que os termos utilizados, bem como o contexto em que são empregues, são reveladores de uma perceção pré-estabelecida quanto ao grau de participação dos PN na política europeia.

³³ MacCártaigh Conceptualising the role of national parliaments in the EU system of governance, 9.

Pela nossa parte, e notando que a própria utilização desta terminologia pode variar de Parlamento para Parlamento, por questões de natureza institucional, política, ou mesmo linguística, seguiremos uma abordagem que estabelece uma gradação entre os vários termos, do modo de participação menos intenso para aquele que é considerado mais forte.

Assim sendo, no lado mais fraco desta escala, temos a noção de “envolvimento” do Parlamento, termo vago e que pressupõe um estímulo exógeno para a sua participação, a qual contrasta com a ideia de “participação”, que pressupõe um certo nível de autoconsciência do Parlamento quanto ao seu papel. Em seguida, e num ponto intermédio da escala, teríamos o “debate” dos assuntos europeus, que implica alguma atividade e interação. Num ponto mais forte desta gradação, teríamos então o exame minucioso (“*sifting*”) de documentação, que corresponde à tradição britânica (Câmara dos Comuns) de analisar exaustivamente os vários documentos emanados das instituições europeias, bem como os memorandos com a posição do governo, seguido dos conceitos de fiscalização (“*oversight*”), que implica um acompanhamento mais ou menos criterioso da ação governativa em matéria europeia, e de escrutínio (“*scrutiny*”), que é a análise das propostas legislativas ou não-legislativas das instituições europeias, os debates havidos em Conselho sobre determinadas matérias e as posições aí defendidas pelo governo nacional, complementadas com uma pronúncia pelo Parlamento, sob forma de resolução ou de um parecer das Comissões Parlamentares competentes. Por fim, e no lado mais forte da ação europeia dos Parlamntos, temos o controlo (“*control*”), que é uma noção mais concreta e que se refere aos sistemas em que os Parlamntos emitem mandatos precisos que vinculam os seus governos no âmbito de negociações em sede de Conselho da UE.

No que diz respeito ao escrutínio, é frequente encontrarmos a distinção entre o escrutínio *ex-ante* e escrutínio *ex-post*. No que diz respeito ao escrutínio *ex-ante*, refere-se à atividade dos Parlamntos antes do ato legislativo europeu ser adotado, ou seja, o exame da documentação relacionada com uma determinada proposta (que pode incluir a análise da posição do governo, se disponibilizada) durante o processo de tomada de decisão a nível europeu. Nesta fase, pode ainda ter lugar a convocatória de membros do governo para estarem presentes no Parlamento, designadamente em sede de comissões parlamentares, para informar os deputados sobre o estado das negociações. Dependendo do sistema de escrutínio de cada Parlamento, a influência que este pode ter no processo pode assumir a forma de uma troca de impressões

com os deputados, uma resolução ou um parecer, ou ainda, nos casos em que vigora um sistema de mandato, pode o Parlamento emitir uma instrução clara de negociação para o Governo.

Quando ao escrutínio *ex-post*, concerne a consideração e o questionar sobre a atividade do governo, ou de um determinado ministro, após respetiva participação na tomada de decisão a nível europeu. De certo modo, este tipo de escrutínio corresponde à noção de responsabilização (“*accountability*”), pois implica que o governo responda por ações já tomadas e medidas já adotadas. A título de exemplo, enquadram-se aqui os relatórios anuais que os governos apresentam aos seus Parlamentos sobre a respetiva atividade na UE, nos quais descrevem as principais medidas e decisões tomadas.

Um dos aspetos mais determinantes para que os PN possam levar a cabo um escrutínio efetivo e consistente, seja *ex ante* ou *ex post*, é o acesso à informação. Vários autores³⁴ assinalaram a assimetria de informação entre os Parlamentos e os Governos, dos quais os primeiros tendem a depender para obter elementos que lhes permitam participar, envolver-se e escrutinar os assuntos europeus. No seu processo de adaptação, as alterações legais têm caminhado no sentido de os Parlamentos obterem “informação mais ou menos compreensiva da parte dos seus governos”. Ora, isto coloca os Parlamentos numa situação de *dependência* face aos executivos, na medida em que estes dispõem de uma larga margem de manobra para decidir sobre a informação a transmitir, bem como o *timing* de transmissão dessa informação. Como tal, os Parlamentos têm procurado diversificar as suas fontes de informação, seja através da cooperação com outros Parlamentos, seja através de inovações estratégicas como a nomeação de um *antena* junto das instituições europeias³⁵.

Para finalizar esta secção sobre questões terminológicas, e dado que o quadro legal e institucional no qual nos baseamos para a elaboração deste relatório é o da AR de Portugal, diremos que a lei que define as competências e funções deste Parlamento é a Lei n.º 21/2012³⁶, de 17 de maio, que procede à primeira alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto,

³⁴ E.g. Kiiver (2006) ou Raunio (2005).

³⁵ O 17.º relatório da COSAC versa precisamente; no seu capítulo 1, sobre o fluxo de informação disponível aos Parlamentos. Pode ser consultado em <http://www.cosac.eu/documents/bi-annual-reports-of-cosac/17br.pdf>

³⁶ Lei republicada disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/09600/0258202588.pdf>

relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela AR no âmbito do processo de construção da UE.

2.1.2. As questões de legitimidade e a perceção do défice democrático

É comum afirmar-se, com base no que dispõem os Tratados europeus, e como forma de afirmar o projeto europeu como algo orientado para os cidadãos e para os objetivos de paz, afirmação de valores comuns e prosperidade, que a UE se baseia numa dupla legitimidade democrática. De facto, e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 10º do TUE:

“Os cidadãos estão diretamente representados, ao nível da União, através do Parlamento Europeu.

Os estados membros estão representados no Conselho Europeu pelo respetivo Chefe de Estado ou de Governo e no Conselho pelos respetivos Governos, eles próprios democraticamente responsáveis, quer perante os respetivos Parlamentos, quer perante os seus cidadãos”.

Os Tratados codificam, assim, a base democrática da União, assente na legitimidade dos cidadãos e dos Estados membros.

Porém, a questão da legitimidade e da representatividade tem sido objeto de várias reflexões, não só sobre a natureza democrática do processo de integração europeia, como também no que diz respeito à perceção de um certo défice democrático na UE. John Kincaid³⁷, por exemplo, afirma que “a questão da representação na UE é difícil de abordar, em parte pelo facto de a União ser um alvo em movimento (*“moving target”*) sujeito a perturbações mais radicais do que as estabelecidas num sistema nacional de governação, e por outro lado, porque continuam a existir diferentes visões da União e várias interpretações da sua realidade”. Acrescenta ainda que “a representação é complicada dada a múltipla natureza composta da UE, que inclui uma mistura de princípios federais e confederais, um sistema territorial

composto por lealdades e interesses locais, regionais, nacionais e europeus (...), bem como as pressões cruzadas de interesses simbólicos e funcionais baseados na nacionalidade, ideologia, religião, classe, ocupação, género (...).”

É comum encontrarmos, na literatura sobre os Parlamento nacionais, uma ligação direta entre a noção de “défice democrático” e o papel que estes podem (e devem) desempenhar na arquitetura institucional da UE. Como nota Philip Norton³⁸, “o argumento para que os PN tenham um papel no processo de tomada de decisão europeu deriva da perceção de um déficit democrático na UE. Ou seja, que há um insuficiente envolvimento dos representantes eleitos do povo nesse processo de tomada de decisão”, acrescentando mesmo que “os PN estão mais próximos do povo do que um Parlamento supranacional e a participação eleitoral é superior nas eleições nacionais do que nas europeias”, para concluir que “se o povo tem de aceitar a legitimidade das leis aprovadas pelas instituições europeias, então é importante que os PN tenham algum envolvimento no processo.”

Por seu lado, Philip Kiiver³⁹ refere que “a atenção dedicada aos PN dos Estados membros está intimamente ligada com a perceção de um déficit democrático na UE (...), acrescentado, com ironia, que “a UE parece ser tão pouco democrática que, se fosse, um estado, não preencheria sequer os seus próprios critérios de Copenhaga (para a adesão à UE).” Ainda que esta visão seja exagerada, permite-nos abordar esta questão do déficit democrático percecionado e o modo como o papel dos PN é enquadrável neste contexto.

Para tal, é importante, à semelhança do que procurámos fazer antes relativamente ao conceito de *PN*, questionar, por um momento, a generalização que normalmente é feita em torno do conceito de *défice democrático*. Com efeito, e seguindo ainda Kiiver⁴⁰, “a noção de déficit democrático é muito flexível e é muito tentador apresentá-la como um problema, de modo a que possa servir à apresentação das soluções pré-concebidas de cada um”. Ou seja, é comum encontrarmos tentativas de afirmação de umnexo entre a afirmação dos PN e a superação do

³⁷ Kincaid, J. (1999). Confederal Federalism and Citizen’s Representation in the European Union, in J.B. Brezinski, T.D. Lancaster and C. Tuschhoff (eds.), *Compounded Representation in West European Federations* (West European Politics special issue 22). London and Portland, OR: Frank Cass, 34–58.

³⁸ Norton, P. (2003). *National Parliaments and the European Union*, 9.

³⁹ Kiiver, P. (2006 a). *National parliaments in the European Union: a critical view on EU constitution-building*. Aspen Publishers. 169-170

défice democrático. Como tal, o nosso objetivo é o de identificar algumas insuficiências no que comumente se entende por défice democrático, notando que a ligação entre a sua superação e o papel dos PN é, frequentemente, exagerada e incorretamente enquadrada.

Os trabalhos de Majone⁴¹ e de Moravcsik⁴², bem como o de Fraga⁴³ são incontornáveis nesta matéria, pois afirmam que um correto entendimento do que é a legitimidade e caráter democrático da integração europeia, implica que a análise deste fenómeno não parta de conceitos pré-definidos e baseados na conceção tradicional de democracia e legitimidade a nível nacional, mas que seja feita utilizando padrões específicos inerentes ao projeto que é a construção da UE.

Majone considera que a expressão “*défice democrático*” evidencia “um conjunto de problemas – tomada de decisão tecnocrática, falta de transparência, insuficiente participação pública, uso excessivo de discrição, mecanismos inadequados de controlo e de responsabilização” que são tradicionais em sistemas nos quais os poderes de formulação das políticas estão delegados em órgãos que não são diretamente os governos. Este último aspeto é essencial para se compreender a natureza diferente da UE, na medida em que esta não é um estado, não é uma federação, mas sim uma construção jurídica e política *sui generis*, naquilo que Jacques Delors classificou como um “objeto político não identificado⁴⁴” (OPNI).

Fraga avança mesmo com a ideia de que “a União vem alterar o conceito de democracia representativa e não se lhe pode aplicar o conceito de democracia representativa aplicável ao estado-nação, porque a União não é um estado, mas uma nova entidade onde os princípios de separação de poderes horizontal e vertical, do Estado de direito e da democracia representativa não estão presentes da mesma forma sob a qual se apresentam no estado”,

⁴⁰ Idem, ibidem, 169.

⁴¹ Majone, G. (1998). Europe's 'democratic deficit': the question of standards. *European Law Journal*, 4 (1), 5–28.

⁴² Moravcsik, A. (2004), Is there a 'democratic deficit' in world politics? A framework for analysis. *Government and Opposition*, (39), Issue 2, 336-363.

⁴³ Fraga, A. (2001a), *Os Parlamentos nacionais e a legitimidade da construção europeia*, Edições Cosmos, Lisboa.

Fraga, A. (2001b). O Controlo Parlamentar dos Atos do Governo na Execução do Direito Comunitário, *Revista Jurídica (Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa)*, 24, Lisboa, 597-614.

A. Fraga (2001c) The Parliament of Portugal: Loyal Scrutiny and Informal Influence, in A. Maurer & W. Wessels (eds.), *National Parliaments on Their Ways to Europe: Losers or Latecomers?*, Baden Baden, pp. 359-375;

⁴⁴ <http://www.paperblog.fr/1674362/jacques-delors-alain-minic-les-defis-qui-attendent-l-europe12/>

concluindo que a União não é nem uma democracia parlamentar nem uma organização internacional no sentido clássico.⁴⁵”

Nesta base, Majone introduz uma nova categoria sistémica⁴⁶; afirmando que "esta delegação de competências deriva da natureza funcionalista da integração europeia, ou seja, orientada para os resultados" e para a mensuração da performance alcançada.

Como tal, conclui que a discussão em torno do défice democrático na UE resulta do facto de se perspetivar a integração europeia do ponto de vista da definição dos padrões, a busca de critérios normativos apropriados ao carácter *sui generis* da UE, e não um debate sobre a natureza, as funções e os objetivos da UE, realçando que os arranjos institucionais previstos nos Tratados são “certamente pouco comuns de acordo com a doutrina clássica da separação de poderes, mas servem efetivamente funções importantes⁴⁷” para os objetivos consagrados nesses mesmos Tratados.

A UE é, portanto, caracterizada por uma série de clivagens, de natureza linguística, geográfica, económica, ideológica, na divisão entre Estados membros grandes e pequenos, entre contribuintes líquidos e beneficiários, sendo que uma teorização possível do seu modelo seria classificá-lo, como propõe Majone⁴⁸, como um “sistema de gestão de clivagens” que, “ainda que imperfeito (...) tem sido essencial para o progresso da integração europeia”.

Conclui-se, assim, que desde que as tarefas funcionais delegadas nas instituições europeias sejam definidas com precisão e rigor, “as fontes não-maioritárias de legitimidade – perícia, racionalidade e eficiência procedimental, transparência e responsabilização através dos resultados – devem ser suficientes para justificar a delegação de poderes”.

⁴⁵ Fraga, A. (2001a), *Os Parlamentos nacionais e a legitimidade da construção europeia*, Edições Cosmos, Lisboa., 34

⁴⁶ Majone, G. (1998), Europe's 'democratic deficit': the question of standards, 16 e 17.

⁴⁷ Majone, idem, pp. 8

⁴⁸ Idem, ibidem, pp. 11

Do ponto de vista teórico, esta lógica encontra o seu fundamento na escola neo-funcionalista de Mitrany⁴⁹ e Haas⁵⁰, que explica a progressiva transferência de soberania dos estados para a Comunidade, num processo de etapas de integração de funções que teria um efeito de contágio (“*spillover*”) sobre o conjunto do espaço integrado. Haas definia a integração como “o processo através do qual atores políticos em contextos nacionais diversos são persuadidos a transferir as suas lealdades, expectativas e atividades políticas para um novo centro, cujas instituições possuem ou reclamam jurisdição sobre os estados nacionais pré existentes”⁵¹.

Ora, esta teoria versa sobre a estratégia da integração, sobre o modo de melhor a realizar, e não sobre a sua legitimidade, pois essa não era colocada em causa.

Moravcsik avança com uma conceptualização que vai ao encontro do ponto que pretendemos fazer, pois considera que as críticas que identificam o défice democrático, e que afirmam que a insuficiente participação dos Parlamntos na política europeia o acentua, tendem a “analisar a UE em termos ideais e isolados⁵²”, estabelecendo como padrão de comparação o tipo de democracia deliberativa que encontramos a nível nacional.

Esta premissa conduz os analistas a conclusões precipitadas sobre a legitimidade da UE e o seu carácter não democrático, quando na verdade esta “apenas promove a especialização naquelas funções da moderna governação democrática que tendem a envolver menos participação pública”. Não queremos com isto dizer que este modelo de delegação de competências é o correto, e que esta ausência de participação pública é condição prévia à eficiência no funcionamento do sistema. Porém, este é o processo institucional, de formulação de políticas e de tomada de decisão previsto nos Tratados, para que a UE possa desempenhar as funções e atingir os objetivos que esses mesmos Tratados, ratificados por todos os Estados membros, prevêm, dando assim legitimidade às competências que são atribuídas à União. E falar de défice democrático, partindo de premissas que ignorem esta realidade, para justificar

⁴⁹ Mitrany, D. (1943). *A Working peace system: an argument for the functional development of international organization*, London, Royal Institute of International Affairs.

Mitrany, D.(1975); *The functional theory of politics*, *The annals of the american Academy of Political and Social Sciences*, New York.

⁵⁰ Haas, E. (1958). *The uniting of Europe: political, social and economic forces*. Stanford University press.

⁵¹ Idem, ibidem, pp. 16.

⁵² Moravcsik, (2004). *Is there a 'democratic deficit' in world politics? A framework for analysis*,. 605.

um maior envolvimento dos PN na UE pode ser, por conseguinte, enganador e desviar a atenção do essencial.

Este trabalho não coloca a questão nestes termos, ou seja, não se procura afirmar como motivação para o reforço do papel dos PN a necessidade de, com isso, se reduzir o alegado défice democrático. Os PN têm um papel único e específico a desempenhar no processo de integração europeia, pois não se tratam apenas de instituições formais que ratificam Tratados, transpõem diretivas ou promovem debates genéricos sobre o estado da UE, mas têm um papel essencial a desempenhar para informar os cidadãos sobre a evolução da política europeia, as opções que nesta são equacionadas, os impactos nacionais e o valor acrescentado comum, bem como de prover a uma maior proximidade das populações com estes assuntos numa base diária.

Mas, para tal, é preciso conhecer o modelo de governação da UE, com base na conceptualização que Majone e Moravcsik propõem, e assinalar que esse modelo político-institucional atingiu um ponto no seu desenvolvimento e na sua integração política, que o papel dos PN se tornou irreversível. Tal é confirmado pelas disposições inovadoras do Tratado de Lisboa, que estipulam que os PN “contribuem ativamente para o bom funcionamento da União”⁵³. É-lhes conferida uma nova responsabilidade, simultaneamente nacional e europeia, e a questão que pretendemos abordar aqui é o modo como os Parlamentos se estão a adaptar a isto e quais as inovações e práticas que têm seguido para tal.

Para o âmbito deste relatório, parece-nos pertinente recorrer a uma das conclusões a que Fraga⁵⁴ chega para contrariar a perceção de um défice democrático: “(...) Independentemente da perspetiva com que se encara a natureza da União, há que reconhecer que (...) a legitimidade é assegurada. Em lugar de se falar de um défice de legitimidade talvez se devesse falar antes em *supéravit* de legitimidade. Legitimidade dada pelos estados (governos mais parlamentos), legitimidade dada pelo PE, legitimidade tecnocrática (Comissão e administrações comunitária e nacional), legitimidade dada pelos resultados (mercado único e união económica e monetária), legitimidade assegurada por um tribunal europeu e pelo

⁵³ Artigo 12.º do TUE.

⁵⁴ Fraga, A. (2001a), *Os Parlamentos nacionais e a legitimidade da construção europeia*, Edições Cosmos, Lisboa. 37-63

conjunto dos tribunais nacionais (que zelam pelos direitos dos cidadãos, controlando as instituições e os estados de acordo com princípios), legitimidade dada pela possibilidade de escolha de ordenamento jurídico (...)”.

Interessa-nos sobretudo afirmar este princípio: é importante não exagerar a falta de legitimidade a nível europeu, exigindo-se mais à UE do que aos próprios Estados membros, na medida em que aquela é uma construção política de tipo novo, sem precedentes. Esta percepção de falta de legitimidade europeia poderá, como ficou de certo modo evidente nos referendos ao Tratado Constitucional em França e nos Países Baixos, ser entendida no contexto mais amplo de desilusão e falta de confiança nos sistemas políticos nacionais⁵⁵, sendo que, como refere Lucas Pires⁵⁶, “o que tal democracia (europeia) não tem é que reproduzir os mecanismos da democracia nacional, o que também é dizer que a sua constituição é outra”.

Face ao que precede, o nosso foco não é o de procurar saber como reduzir o (alegado) défice democrático na UE através do reforço dos PN, mas sim o de estudar como é que estes Parlamentos se têm adaptado aos desafios da integração europeia e que inovações têm adotado de modo a aumentar a sua participação e *influência* no processo, de modo superar o défice de participação dos cidadãos no projeto europeu, tarefa que, do nosso ponto de vista, deverá fazer parte descrição de funções essenciais de um Parlamento nacional.

2.2. A europeização dos PN

A literatura sobre os PN foca-se, tradicionalmente, em dois aspetos: a integração europeia afetou os poderes e a posição institucional dos PN, através da transferência de uma parte significativa das competências legislativas para o nível europeu, mas tem, igualmente, consequências ao nível do equilíbrio de poderes entre os PN e os governos nacionais. De facto, enquanto que os Parlamentos têm assistido a um decréscimo da sua intervenção no

⁵⁵ Veja-se, por exemplo, os resultados do Eurobarómetro n.º 73, de agosto de 2010, em que os cidadãos dizem confiar mais nas instituições europeias (42%) do que nos seus Parlamentos (31%) e nos seus governos (29%), apesar da crise. Eurobarómetro disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb73/eb73_first_en.pdf

⁵⁶ Lucas Pires, F. (1997). Introdução ao Direito Constitucional europeu, Almedina, Coimbra p. 66

processo legislativo, os executivos têm visto o seu poder aumentar através do seu envolvimento direto na tomada de decisão a nível europeu.

Como tal, as análises académicas sobre esta matéria avançam com a ideia de que “os PN têm reagido a estes desenvolvimentos através de uma ativa Europeização institucional”⁵⁷, implementando uma série de reformas institucionais para reforçar a sua participação nos assuntos europeus, criando obrigações jurídicas de os governos manterem os Paramentos informados sobre as políticas europeias, criaram comissões parlamentares encarregues especificamente de lidar com estas matérias e adquiriram poderes de emitir deliberações ou resoluções sobre propostas legislativas europeias (ou mesmo de orientação estratégica e/ou de consulta).

O conceito de *europeização*, genericamente, diz respeito ao modo como a integração europeia produziu um impacto nos PN. Porém, para que melhor possamos situar este conceito no objeto deste trabalho, recorreremos às tentativas de operacionalização que a literatura nos oferece.

Uma primeira aproximação, avançada por Raunio e Wiberg⁵⁸ com recurso ao trabalho de Ladrech, dispõe que “europeização é o processo incremental de reorientação da direção e da forma das políticas até ao ponto em que a dinâmica política e económica da UE se torna parte da lógica organizacional da política e do processo de formulação de políticas nacionais”. No entanto, aqueles dois autores aprofundam esta noção com recurso a alguns aspetos que são relevantes para a nossa reflexão, ao definirem europeização como “um processo de construção, difusão e institucionalização de regras formais e *informais*, procedimentos, (...) ‘formas de fazer as coisas’ e normas e crenças comuns que são primeiramente definidas e consolidadas a nível europeu e depois internalizados na lógica do discurso, (...) das identidades e das estruturas políticas domésticas (...)”. Esta definição parece-nos mais abrangente e com maior relevância para o nosso trabalho, na medida em que evidencia a importância dos aspetos culturais, de atitude e informais da política doméstica.

⁵⁷ Auel, K. and Benz, A. (2005). The Politics of Adaptation: the Europeanisation of National Parliamentary Systems, *Journal of Legislative Studies*, 11(2), 373.
Raunio, T. and Wiberg, M. (2010). How to Measure the Europeanisation of a National Legislature?, *Scandinavian Political Studies*, 33(1), 75.

Deste modo, podemos considerar o conceito de europeização de um modo simultaneamente passivo, i.e., a erosão que os PN sofrem nas suas competências tradicionais, e ativo, ou seja, o modo como reagem e se adaptam, de forma estratégica, ao processo de integração europeia. Esta dimensão ativa da europeização permite, como refere Katrin Auel⁵⁹, superar a compreensão do impacto do escrutínio e do envolvimento dos PN na integração exclusivamente centrada nos seus poderes formais, conforme é proposto por Maurer⁶⁰. Este autor promove a ideia de que o impacto do escrutínio dos PN na UE é medido através da sua capacidade de influenciar a formulação das políticas através dos seus poderes legislativos e de controlo sobre o governo (poderes formais/tradicionais), distinguindo entre Parlamentos com capacidade de formular as políticas, Parlamentos com capacidade influenciar a posição do governo e Parlamentos fracos.

Auel propõe que se analise o impacto do papel dos Parlamentos tendo como referência o conceito de "influência" operacionalizado por R. A. Dahl como sendo “uma relação entre atores na qual as vontades, os desejos, as preferências ou as intenções de um ou mais atores afete as ações, ou as predisposições para agir de um ou vários atores⁶¹”. Por conseguinte, a *influência* parlamentar nos assuntos europeus diz respeito à “capacidade de induzir o governo a alterar a sua posição negocial de um modo que não teria sido possível sem a intervenção do Parlamento⁶²”, naturalmente aplicado aos casos em que a posição do governo e do Parlamento possam ser diferentes.

A mera descrição dos poderes formais dos Parlamentos não chega para justificar os seus padrões de europeização, na medida em nada diz sobre a efetiva vontade e capacidade de um PN em exercer essas prerrogativas, ou seja, se às capacidades formais e juridicamente codificadas corresponde verdadeiramente um comportamento ativo do Parlamento em termos da sua *influência* no processo político sobre assuntos europeus.

⁵⁹ Auel (2007), ‘Democratic Accountability and National Parliaments: Redefining the Impact of Parliamentary Scrutiny in EU affairs’, *European Law Journal*, 13(4), 494.

⁶⁰ Maurer, A. and Wessels, W. (2001). National Parliaments After Amsterdam: From Slow Adapters to National Players?, in A. Maurer and W. Wessels (eds), *National Parliaments on Their Ways to Europe: Losers or Latecomers?*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft.

⁶¹ R.A.Dahl (1991), *Modern Political Analysis*, Prentice-Hall. 31 e 32.

Esta dimensão comportamental dos Parlamentos justifica uma atenção particular, pois é importante sublinhar que não há evidência empírica que identifique razões objetivas para que um Parlamento (ou melhor dito, uma maioria parlamentar) se comporte de forma diferente nos assuntos europeus por comparação com a política doméstica. Auel defende mesmo que, independentemente das conceptualizações teóricas que sejam utilizadas, “qualquer estudo realista sobre a europeização dos PN deve dedicar particular atenção aos incentivos dos partidos políticos” nacionais, em matéria de assuntos europeus, pois “a democracia europeia é, afinal de contas, uma democracia de partidos”.

Este não é o foco do nosso trabalho, e os estudos de Rozenberg⁶³, e de Auel e Benz⁶⁴, oferecem várias pistas a explorar sobre esta matéria. Porém, a influência que as motivações individuais e coletivas dos deputados e dos grupos políticos, respetivamente, têm na dimensão comportamental dos PN e, conseqüentemente, na maior ou menor influência que têm no processo não é matéria negligenciável.

Porém, e voltando ao nosso objeto, diremos que os Parlamentos desempenham um conjunto vasto de funções, que não se esgotam nas suas competências legislativas. De facto, e recorrendo às definições tradicionais de John Stuart Mill ⁶⁵, “os Parlamentos servem essencialmente como arenas de deliberação pública, de modo a informar o público, tomar nota das suas necessidades e opiniões para debate, e servir como fórum para reclamações e petições”⁶⁶, acrescentado que “ao invés da função de governação, para a qual não está decididamente talhado, o ofício apropriado de uma assembleia representante é o de observar e controlar o governo, de tornar públicos os seus atos, de compelir a uma completa exposição e justificação de todos os que estimar questionáveis, e censurá-lo se os considerar condenáveis”, ou seja, responsabilizar o governo pela sua ação."

⁶² Auel (2007), op. Cit., 491

Sobre a influência da integração europeia nas atitudes dos deputados, Rozenberg, O. (2005). *The Involvement of National Parliament in European Union Affairs. An Empirical Test of Two Variables*, Paper for the ECPR Workshop "A Renewal of Parliaments in Europe? MPs' Behaviours and Action Constraints", Turim.

⁶⁴ Auel e Benz (2005), op. cit., em que analisam padrões de interação entre maioria e oposição com base na teoria da escolha racional.

⁶⁵ J. S. Mill, (1861) *Considerations on Representative Government*. Oxford University Press, 1998 [1861]), p. 282.

⁶⁶ Citado por Auel (2007) , op. cit. pp. 495

Ao nível europeu, há uma procura de que os problemas, as soluções, as alternativas e os conflitos sejam debatidos em público e que os decisores possam ser publicamente responsabilizados pelas suas ações. E é precisamente neste domínio que os PN podem contribuir para tornar o processo político europeu mais democrático e participativo – são o fórum por excelência para o debate público e para as deliberações sobre as questões europeias estratégicas com implicações para cada contexto nacional.

Em síntese, Katrin Auel recorre à teoria das agências⁶⁷ para afirmar que o escrutínio parlamentar é um meio para que os Parlamentos, na sua condição de *agentes*, possam cumprir as suas obrigações perante o seu *principal*, que são os cidadãos. No contexto da integração europeia, em que os parlamentos não controlam de definição da agenda (*agenda-setting*), nem são atores que participem diretamente no processo de tomada de decisão a nível europeu, e em que o acesso à informação é assimétrico pois está condicionado à informação que lhes é disponibilizada pelo governo (que pode selecionar a informação a transmitir), a europeização dos Parlamentos tem passado não apenas pela alteração dos seus mecanismos formais de escrutínio, mas também por mecanismos de adaptação estratégica de natureza mais informal.

Neste contexto, a decisão de enviar um representante permanente das suas administrações para Bruxelas corresponde a uma inovação deste género, que representa uma etapa avançada no seu processo de europeização. É importante precisar que esta vertente da europeização, ao contrário do que se poderia pensar, não foi utilizada em primeira instância por aqueles Parlamentos caracterizados por Maurer como parlamentos de adaptação lenta⁶⁸.

Com efeito, o primeiro Parlamento a enviar um representante permanente para Bruxelas foi o Folketinget dinamarquês, em 1991⁶⁹, precisamente aquele que é tradicionalmente catalogado pela literatura como possuindo um dos sistemas de escrutínio mais fortes.

⁶⁷ Para uma visão aprofundada desta teorização cfr. Eisenhart, K. (1989). Agency theory: an assessment and review. *Academy of management review*, 14 (1), 57-74.

⁶⁸ Vide *supra*, 1.1.

⁶⁹ Mais à frente neste trabalho apresentaremos uma lista cronológica sobre a presença dos vários Parlamentos em Bruxelas.

Isto revela-nos dois aspetos importantes: primeiro, que, apesar das variações nacionais, a decisão de colocar um funcionário em permanência junto da UE deverá corresponder a uma fase do processo de europeização e de desenvolvimento do modelo de escrutínio europeu avançados, para que os benefícios dessa presença possam ter impacto direto no trabalho do Parlamento e nas suas funções europeias; e segundo, que a presença de um representante permanente *do Parlamento* junto das instituições europeias, independentemente da quantidade e qualidade de informação prestada pelo Governo, visa obter dados adicionais sobre o processo político europeu de *um ponto de vista parlamentar*, ou seja, a informação filtrada e prestada através do ângulo de alguém que conhece o Parlamento, as suas prioridades, as suas dinâmicas e interações institucionais e que melhor poderá obter a informação adequada ao trabalho parlamentar de apreciação, acompanhamento e pronúncia sobre o processo de construção da UE.

2.3. Sobre o papel dos PN e a governação multinível europeia

2.3.1. Que papel para os PN?

Identificámos, até aqui, três ideias principais: a conceptualização exata do que são os PN na UE é marcada pela heterogeneidade; o debate em torno da noção de *défice democrático* e a necessidade de afirmação dos PN enquanto modo de o superar é insuficiente como justificação; e que é hoje reconhecido, de forma mais ou menos explícita, pelos vários atores institucionais e pelos Tratados europeus, que os PN têm um papel a desempenhar no processo de construção da UE.

Por outro lado, é de notar que existem, igualmente, variações na forma como os vários atores percecionam o papel dos PN: o modo como a Comissão Europeia vê este processo (acentuando as áreas de complementaridade e desenvolvendo processos de diálogo direto com os PN) é substancialmente diferente da forma como o PE (tendendo a acentuar a ideia de uma certa rivalidade) ou o Conselho (deixando, quase exclusivamente, o relacionamento com os PN na esfera nacional, o que se entende pela sua natureza institucional – é composto pelos Estados membros, pouco dados a inovações de relacionamento institucional) o têm encarado.

Por outro lado, e a nível nacional, a maneira como os diferentes governos nacionais têm reagido a estas tendências é igualmente diversa e, no limite, as formas como os próprios Parlamentos se têm adaptado a toda este enquadramento tem sido, apesar de encontrarmos traços comuns, bastante distinta.

A este respeito, as propostas que Philip Norton⁷⁰ apresenta sobre o papel dos PN na UE são interessantes, pois considera que as funções dos Parlamentos não são estáticas, mas antes evoluem e se adaptam ao longo dos tempos consoante as necessidades das sociedades.

Nesta base, Norton avança com três modos de desempenho das funções dos PN no contexto supranacional que é a UE, relevantes úteis em termos sistemáticos:

i) individual: diz respeito à atividade de escrutínio desempenhada por cada PN, a nível nacional, procurando exercer influência sobre o respetivo governo. Isto diz respeito não apenas à atividade de escrutínio *per se*, mas, num sentido mais lato, a todo o processo de adaptação (europeização) do Parlamento, i.e., as adaptações estratégicas que vai fazendo para se envolver no acompanhamento dos assuntos europeus, sejam de carácter institucional, cultural ou comportamental. Esta perspetiva *individual* permite evidenciar que cada Parlamento se tem adaptado a este processo ao seu ritmo próprio⁷¹;

ii) Coletiva: corresponde à ideia de os Parlamentos se unirem e exercerem, conjuntamente, funções de aconselhamento e de tomada de decisão. A proposta mais radical, neste cenário, é a de criação de uma segunda câmara parlamentar a nível europeu, composta pelos PN. Esta ideia teve vários defensores ao longo do tempo, desde *think-tanks*⁷² até altos responsáveis políticos como Joschka Fischer⁷³, ex-MNE alemão, ou Tony Blair, ex-1º ministro britânico ou, mesmo reputados académicos nos tempos mais recentes, como Ian Cooper e a sua ideia de

⁷⁰ Norton, P. (2003). *National Parliaments and the European Union*. Managerial Law, 45 (5/6).

⁷¹ Cfr. 8º relatório bianual da COSAC, disponível em http://cosac.eu/en/documents/biannual/8th_biannual.pdf/ e 13.º relatório bianual da COSAC, EM <http://cosac.eu/en/documents/biannual/13br.pdf/>.

⁷² O European Policy Forum (<http://www.epc.eu/>) apresentou, em 1993, um paper intitulado *A European Constitutional Settlement*, em que advogava esta tese.

⁷³ Joschka Fischer avançou com esta ideia no seu célebre discurso proferido na Universidade de Humboldt, em maio de 2010 (http://www.maclester.edu/courses/intl372/docs/joschka_fischer_en.pdf) e Tony Blair num discurso em Varsóvia, a 6 de outubro de 2000, declarando que “chegara o tempo de envolver os representantes dos PN (...) através da criação de uma segunda câmara no PE”.

uma *terceira câmara virtual na UE*⁷⁴. Porém, não parece haver grande apoio, na medida em que a sua mais-valia para as funções europeias dos PN (fiscalizar a atividade dos governos, obter informação e pronunciar-se sobre as diversas propostas europeias, servir de plataforma de intermediação e debate entre os interesses dos cidadãos e as decisões tomadas a nível europeu) pouco ou nada beneficiaria da criação de mais uma estrutura institucional, de competências difusas, longe da realidade quotidiana da vida dos cidadãos e que, como conclui a Câmara dos Lordes britânica seria “uma solução irreal para uma série de problemas reais”⁷⁵.

A menção essencial que pretendemos fazer nesta fase é a de que a dimensão coletiva do papel dos PN deve ser muito mais focada na identificação de temas e áreas prioritários para a cooperação, com envolvimento do PE, do que no debate infundável sobre a criação de novas estruturas.

O que nos parece fundamental evidenciar nesta sistematização apresentada por Norton é a complementaridade e a sinergia existentes, antes de mais entre estas duas dimensões: quanto mais os PN forem capazes, individualmente, de se adaptar ao processo de integração europeia, alterando as suas disposições institucionais no sentido de um escrutínio mais completo e efetivo, mas também fazendo corresponder aos seus poderes formais uma vontade política e um comportamento institucional que os coloquem em prática, maior e mais intensa será a sua interação a nível coletivo. Além disso, a complementaridade e sinergia poderão, igualmente, fazer-se sentir na relação entre os PN e o PE, na medida em que, ao desempenharem os seus papéis relativos, distintos, concorrenciais até certo ponto, mas com um enorme potencial de complementaridade, ambos os pólos estarão a contribuir para o fortalecimento do pilar parlamentar da construção europeia e, por conseguinte, inverter a tese da *desparlamentarização*.

2.3.2. A “governança multinível” e a interdependência parlamentar

Vimos até agora que a complexidade do sistema de governo europeu, não só no que diz respeito às legitimidades em que assenta, mas também quanto à interação entre os vários

⁷⁴ Cooper, I. (2011), op. cit.

⁷⁵ Citado por Norton (2003), op. cit., pp 12.

atores institucionais, a nível europeu e nacional, justificam que se procure fazer duas autonomizações conceptuais: em primeiro lugar, não é suficiente para o nosso objeto considerarmos os PN unicamente como atores nacionais, de uma perspetiva clássica e estatal – os PN são atores europeus de pleno direito e os próprios Tratados assim o reconhecem. Em segundo, o correto entendimento do seu papel exige um quadro de referência teórico sofisticado, que saia da dicotomia tradicional de federalismo vs. Intergovernamentalismo.

Assim, consideramos a UE como um sistema de *governança multinível*, na medida em que, segundo Hix, “a UE está a transformar a política e o governo a nível europeu e nacional num sistema de governança multinível, não hierárquico, deliberativo e apolítico, através de uma teia complexa de redes público/privadas e de agências quase autónomas (...)”⁷⁶.

Aplicado ao nosso campo de estudo que são os PN, Raunio⁷⁷ descreve o conceito de *governança multinível* como “um sistema em que “(i) as competências de tomada de decisão são partilhadas por atores em diferentes níveis, sub nacional, nacional e europeu; (ii) a tomada de decisão coletiva e a gestão comum (*pooling*) da soberania entre os Estados membros envolve uma significativa perda do controlo por parte dos governos nacionais; e (iii) as arenas políticas estão interligadas, com as escolhas políticas de um nível dependentes de decisões tomadas nos outros níveis”, num processo amplo de criação institucional e deslocalização da tomada de decisão”⁷⁸.

Neste quadro, é importante clarificar ainda que o conceito de governança (“*governance*”) contempla, mas é “mais abrangente do que o governo. Inclui instituições governativas, mas também mecanismos informais e não governamentais através dos quais pessoas e organizações na sua órbita se movimentam, procuram satisfazer as suas necessidades e preencher os seus interesses”, na definição de Rosenau⁷⁹. Kooiman completa esta operacionalização, afirmando que, num sistema destes há um padrão de interação em que “nenhum ator individual, seja público ou privado, possui todo o conhecimento e informação

⁷⁶ Hix, S. (1998). The study of the EU II, *Journal of European Public Policy*, (5) 1 38–65.

⁷⁷ Raunio, Tapio (2005). Much ado about nothing? National legislatures in the EU Constitutional Treaty. *European Integration online Papers*, 9 (9), 11.

⁷⁸ Marks, G. (1993) Structural policy and multilevel governance in the EC, in A. Cafruny and G. Rosenthal, *The state of the European Community*, London: Longman.

necessários para resolver problemas complexos, dinâmicos e diversificados (...) e nenhum ator tem (isoladamente) o potencial de ação para dominar unilateralmente⁸⁰”.

Esta teorização tem sido objeto de estudo, preferencialmente no âmbito do constitucionalismo europeu. Sendo este um trabalho da área científica das relações internacionais, não é nossa vocação entrar por este domínio, mas tão somente fazer uso da sistematização que o direito oferece nesta matéria para compreender a posição dos PN no processo político europeu.

A este respeito, Davor Jančić introduz a noção de interdependência parlamentar, que operacionaliza como sendo o “conjunto de processos dentro da ordem constitucional europeia no qual os órgãos parlamentares, tendo em vista preencher as suas funções constitucionais previstas ou percebidas, não apenas interagem diretamente com instituições que se situam fora do seu próprio sistema legal, mas também modelam o seu comportamento em função das ações daquelas instituições”⁸¹.

Para o nosso estudo, é pertinente a conclusão a que Jančić chega: “no caso dos PN (...) a visão deve ser alargada de modo a englobar o estrato não escrito e informal das suas atividades europeias de escrutínio⁸²”. Ora, debruçarmo-nos, do ponto de vista prático, sobre o trabalho de um representante permanente do Parlamento junto das instituições da UE visa precisamente contribuir para alargar esta visão sobre um certo trabalho invisível que os PN levam a cabo diariamente no seu esforço de adaptação estratégica ao processo de integração europeia.

- Conclusões

Os vários contributos da literatura que analisámos permitem evidenciar que há uma necessidade de fazer evoluir o foco da discussão sobre os PN da mera descrição dos seus

⁷⁹ Rosenau, J.N. (1992). Governance, order, and change in world politics, in J.N. Rosenau and E.-O. Czempiel, *Governance without government*, Cambridge: Cambridge University Press.

⁸⁰ Kooiman, T. (1993) Social and political governance, in T. Kooiman, *Modern governance*, London: Sage Publications, 2.

⁸¹ Jančić, D. (2011). *National Parliaments and European constitutionalism: accountability beyond borders*. University of Utrecht, 31.

poderes de escrutínio para o exame da efetiva utilização que é feita destas prerrogativas. Isto não significa, como nota Jančić, que “*as reformas em matéria de escrutínio devam ser ignoradas, mas que a análise deve ser complementada com dados empíricos*”.

Este autor, na sua completa obra sobre PN, analisa dados de quinze casos de estudo⁸³, para investigar o modo como as competências dos PN são exercidas na prática e em relação a um conjunto de dossiês legislativos específicos, em busca dos argumentos empregues pelos PN na fase do escrutínio *ex ante* relativo a essas propostas. Este trabalho é particularmente relevante para o nosso relatório, na medida em que centra a sua análise no modo *como* os Parlamentos se pronunciam, *a que instituições se dirigem* (avançando com a importante precisão de que, em vários casos, os PN transcendem os seus mandatos nacionais e assumem um certo tipo de *mandato europeu*⁸⁴), e que *argumentos* utilizam, ou seja, sobre a forma, sobre os interlocutores ou destinatários do escrutínio e sobre o conteúdo da sua pronúncia.

Ora, o que propomos neste relatório é olhar igualmente para o trabalho técnico que está por trás desta atividade de escrutínio, e que é levado a cabo pelas representações permanentes dos PN junto das instituições da UE, ao nível da recolha de informação, de interação informal não só entre os Parlamentos, mas também com as instituições europeias, ou ainda no que diz respeito à articulação informal com as representações permanentes dos vários Estados membros junto da UE, mais focadas na perspetiva governamental da política europeia. Procuraremos, assim, complementar as abordagens teóricas e empíricas já disponíveis com esta visão *de dentro* sobre o funcionamento de um Parlamento nacional no âmbito das suas *funções europeias*.

Como vimos, vários autores referem que uma das maiores dificuldades que os PN enfrentam é o acesso à informação, seja a disponibilização atempada de elementos que lhes permitam desempenhar o seu papel de escrutínio, ou o tipo de informação que lhes é transmitida. Esta assimetria de informação é particularmente relevante se considerarmos, como sugere Raunio⁸⁵, que o cerne do sistema de governação multinível europeu consiste de “*negociações*

⁸² Idem, ibidem, pp. 32.

⁸³ Entre os quais a AR.

⁸⁴ Jancic (2011), op. cit, pp. 11.

⁸⁵ Raunio (2005), pp. 11

intergovernamentais, com uma extensa coordenação política entre burocratas e ministros nas centenas de reuniões de grupos de trabalho e comités que operam sob os auspícios da Comissão e do Conselho”.

Ao longo deste relatório, explicitaremos a dimensão prática desta complexa teia de interações no domínio de ação dos PN, fornecendo exemplos concretos como a dinâmica do diálogo político entre a Comissão Europeia e os Parlamentos, a profusão de reuniões interparlamentares entre os PN e o PE sobre os mais variados temas, o debate em curso sobre a criação de conferências interparlamentares para lidar com questões como a política externa e de segurança comum/política comum de segurança e defesa, o pacto orçamental ou o acompanhamento parlamentar das atividades da EUROPOL, ou, ainda, o modo como o grupo de representantes dos PN junto da UE se organiza e trabalha (e.g. as *Monday Morning Meetings*, das quais falaremos em detalhe no Capítulo IV).

Como assinala Norton, “*informação é poder e quanto mais for partilhado entre os PN, maior será o potencial de influenciar os governos nacionais*”⁸⁶.

Como tal, este relatório pretende fornecer uma visão empírica do que é o trabalho diário de um Parlamento do ponto de vista de um “praticante” – quais as principais características do trabalho de um representante de um PN em Bruxelas, o tipo de informação que recolhe, a rede de contactos que fomenta, os interlocutores institucionais com que se relaciona, a perceção que as instituições europeias têm do seu trabalho e da importância da sua presença, interagindo em simultâneo com vários níveis desta governação. E, acima de tudo, procurar, sempre que pertinente, apresentar um olhar crítico voltado para a instituição (AR), mas também para o próprio modelo de cooperação interparlamentar e para o funcionamento do grupo de antenas em Bruxelas.

Num contexto em que, seja do ponto de vista académico, seja numa perspetiva prática, é difícil encontrar traços e padrões comuns no que entendemos por *PN*, o facto de quase todos os Parlamentos terem tomado a decisão de se fazer representar em permanência junto da UE é um sinal de grande importância e que merece um estudo mais aprofundado.

Em suma, este relatório não visa reinventar uma abordagem teórica sobre o que são os PN, mas complementar as existentes com uma perspectiva empírica e prática, heurística no essencial, do que é atualmente o papel dos PN na UE. Ainda segundo Norton, a resposta aos desafios que os PN enfrentam terá de ser encontrada, em larga medida, pelos próprios Parlamentos que “*têm o potencial de mudar as coisas. Cabe-lhes a eles decidir se o querem fazer*”.⁸⁷

⁸⁶ Norton, P. (2003). National Parliaments and the European Union. *Managerial Law*, 45 (5/6), 22

⁸⁷ Idem, ibidem, p. 22.

III. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL

Nesta secção, procuraremos identificar, de forma sucinta, as principais etapas da evolução histórica do papel dos PN do ponto de vista jurídico-institucional, ou seja, a expressão que as sucessivas revisões dos Tratados foram dando à participação deste ator no processo de integração europeia. De facto, desde a primeira referência explícita que o Conselho Europeu de Dublin fez aos PN, em 1990, até às inovadoras disposições contidas no Tratado de Lisboa, teve lugar um longo processo de afirmação dos Paramentos e de reconhecimento da sua importância.

Analisaremos, ainda, as várias modalidades de cooperação interparlamentar que se desenvolvem atualmente, bem como a sua evolução.

Por fim, elaboraremos, com maior detalhe, sobre as características do sistema parlamentar em vigor em Portugal, ou seja, o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela AR sobre o processo de construção da UE.

3.1. As revisões dos Tratados da Comunidade Europeia/UE e o papel dos PN

A consagração jurídica e institucional do papel dos PN na UE conheceu várias etapas na sua evolução até à forma que hoje está codificada no Tratado de Lisboa.

Apresentamos, em anexo, um quadro detalhado desta evolução⁸⁸, mas identificamos aqui os principais marcos:

- **Conselho Europeu de Dublin** (25 e 26/6/1990): primeira referência formal sobre o papel dos PN consta do Anexo 1 das Conclusões⁸⁹ ;
- **Tratado de Maastricht** (1/11/1993): *Declaração relativa ao papel dos PN na UE*⁹⁰;

⁸⁸ Anexo II, Quadro com a evolução jurídica e institucional do papel dos PN a nível europeu, p. 131

⁸⁹ Disponível em http://www.europarl.europa.eu/summits/dublin/du2_fr.pdf

- **O Tratado de Amesterdão** (1/5/1999): Protocolo relativo ao papel dos Parlamentos na UE⁹¹;
- **O Tratado de Nice** (assinado a 26/2/2001): Declaração respeitante ao futuro da União⁹²;
- **Conselho Europeu de Laeken** (14 e 15/12/2001): Declaração sobre o futuro da UE⁹³;
- **A Convenção sobre o futuro da Europa** (28/2/2002 a 13/7/2003): Convenção⁹⁴ que teve dois grupos de trabalho especificamente dedicados ao envolvimento dos PN na integração europeia⁹⁵;
- **O projeto de Tratado que institui uma Constituição para a Europa (18/7/2003): inclui o Protocolo relativo ao papel dos PN na UE⁹⁶ e o - Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade⁹⁷;**
- **O diálogo político com a Comissão Europeia: a iniciativa Barroso** (em vigor desde 1/9/2006): A Comissão apresentou, a 10 de maio de 2006, uma Comunicação intitulada *Uma agenda para os cidadãos – por uma Europa de resultados*⁹⁸, na qual declara que deseja apresentar diretamente aos PN as novas propostas e documentos de consulta, convidando-os a reagir, a fim de melhorar o processo de elaboração das políticas⁹⁹.

Sobre esta evolução histórico-institucional, e sem prejuízo da importância relativa de cada uma das etapas identificadas, destacamos dois momentos que consideramos essenciais para a afirmação do papel dos PN: a Convenção Europeia e o mecanismo de diálogo político com a Comissão Europeia.

⁹⁰ A Declaração está disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html#0100000033>

⁹¹ Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997D/htm/11997D.html#0113010016>

⁹² Declaração n.º 2 3, anexa ao Tratado, disponível em http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=192417

⁹³ Disponível em <http://european-convention.eu.int/pdf/lnknt.pdf>

⁹⁴ <http://european-convention.eu.int/PT/bienvenue/bienvenuef7f9.html?lang=PT>

⁹⁵ A informação sobre os vários grupos de trabalho da Convenção, e respetivas conclusões, está disponível em http://european-convention.eu.int/PT/doc_wg/doc_wgf7f9.html?lang=PT

⁹⁶ Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2004:310:0204:0206:PT:PDF>

⁹⁷ Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2004:310:0207:0209:PT:PDF>

⁹⁸ Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0211:FIN:PT:PDF>

⁹⁹ O próprio Conselho Europeu, nas Conclusões de 15 e 16 de junho de 2006⁹⁹, “congratula-se com o compromisso da Comissão de tornar todas as suas novas propostas e documentos de consulta diretamente acessíveis aos PN, e de os convidar a comunicar-lhe as suas reações”. Solicita, ainda, à Comissão “que tenha na devida consideração as observações apresentadas pelos PN”.

Sobre a Convenção, é de notar que esta contou com a participação de 56 deputados¹⁰⁰ aos PN, o que, na opinião do então Comissário português (e membro do Praesidium da Convenção), António Vitorino, foi uma das notas mais marcantes, pois *“pela primeira vez num areópago europeu (...) estiveram presentes em número muito significativo – eram, aliás, a maioria dos membros da Convenção – representantes designados pelos PN. E essa mescla de representantes das instituições europeias, o PE e a Comissão Europeia, representantes dos Governos dos estados membros e de representantes dos PN, gerou um areópago único na UE e a dinâmica de debate que se gerou é uma dinâmica original nos 50 anos de história da União¹⁰¹”*.

Como tal, é nossa opinião que a Convenção constituiu um processo de reflexão sem precedentes sobre o papel dos PN, a qual logrou apresentar um conjunto de propostas e de mecanismos concretos para o reforço desse papel, e que se tornaram no ponto de partida irreversível para o que viriam a ser, nos anos que seguiram, os desenvolvimentos mais importantes na afirmação de uma dimensão parlamentar do processo de integração europeia.

Um desses mecanismos foi precisamente o que a Comissão Europeia repristinou através do diálogo político com os PN que, em nosso entender tem o potencial de transformar o modo como estes se envolvem no processo político europeu, pois estabeleceu um canal de comunicação direto entre os Parlamentos e a Comissão, sem mediação dos Governos.

Para ilustrar a importância que este diálogo político ganhou desde 2006 até ao presente, apresentamos, em anexo a este relatório¹⁰², um quadro estatístico que permite ter uma perceção do envolvimento dos Parlamentos neste processo¹⁰³, com destaque para o facto de que a AR ter sido, desde 2008, o Parlamento mais ativo neste mecanismo de diálogo.

¹⁰⁰ 30 dos estados membros da União e 26 dos estados candidatos à adesão.

¹⁰¹ Entrevista de António Vitorino ao Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe, 24/10/2007, disponível em http://www.cvce.eu/content/publication/2008/1/22/f08f037e-2aa3-4e3f-a5a5-f3b621f11e47/publishable_pt.pdf

¹⁰² Anexo III, *Tabela sobre a participação dos PN no mecanismo de diálogo político com a Comissão Europeia*, p. 136.

¹⁰³ Fonte: Comissão Europeia e rede dos representantes permanentes dos PN em Bruxelas. Dados tratados pela equipa de apoio à CAE. A Comissão tem produzido relatórios anuais sobre a implementação deste diálogo político desde 2006 até 201, disponíveis em http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/relations/relations_other/npa/

Estes dois desenvolvimentos – Convenção e diálogo político – sedimentaram as bases que permitiram o avanço decisivo no papel dos PN introduzido pelo Tratado de Lisboa.

3.2. O Tratado de Lisboa e os PN: a afirmação institucional e o reconhecimento político

O Tratado de Lisboa, em vigor desde 1 de dezembro de 2009, apresenta um conjunto de inovações sobre o papel dos PN na UE, acrescentando, assim, uma nova dimensão à base jurídico-política que atualmente enquadra o escrutínio dos assuntos europeus pelos vários Parlamentos.

Pela primeira vez na história da integração europeia, os Tratados contêm um artigo específico sobre o papel dos PN, que elenca, de forma genérica, as várias dimensões através das quais os Parlamentos podem exercer a sua influência no processo político da UE:

“Artigo 12.º do Tratado sobre a UE (TUE)

Os PN contribuem ativamente para o bom funcionamento da União:

- a) Sendo informados pelas instituições da União e notificados dos projetos de atos legislativos da União, de acordo com o Protocolo relativo ao papel dos PN na UE;*
- b) Garantindo o respeito pelo princípio da subsidiariedade, de acordo com os procedimentos previstos no Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade;*
- c) Participando, no âmbito do espaço de liberdade, segurança e justiça, nos mecanismos de avaliação da execução das políticas da União dentro desse mesmo espaço, nos termos do artigo 70.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE, e sendo associados ao controlo político da Europol e à avaliação das atividades da Eurojust, nos termos dos artigos 88.º e 85.º do referido Tratado;*

- d) *Participando nos **processos de revisão dos Tratados**, nos termos do artigo 48.º do presente Tratado;*
- e) *Sendo **informados dos pedidos de adesão à União**, nos termos do artigo 49.º do presente Tratado;*
- f) *Participando na **cooperação interparlamentar entre os PN e com o Parlamento Europeu**, nos termos do Protocolo relativo ao papel dos PN na UE.”*

Estas disposições gerais são, depois, especificadas através de vários artigos ao longo do Tratado, bem como nos Protocolos n.º 1, relativo ao papel dos PN na UE, e n.º 2, relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, ambos aprofundados em relação ao que constava nos Protocolos similares, anexos ao Tratado constitucional.

Para facilidade de exposição, e sem prejuízo da consulta do articulado do Tratado e respetivos protocolos, sugerimos apresentar, em anexo¹⁰⁴, as principais alterações e inovações do Tratado de Lisboa sobre os PN.

Estas inovações dizem respeito, em primeiro lugar, às disposições dos dois Protocolos anexos ao Tratado de Lisboa que versam sobre o papel dos PN¹⁰⁵ e que ficaram conhecidas como os mecanismos de “cartão amarelo” e “cartão laranja”, que contemplam a possibilidade de os PN se oporem a determinada proposta de ato legislativo, argumentando a inobservância do princípio da subsidiariedade.

Através destes procedimentos, os PN adquirem, desde que atingidos os limiares de *votos* previstos, um efetivo poder de parar o processo legislativo a nível europeu, pois a Comissão Europeia deverá, em ambos os casos, reanalisar a proposta em questão. Apresentamos, em

¹⁰⁴ Anexo IV, *Quadro-síntese com as disposições do Tratado de Lisboa relativas ao papel dos PN na UE*, p.137

¹⁰⁵ Protocolo relativo ao papel dos PN na UE, em <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12007L/htm/C2007306PT.01014802.htm> e Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, em <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12007L/htm/C2007306PT.01015001.htm>

anexo, uma tabela¹⁰⁶ na qual podemos constatar que a utilização que os PN fazem destas prerrogativas tenha vindo a aumentar, tendo sido adotados 64 pareceres fundamentados neste âmbito em 2011.

Por outro lado, o Tratado de Lisboa inova num conjunto de outros domínios nos quais se prevê um papel para os PN, seja no que diz respeito ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, através da avaliação das atividades da EUROPOL e da EUROJUST, ou da pronúncia quanto à possibilidade de adoção de cláusulas “passerelle” em matéria de direito da família com incidência transfronteiriça, seja na sua plena participação nos trabalhos de uma Convenção a ser convocada para os processos ordinários de revisão dos Tratados.

Como tal, a nossa apreciação é a de que o Tratado de Lisboa permite que os Parlamentos se debrucem sobre a análise da subsidiariedade, com um certo *poder de fogo*, mas sem negligenciar o seu envolvimento quer nas fases mais precoces da formulação de políticas a nível europeu (e.g. livros verdes ou livros brancos), como no escrutínio *ex-post*, designadamente a evolução do processo legislativo a nível europeu, e as posições assumidas pelos respetivos Governos nacionais nesse quadro.

- *Conclusões preliminares*

O reconhecimento político, jurídico e institucional do papel dos PN na UE evoluiu de forma notável ao longo das várias etapas do processo de construção europeia, sendo curioso notar que a intensificação deste reconhecimento se verificou no preciso momento em que a integração se aprofundou, ou seja, com a realização do mercado interno e o início do estabelecimento da União Económica e Monetária, no início dos anos 90, e ganhou um fôlego decisivo com as revisões dos Tratados que tiveram como objeto o desenvolvimento do modelo político da União, com o processo da Convenção Europeia, do projeto de Tratado que institui uma Constituição para a Europa e, finalmente, com o Tratado de Lisboa.

¹⁰⁶ Anexo V, *Tabela com os pareceres fundamentados sobre a subsidiariedade adotados pelos PN no âmbito do Protocolo 2 do Tratado de Lisboa*, p. 141

Porém, é importante precisar que, apesar de toda esta evolução, do reconhecimento generalizado de que os PN contribuem para o bom funcionamento da União e dos vários mecanismos e novas prerrogativas que lhe foram confiadas, subsistem muitas diferenças entre os diversos Parlamentos no que diz respeito à sua atividade europeia, aos seus sistemas de escrutínio, à natureza da sua interação com os respetivos governos nacionais, pelo que qualquer leitura ou avaliação sobre a sua influência a nível europeu deve ser mitigada e levar em consideração esta heterogeneidade, na esteira daquilo que tivemos oportunidade de referir no primeiro capítulo deste trabalho.

3.3. A cooperação interparlamentar

A dimensão parlamentar do processo de integração europeia compreende igualmente uma outra vertente a que importa dar relevo neste trabalho: a cooperação interparlamentar, não só entre os PN, mas também entre estes e o PE.

O próprio Tratado define, no Protocolo relativo ao papel dos PN, que “*O Parlamento Europeu e os PN definem em conjunto a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular ao nível da União.*” (artigo 9.º)

Nesta secção, procuraremos enquadrar o objeto desta cooperação interparlamentar e os vários formatos através dos quais esta opera e se desenvolve. Assim sendo, devemos começar por referir que as *Linhas orientadoras da cooperação interparlamentar*¹⁰⁷, aprovadas na Conferência de Presidentes de Parlamentos da UE, realizada em Lisboa, nos dias 20 e 21 de junho de 2008¹⁰⁸, definem que os principais objetivos desta cooperação são (artigo 2.º):

- *promover a partilha de informação e de boas práticas entre os PN e o PE, tendo em vista reforçar o controlo, a influência e o escrutínio parlamentares a todos os níveis;*

¹⁰⁷

Disponíveis

em

<http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/widgets/download.do?widgetId=082dbcc531986689013198d258a70057&fileId=082dbcc533a215ee0133abe026dd0786>

- assegurar o exercício efetivo das competências parlamentares nas matérias da UE, em particular no que diz respeito aos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade;

Esta cooperação desdobra-se em vários formatos, que procuram gerar sinergias e complementaridade entre o trabalho feito a nível nacional no acompanhamento das matérias europeias e a atividade do PE, enquanto colegislador a nível europeu.

Assim sendo, e em termos das reuniões interparlamentares que são organizadas em cada semestre, podemos elencar as seguintes plataformas de cooperação interparlamentar:

a) Conferência de Presidentes de Paramentos da UE (CPPUE): reúne os Presidentes das quarenta câmaras parlamentares nacionais e o Presidente do Parlamento Europeu, numa reunião anual organizada e presidida por um Parlamento nacional. É responsável pela supervisão e coordenação das atividades de cooperação interparlamentar a nível da UE.¹⁰⁹ A primeira Conferência deste género de que há registo teve lugar em Itália, a 1 de janeiro de 1963, tornando-se efetivamente regulares a partir da década de 80¹¹⁰;

b) Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Paramentos da UE (COSAC): reúne as Comissões parlamentares especializadas em assuntos europeus dos PN e o Parlamento Europeu. Foi estabelecida em Madrid, no mês de maio de 1989, e teve a sua primeira reunião a 16 e 17 de novembro de 1989, em Paris. As suas reuniões são semestrais e têm lugar no Parlamento do estado-membro que exercer a presidência rotativa do Conselho da UE, e visa possibilitar um intercâmbio regular de pontos de vista e das melhores práticas entre os PN e o PE¹¹¹.

¹⁰⁸ Toda a informação sob esta Conferência, presidida pela AR, está disponível em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/euspeakers/getspeakers.do?id=082dbcc530e432c20130e528aff20134>

¹⁰⁹ <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/widgets/download.do?widgetId=082dbcc531986689013198d258a70057&fileId=082dbcc5319ee5f60131d297bb6c1526>

¹¹⁰ O site do IPEX (www.ipex.eu), na secção *EU Speakers*, apresenta uma cronologia e uma descrição de cada uma das Conferências realizadas desde 1963 até hoje. A AR presidiu por três vezes a esta Conferência: 1992, 1999 e 2008.

¹¹¹ Os relatórios bianuais da COSAC, frequentemente citados pela comunidade académica nos seus trabalhos, estão disponíveis em <http://cosac.eu/en/documents/biannual/>

- c) **Reuniões interparlamentares conjuntas sobre tópicos de interesse comum** (*“joint parliamentary meetings”* e *“joint committee meetings”*): reuniões coorganizadas e copresididas pelo Parlamento nacional do estado-membro que exerce a Presidência do Conselho e pelo PE, e que têm lugar em Bruxelas;¹¹²;
- d) **Reuniões de Presidentes de Comissões Parlamentares especializadas**, que são organizadas e presididas pelo Parlamento nacional do estado-membro da Presidência, na respetiva capital, e que versam sobre temas de interesse comum para a cooperação interparlamentar¹¹³;
- e) **Reuniões interparlamentares de Comissões especializadas**, organizadas e presididas pelo PE, em Bruxelas, e para as quais convida as Comissões homólogas dos PN. Este formato tem vindo a intensificar-se recentemente e corresponde ao interesse crescente do PE em envolver-se num diálogo direto com os PN ao nível de Comissões, após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

As linhas orientadoras para a cooperação interparlamentar a que aludimos fazem uma referência explícita aos representantes dos PN junto da UE, objeto deste relatório. Com efeito, este documento, aprovado pelos Presidentes dos Parlamentos da UE, explicita que aqueles representantes “contribuem para reforçar a cooperação interparlamentar ao facilitar uma troca de informação regular entre os PN”, por um lado, e “entre os PN e as instituições europeias”, por outro.

No que diz respeito aos instrumentos práticos para promover esta cooperação interparlamentar, devemos ainda assinalar o desenvolvimento de uma ferramenta importante, que é o IPEX - plataforma interparlamentar para troca de informações a nível da UE, disponível no sítio internet www.ipex.eu, que contém uma base de dados¹¹⁴ sobre todas as propostas, legislativas e não legislativas, apresentadas a nível europeu e, para cada uma delas,

¹¹² <http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1647>

¹¹³ Calendário completo disponível em <http://www.presidency.dk/meetings/>

¹¹⁴ <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/search.do>

os pareceres e relatórios adotados pelas várias câmaras parlamentares no quadro do seu processo de escrutínio.

Além disso, o IPEX disponibiliza ainda um calendário¹¹⁵ atualizado de todas as atividades interparlamentares descritas *supra*, uma secção dedicada aos vários PN e ao PE, com ligações para os respetivos sítios internet¹¹⁶, além de alojar a página da Conferência de Presidentes de Paramentos da UE¹¹⁷.

A Assembleia da República tem participado ativamente no desenvolvimento do IPEX, através da sua pertença ao Conselho e ao Apoio Central desta plataforma.

Por fim, e no que diz respeito à cooperação interparlamentar, uma nota para o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Coordenação (Steering Group) do PE para as relações com os PN, criado pela Conferência de Presidentes deste Parlamento com a missão de produzir “recomendações pragmáticas sobre a preparação adequada do PE para as futuras relações com os PN, à luz da entrada em vigor do Tratado de Lisboa”. Estas recomendações¹¹⁸ foram acolhidas pela Conferência de Presidentes do PE a 21 de outubro de 2010, e referem que este grupo produzirá anualmente um relatório sobre a cooperação interparlamentar, cuja primeira versão se dedicou à descrição das atividades ocorridas no período 2010-2011¹¹⁹.

- Conclusões e desafios da cooperação interparlamentar

A cooperação interparlamentar registou progressos assinaláveis nos últimos anos, não só através da proliferação de encontros entre parlamentares nacionais e europeus, mas também no que diz respeito à diversificação dos temas que são objeto destas reuniões.

¹¹⁵ Secção *Calendar* em www.ipex.eu

¹¹⁶ <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/parliaments/neparliaments.do>

¹¹⁷ <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/euspeakers/getspeakers.do>

¹¹⁸ Recomendações em

http://www.europarl.europa.eu/webnp/webdav/site/myjahiasite/users/emartinezdealosmoner/public/EP%20Steering%20Group%20recommendations-final_EN.pdf

¹¹⁹ Relatório em

http://www.europarl.europa.eu/webnp/webdav/site/myjahiasite/users/emartinezdealosmoner/public/Report-%20V3-DEF-net_EN_web.pdf

Porém, e não obstante o esforço de racionalização do número de reuniões realizadas, o planeamento das atividades de cooperação interparlamentar beneficiaria de uma articulação mais intensa entre o PE e os PN, designadamente na identificação de tópicos que sejam efetivamente de interesse comum, e não unilateralmente definidos por um dos interlocutores, bem como um foco mais determinado na continuidade do diálogo, que não termina, nem se esgota com a realização de reuniões interparlamentares.

Como tal, é nossa opinião de que estes formatos de cooperação interparlamentar, seja ao nível da Conferência de Presidentes de Paramentos, seja no quadro de reuniões interparlamentares de Comissões, nas capitais ou em Bruxelas, deve ser aprofundado através de mecanismos mais descentralizados de intercâmbio, tais como reuniões entre os relatores de uma determinada proposta legislativa nos PN e o relator no PE, através de reuniões por vídeo-conferência, que obviam às dificuldades de agenda e reduzem custos, ou, numa perspetiva mais abrangente e de cariz político, um maior envolvimento dos partidos políticos nacionais nas suas famílias políticas europeias de forma continuada e não apenas quando se realizam eleições para o PE.

Para ilustrar o nosso ponto de vista, consideramos que a atividade que a AR tem desenvolvido de organizar audições com os Deputados portugueses ao PE¹²⁰, de todos os grupos parlamentares, convidando-os a partilhar com os Deputados nacionais as experiências do trabalho desenvolvido no PE, nos diversos domínios em que a delegação portuguesa ao PE tem influência, é um bom exemplo de uma forma inovadora e substancial de aproximar o trabalho efetuado a nível nacional e europeu.

Finalmente, e no que diz respeito aos desafios atuais da cooperação interparlamentar, vimos já as disposições que o Tratado de Lisboa contém sobre isto. Como tal, a implementação destas disposições têm vindo a ganhar forma, sendo de destacar três exemplos concretos:

¹²⁰ Que descreveremos com maior detalhe um pouco mais à frente neste relatório.

- o estabelecimento de uma Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa, composta de delegações dos PN e do PE, criada na Conferência de Presidentes de Parlamentos da UE, reunida em Varsóvia de 19 a 21 de abril de 2012;

- o Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação da União Económica e Monetária (conhecido como o pacto orçamental), assinado a 2/3/2012, prevê, no seu artigo 13.º, que *"(...) o Parlamento Europeu e os PN das Partes Contratantes definirão em conjunto a organização e promoção de uma conferência de representantes das comissões relevantes do Parlamento Europeu e de representantes das comissões relevantes dos PN, a fim de debaterem as políticas orçamentais e outras questões abrangidas pelo presente Tratado."*

- no que diz respeito ao acompanhamento das atividades da EUROJUST e da EUROPOL, previstas nos artigos 85.º e 88.º, n.º 2 do TFUE, a experiência acumulada de reuniões interparlamentares entre a Comissão LIBE¹²¹ do PE e as suas congéneres dos PN, poderá ser um modelo a explorar.

É nossa opinião que esta tendência de promover reuniões interparlamentares, com a participação do PE e dos PN, se irá intensificar nos próximos anos, face às sinergias e complementaridades potenciais que caracterizam a dimensão parlamentar da integração europeia, bem como da necessidade de conferir legitimidade democrática ao processo. Exemplo disto é o facto de, no relatório apresentado ao Conselho Europeu de 28 e 29 de junho de 2012¹²², o Presidente do Conselho Europeu dedica uma secção ao "fortalecimento da responsabilização e legitimidade democráticas", afirmando que "o envolvimento do PE e dos PN será essencial (...) sendo o Protocolo 1 do TFUE uma estrutura adequada para a cooperação interparlamentar" neste domínio.

¹²¹ <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/libe/home.html>

¹²² "Rumo a uma união económica e monetária genuína", relatório disponível em http://consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/131201.pdf

3.4. O acompanhamento, apreciação e pronúncia pela AR sobre o processo de construção da UE.

A última secção deste capítulo é dedicada à enunciação do sistema de escrutínio parlamentar dos assuntos europeus em vigor na AR, sua evolução recente e, sempre que pertinente, à identificação dos desafios vindouros.

3.4.1. Da base constitucional e jurídica

A Constituição da República Portuguesa (CRP) define, nos seus artigos 161.º, alínea n), e 163.º, alínea f), que compete à AR pronunciar-se, nos termos da lei, sobre as matérias pendentes de decisão em órgãos no âmbito da UE que incidam na esfera da sua competência legislativa reservada, bem como acompanhar e apreciar, nos termos da lei, a participação de Portugal no processo de construção da UE.

Porém, além desta base constitucional, que confere poderes genéricos ao Parlamento, a AR dispõe das prerrogativas estatuídas na Lei n.º 21/2012¹²³, de 17 de maio, que procede à primeira alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela AR no âmbito do processo de construção da UE entrou em vigor no dia 22 de maio de 2012.

Esta Lei é o culminar de um processo de europeização normativa, empírica e institucional do Parlamento português, que se iniciou ainda antes da adesão de Portugal às Comunidades Europeias¹²⁴.

¹²³ Lei republicada disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/09600/0258202588.pdf>

¹²⁴ Anexo a este relatório, apresentamos um *Quadro-síntese com a evolução jurídica e institucional da AR no acompanhamento dos assuntos europeus* (Anexo VI, p. 142).

3.4.2. Os mecanismos de acompanhamento, apreciação e pronúncia da AR no processo de construção da UE

A Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, que procedeu à primeira alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, define as competências da AR no processo de integração europeia, estipulando que, no exercício dessas prerrogativas, *"é estabelecido um processo regular de consulta entre a AR e o Governo"* (artigo 1.º).

- A pronúncia e o processo de escrutínio

Os artigos 1.ºA e, 2.º elaboram sobre as modalidades de pronúncia da AR, que pode emitir *"(...) pareceres sobre matérias da esfera da sua competência legislativa reservada pendentes de decisão em órgãos da UE (...) assegurando a análise do seu conteúdo e, quando aplicável, o respeito pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade"*, devendo o Governo *"informar a AR"* e fornecer-lhe *"um resumo do projeto ou proposta, uma análise das suas implicações e a posição que o Governo pretende adotar, se já estiver definida"*.

No que diz respeito à observância do princípio da subsidiariedade (artigo 3.º), cabe à AR assegurar *"o exercício dos poderes enunciados no Protocolo Relativo ao Papel dos PN na UE e no Protocolo Relativo à Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade"*, sendo este exercício da responsabilidade da "CAE (CAE), sem prejuízo da competência do Plenário e das outras comissões parlamentares."

A CAE é a comissão parlamentar "competente para o acompanhamento e apreciação global dos assuntos europeus" (artigo 6.º), e a esta compete ainda "aprovar a metodologia que defina o processo para a elaboração de relatórios e pareceres sobre o cumprimento do princípio da subsidiariedade" (artigo 6.º, n.º 3).

A este respeito, e sobre a cooperação da CAE com as restantes comissões parlamentares, é de sublinhar que, nos casos em que os pareceres da CAE sejam divergentes dos relatórios das comissões competentes, no que diz respeito à análise da observância do princípio da

subsidiariedade, considera-se que prevalecem os pareceres, por ser a CAE a comissão competente nessa matéria (art. 7.º, n.º 4).

- O dever de informação do Governo

Para poder exercer as competências que a Lei lhe confere, a AR carece de um acesso constante a informação atualizada e fiável, pelo que a Lei define que o Governo tem o dever de a manter informada, em tempo útil, sobre projetos de acordos ou tratados a concluir pela UE ou entre Estados membros no contexto da UE, sem prejuízo das regras de reserva ou confidencialidade que vigorem para o processo negocial [art. 5.º, n.º 1, alínea a)].

Além disso, os Deputados à AR podem requerer ao Governo qualquer documento nacional ou europeu que seja importante para o exercício das competências previstas na lei (art. 5.º, n.º 3).

Finalmente, o Governo deve apresentar à AR, no 1.º trimestre de cada ano, um relatório sucinto sobre a participação de Portugal na UE, que informe sobre as deliberações com maior impacto para Portugal tomadas no ano anterior pelas instituições europeias, e as medidas postas em prática pelo Governo em resultado dessas deliberações, incidindo particularmente sobre a transposição de diretivas (art. 5.º, n.º 4).

- Debates em plenário e em Comissão

O artigo 4.º da Lei, sob a epígrafe *Meios de acompanhamento e apreciação*, consagra as modalidades relativas à presença do Governo no Parlamento, para debates sobre assuntos europeus. Apresentamos, em anexo, um quadro com os debates em Plenário previstos na Lei¹²⁵.

É de notar que, antes de cada Conselho Europeu, é obrigatória a presença do Primeiro-Ministro no Plenário, para debater com os deputados a agenda e a preparação de cada cimeira.

¹²⁵ Anexo VII, *Quadro com os debates em plenário previstos pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio*, p. 143

O primeiro Plenário desta natureza teve lugar no dia 27 de junho de 2012, na véspera do Conselho Europeu de 28 e 29 de junho e ficou marcado pela apresentação de duas propostas de resolução (uma do PSD e outra do PS), o que pode ser caracterizado como uma espécie de "mandato" conferido pelo Parlamento ao Governo para a negociação a realizar no Conselho Europeu. Isto representa uma inovação político-institucional, na interação entre o Parlamento e a AR, bem como na apropriação que esta pode fazer da agenda europeia, cujo desenvolvimento futuro importa acompanhar.

No que diz respeito às presenças de membros do Governo em reuniões de Comissão, a Lei estabelece a possibilidade de, no quadro do acompanhamento da atividade do executivo ao nível da UE, organizar reuniões conjuntas, sempre que consideradas necessárias, entre a CAE, a comissão parlamentar competente em razão da matéria e o membro do Governo competente, na semana anterior ou posterior à data da realização do Conselho, nas suas diferentes configurações [art. 4.º, n.º 1, alínea g)], bem como a realização de um debate na CAE nas semanas anterior e posterior à data da realização do Conselho Europeu¹²⁶.

Por fim, a Lei n.º 21/2012 introduziu possibilidade expressa de organização de reuniões na CAE com membros do Governo sobre iniciativas europeias específicas [art. 4.º, n.º 1, alínea h)].

- Audição de personalidades nomeadas ou designadas pelo Governo para cargos da UE

A Lei define, ainda, que "*a AR, através da CAE, procede à audição das personalidades que o Governo pretende nomear ou designar para cargos nas instituições, órgãos ou agências da UE (...), sendo que tal se aplica "à nomeação ou designação de personalidades para cargos de natureza jurisdicional, designadamente de juiz do Tribunal de Justiça da UE, incluindo do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral, de juiz do Tribunal de Contas Europeu e de advogado -geral"*.

¹²⁶ Exceto quando, nos termos da alínea a) do artigo 4.º, o debate se encontre agendado para sessão plenária.

- Conclusões e desafios

A europeização normativa da AR tem sido um processo gradual, com progressos moderados, mas que correspondem a uma intensificação do papel do Parlamento português nos assuntos europeus.

Do nosso ponto de vista, a entrada em vigor da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, representou um salto qualitativo no quadro legal ao dispor do Parlamento, pois sistematizou as suas competências, atribuiu-lhe novos poderes e procurou corresponder aos estímulos externos: o processo da Convenção sobre o futuro da Europa, as disposições sobre os PN constantes do Tratado que institui uma Constituição para a Europa, em 2004, o início do processo de diálogo político entre a Comissão Europeia e os PN, em 2006, e o exercício da dimensão parlamentar da Presidência portuguesa do Conselho da UE, no segundo semestre de 2007.

A recente alteração desta Lei, através da Lei n.º 21/2012, corresponde a um processo de amadurecimento institucional, de afinação de procedimentos e de avaliação da metodologia de escrutínio, bem como de adaptação aos procedimentos previstos no Tratado de Lisboa, que visa aprofundar a europeização do Parlamento seja no que diz respeito aos pareceres que o Parlamento emite, mas também à fiscalização da atividade do Governo do plano europeu.

Pela nossa parte, e enquanto observador participante destes processos desde 2006, consideramos que o papel do Parlamento português tem evoluído bastante nos últimos seis anos, respondendo aos estímulos que a própria rapidez da integração europeia tem incutido. O desenvolvimento de metodologias de escrutínio das iniciativas europeias, com a CAE e as comissões parlamentares a apropriarem-se dos temas europeus, tem vindo a promover uma internalização dos assuntos europeus com uma dimensão progressivamente mais qualitativa da ação do Parlamento, em detrimento de uma abordagem essencialmente quantitativa, com a aprovação de um número elevado de pareceres, mas cujo impacto real no processo de europeização é bastante mitigado.

No capítulo seguinte deste relatório desenvolveremos o modo a presença de um funcionários em permanência em Bruxelas permite um acesso sem paralelo à informação de que o Parlamento carece para exercer as prerrogativas que a Lei lhe confia em matéria de acompanhamento dos assuntos europeus, bem como um facilitador de contactos e presença em redes de informação que potenciam a sua influência.

IV. RELATÓRIO PROFISSIONAL DE ATIVIDADE

4.1. Enquadramento: a representação dos PN em Bruxelas

O presente relatório de atividade tem como tema *O Tratado de Lisboa e a adaptação dos PN aos desafios da integração europeia: o caso dos representantes dos Parlamentos junto das instituições da UE*.

Conforme explicitado na introdução, e dado que o candidato desempenha atualmente o cargo de Representante Permanente da AR junto da UE, o objeto central deste relatório é dedicado à descrição detalhada da atividade desempenhada nestas funções, sublinhando as competências adquiridas, e procurando, sempre que possível, promover uma dimensão crítica orientada para o trabalho da AR neste domínio, bem como a busca de soluções para os problemas concretos que tenham surgido durante este percurso profissional.

Como tal, este capítulo procura demonstrar a relevância prática de uma representação permanente dos PN junto das instituições da UE, no quadro do estudo dos mecanismos que os vários Parlamentos foram pondo em prática para reforçar a sua participação no processo de integração europeia, baseado na experiência pessoal e profissional do autor.

Com efeito, deve começar por ser assinalado que, à data de elaboração deste relatório, a UE conta com 27 Estados membros, aos quais correspondem 40 câmaras parlamentares. Ora, como vimos no enquadramento teórico deste relatório, há uma grande heterogeneidade no que diz respeito aos diversos PN, bem como diferentes sistemas de escrutínio e distintas abordagens ao papel que estes podem e querem desempenhar a nível europeu.

Porém, há um aspeto que, no seio desta diversidade, é comum: para que os PN possam desempenhar um papel mais efetivo na construção europeia, acompanhando a ação dos respetivos Governos, pronunciando-se sobre as opções estratégicas e sobre as propostas legislativas, ao nível da UE, carecem de informação atempada, pertinente, contextualizada e objetiva do trabalho das instituições da UE.

De modo a obter essa informação, e apesar de os Parlamentos disporem, na maioria dos casos, de prerrogativas constitucionais e legais nacionais (além das previstas no Tratado de Lisboa) que obrigam os Governos a prestarem-lhe informação sobre os temas e negociações em curso ao nível da UE, uma maioria significativa dos PN tomaram a opção política de criar a sua própria fonte de informação em Bruxelas: o destacamento de um funcionário para estar em permanência junto das instituições europeias, obtendo elementos relevantes para a atividade parlamentar no domínio europeu, sem mediação dos Governos ou das instituições.

Este é, efetivamente um traço comum do trabalho atual dos PN no quadro europeu: à data de elaboração deste relatório, 38 das 40 câmaras parlamentares (ou 26 de 27 Estados membros) têm um representante permanente junto das instituições da UE¹²⁷. O quadro que se segue pretende dar nota da evolução da presença dos PN em Bruxelas, por ordem cronológica do início da representação em Bruxelas:

¹²⁷ Apenas o Parlamento eslovaco, que está no processo de nomeação de um novo representante, e o Conselho nacional esloveno não estão, de momento, representados.

**CRONOLOGIA DO ENVIO DE REPRESENTANTES PERMANENTES DOS
PN PARA BRUXELAS**

<i>Parlamento/Câmara</i>	<i>Data de início da presença em Bruxelas</i>	<i>Designação oficial</i>
Dinamarca (<i>Folketinget</i>) ¹²⁸	1995 ¹	Representante permanente junto da UE
Finlândia (<i>Eduskunta</i>)	1995	Representante permanente junto da UE
Itália (<i>Camera dei Deputati</i>)	março de 1998	Representante permanente junto da UE
França (<i>Sénat</i>)	1999 ¹	Representante permanente junto da UE
Reino Unido (<i>House of Commons</i>) ¹²⁹	outubro de 1999	Representante permanente junto da UE
Letónia (<i>Saiema</i>) ¹³⁰	junho de 2002	Representante permanente junto da UE
Lituânia (<i>Saiema</i>)	janeiro de 2003	Representante permanente junto da UE
França (<i>Assemblée nationale</i>)	março de 2003	Representante permanente junto da UE
Polónia (<i>Sejm</i>)	agosto de 2003	Representante permanente junto da UE
Irlanda (<i>ambas as Câmaras do Oireachtas</i>)	setembro de 2003	Representante permanente junto da UE
Eslovénia (<i>Državni zbor</i>)	março de 2004	Representante permanente junto do PE
Hungria (<i>Országgyűlés</i>)	agosto de 2004	Representante permanente junto da UE
Países Baixos (<i>ambas as Câmaras</i>)	agosto de 2004	Representante permanente junto da UE
República Checa (<i>Senát</i>)	novembro de 2004	Representante permanente em Bruxelas

¹²⁸ Representado em Bruxelas desde setembro de 1991, através de um gabinete em instalações cedidas pela Câmara dos Representantes belga, no período entre 1992 e 1995.

¹²⁹ Representando, igualmente, a Câmara dos Lordes até janeiro de 2005.

¹³⁰ Instalado na Representação Permanente da Letónia entre novembro de 2001 e junho de 2002.

Suécia (<i>Riksdag</i>) ¹³¹	janeiro de 2005	Representante permanente junto das instituições da UE
Reino Unido (<i>House of Lords</i>) ¹³²	janeiro de 2005	Representante permanente junto da UE
Áustria (<i>ambas as Câmaras</i>)	maio de 2005 ¹³³	Representante permanente junto da UE
Grécia (<i>Vouli ton Ellinon</i>)	maio de 2005	Representante permanente junto do PE
Estónia (<i>Riigikogu</i>)	agosto de 2005	Representante permanente junto do PE
Eslováquia (<i>Narodná rada</i>)	novembro de 2005	Representante permanente junto do PE e das outras instituições da UE
Alemanha (<i>Bundestag</i>) ¹³⁴	novembro de 2005	Representante permanente junto da UE
Luxemburgo (<i>Chambre des Députés</i>) ¹³⁵	janeiro de 2006	Representante permanente junto das instituições da UE
Bélgica (<i>Sénat</i>)	fevereiro de 2006	Representante permanente junto do PE
Bélgica (<i>Chambre des Représentants</i>)	maio de 2006	Representante permanente junto do PE
Itália (<i>Senato</i>)	setembro de 2006	Representante permanente junto da UE
Portugal (<i>AR</i>) ¹³⁶	janeiro de 2007	Representante permanente junto da UE ¹

¹³¹ Antes do estabelecimento de uma representação em Bruxelas, o Riksdag destacava funcionários numa base temporária para fins específicos: durante a Presidência sueca do Conselho da UE (primeiro semestre de 2001), durante parte da Convenção sobre o futuro da Europa (janeiro a junho de 2003) e durante a CIG que preparou o Tratado que institui uma Constituição para a Europa (de setembro a dezembro de 2003 e de janeiro a maio de 2004).

¹³² Acumulando as funções de Representante do Parlamento do Reino Unido no secretariado da COSAC, entre janeiro de 2005 e junho de 2006.

¹³³ Representou, igualmente, o Parlamento austríaco junto do secretariado da COSAC, entre julho de 2005 e dezembro de 2006.

¹³⁴ O Bundestag abriu um escritório de representação fora das instalações do PE em janeiro de 2007. Esta Câmara esteve representada separadamente, por um outro funcionário, no secretariado da COSAC entre dezembro de 2007 e dezembro de 2008.

¹³⁵ Representado no secretariado da COSAC (de julho de 2004 a dezembro de 2005).

¹³⁶ A presença da AR em Bruxelas iniciou-se com a participação na troika presidencial do secretariado da COSAC, entre 1 de janeiro de 2007 e 30 de junho de 2008, ao que se seguiu a designação de um representante permanente junto da UE, em setembro de 2008.

Chipre (<i>Vouli ton Antiprosopon</i>)	abril de 2007	Representante permanente junto do PE
Roménia (<i>Camera deputatilor</i>)	maio de 2007	Representante permanente junto do PE
Bulgária (<i>Narodno Sabranie</i>)	março de 2008	Representante permanente junto do PE
Polónia (<i>Senat</i>)	abril de 2008	Representante permanente junto da UE
República Checa (<i>Poslanecká sněmovna</i>) ¹³⁷	abril de 2008	Representante permanente junto do PE
Roménia (<i>Senatul</i>)	setembro de 2009	Representante permanente em Bruxelas
Espanha (<i>ambas as Câmaras</i>)	janeiro de 2010	Representante permanente junto do PE
Alemanha (<i>Bundesrat</i>)	fevereiro de 2011	Representante permanente junto da UE
Malta (<i>Kamra tai Deputati</i>)	janeiro de 2012	Representante permanente junto do PE e das instituições da UE

Como se pode concluir, praticamente todos os Parlamentos estão representados em Bruxelas neste momento, sediados em instalações cedidas graciosamente pelo PE, a partir das quais desenvolvem o seu trabalho de obtenção de informação, desenvolvimento de redes de contactos, promoção de intercâmbios de boas práticas e procedimentos parlamentares, além da articulação com as várias instituições europeias.

O primeiro Parlamento a designar um representante permanente em Bruxelas foi o Folketinget dinamarquês, em 1991¹³⁸. Seguiu-se o Eduskunta finlandês, em 1995, e a Camera dei Deputati italiana, em 1998. É curioso notar que os dois primeiros Parlamentos a tomar a decisão de estarem representados de forma permanente junto das instituições da UE são dois dos que tradicionalmente são considerados como tendo os sistemas de escrutínio mais fortes,

¹³⁷ A presença desta Câmara em Bruxelas iniciou-se com a pertença ao secretariado da COSAC, nos moldes do que sucedeu com a AR.

¹³⁸ O primeiro representante foi Peter Juul Larsen, a quem agradecemos toda a sabedoria e conhecimentos transmitidos no período de trabalho em comum durante a Presidência portuguesa, em 2007.

na medida em que podem mandar os seus governos para as negociações em sede de Conselho de Ministros da EU.

O 11º relatório bianual da COSAC¹³⁹, apresentado em maio de 2009, na COSAC de Praga, dedicou um capítulo ao papel dos representantes dos PN em Bruxelas, no qual se enunciam algumas das motivações para esta representação. Por exemplo, o Eduskunta finlandês identificou como razão principal para enviar um funcionário em permanência para Bruxelas a necessidade de acesso à informação por parte do Parlamento, para que pudesse desempenhar as suas funções de fiscalização da ação do governo (recorde-se que este país aderiu à UE em 1 de janeiro de 1995 e tomou a decisão de se fazer representar em Bruxelas na primavera desse mesmo ano). Quando, em 2008, foi feita uma avaliação desta decisão, as duas principais razões para a continuidade da sua existência foram o fluxo de informação que representava, bem como o significado político de uma presença permanente em Bruxelas.

Por seu lado, o Folketinget dinamarquês decidiu criar uma representação em Bruxelas para melhorar e suplementar a informação de e para a UE, bem como estabelecer um mecanismo de troca de informações entre os Parlamentos (tendo este Parlamento sido o pioneiro).

A Câmara dos Comuns britânica, por fim, considerou que o estabelecimento de um escritório em Bruxelas representava um grande potencial, não devendo ser “apenas uma caixa de correio ou um glorioso gabinete de protocolo”, mas o seu objetivo principal é o ser um “posto de observação avançada da Câmara, bem como agir como os olhos e os ouvidos da sua Comissão de Legislação Europeia”.

A AR, por seu lado, na resposta fornecida ao citado relatório da COSAC, referiu que os principais motivos para a decisão de nomear um representante permanente junto da UE foram beneficiar da rede de informação existente em Bruxelas, bem como ter a possibilidade de transmitir as posições ou o trabalho desenvolvido pelo Parlamento no domínio europeu. Além disso, e no quadro da implementação de uma metodologia de escrutínio dos assuntos europeus decorrente da entrada em vigor da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, a AR passou a “sentir a

¹³⁹ Disponível em <http://www.cosac.eu/documents/bi-annual-reports-of-cosac/11br.pdf>

necessidade de informação adicional, diversificada e atualizada”, lacunas que uma representação em Bruxelas visava suprir.

Com efeito, a AR está, *de facto*, presente em Bruxelas desde janeiro de 2007, data em que se iniciou a participação do Parlamento português na troica presidencial do Secretariado da COSAC, sediado no Parlamento Europeu. Desde esse período até ao dia 30 de junho de 2008, o candidato foi o funcionário destacado para integrar esse Secretariado.

Em seguida, e face às potencialidades e mais-valias desta presença, em permanência, junto das instituições europeias, para a atividade da AR, tais como a obtenção de informação privilegiada, a participação em circuitos de tomada de decisão inacessíveis em Lisboa, bem como a possibilidade de prestar um apoio técnico mais qualificado aos Deputados da AR, foi tomada a decisão de destacar um funcionário para trabalhar, em permanência em Bruxelas.

Foi, assim, aprovado, a 24 de junho de 2008, o Regulamento n.º 354/2008¹⁴⁰, através do qual é criada a figura de “Representante Permanente da AR (Antena) junto da UE (UE)”, que viria a ser nomeado, pela primeira vez, no dia 17 de setembro de 2008, para um mandato de dois anos (setembro de 2008 - setembro de 2010)¹⁴¹.

4.2. As principais funções de um representante permanente de um Parlamento nacional

Ainda que as funções desempenhadas possam variar entre os representantes, de acordo com o modo de organização, as prioridades e mesmo o perfil de cada Parlamento/Câmara, é possível identificar, com base nas respostas ao questionário do 11º relatório da COSAC mencionado *supra*, um núcleo de tarefas que estes funcionários desempenham:

- a) Acompanhar e reportar, na fase o mais precoce possível, sobre os processos de tomada de decisão a nível europeu, de modo a reforçar a capacidade de o respetivo Parlamento

¹⁴⁰ Disponível em <http://dre.pt/util/getpdf.asp?s=dip&serie=2&iddr=128.2008&iddip=2008053480>

¹⁴¹ Dra. Maria Teresa Paulo (Assessora da CAE/Divisão de Apoio às Comissões).

exercer as suas funções de controlo e fiscalização democráticos relativos à atividade europeia do Governo. Tal implica o acompanhamento das reuniões das Comissões do PE, o estabelecimento de canais de comunicação na Comissão Europeia, tanto ao nível das Direções-Gerais como dos Gabinetes dos Comissários, e ainda, idealmente, uma articulação eficiente e substancial com as respetivas representações permanentes dos estados membros junto da UE;

- b) Desenvolver as relações oficiais e a cooperação direta com os Parlamentos homólogos e as instituições da UE, bem como comunicar toda a informação sobre a atividade europeia do respetivo Parlamento;
- c) Providenciar informação rápida, diversificada e atualizada sobre matérias da UE, facilitando o trabalho de escrutínio do Parlamento neste domínio.
- d) Estabelecer e desenvolver relações de trabalho entre os PN através de uma rede de contactos e de troca de informações potenciada pelo grupo de representantes permanentes em Bruxelas. Neste capítulo, é de sublinhar que o facto de todos os representantes estarem baseados no mesmo edifício no PE facilita esta interação. Por outro lado, os representantes têm desenvolvido formatos de coordenação das suas atividades (e.g. as *Monday Morning Meetings*, que detalharemos mais à frente), que têm contribuído para tornar estas relações de trabalho numa das dimensões mais importantes do trabalho em Bruxelas;
- e) As funções previstas em c) e d) ganharam particular acuidade com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, dado que a correta implementação, pelos PN, de mecanismos como os previstos no Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, implica a existência de um canal informal de troca de informações que permita saber, em tempo real, os procedimentos em curso nos restantes Parlamentos;

- f) Prestar apoio e, eventualmente, funções de coordenação, no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência da UE, designadamente no que diz respeito à participação na troica presidencial do secretariado da COSAC;
- g) Organizar visitas de Deputados às instituições da UE, bem como prestar o apoio técnico às reuniões interparlamentares sobre temas diversos, organizadas em Bruxelas ou em Estrasburgo. Isto implica a preparação de notas de enquadramento prévias, bem como a elaboração dos relatórios destas reuniões;
- h) Promover uma cooperação mais estreita entre os deputados nacionais ao PE e os respetivos parlamentos, identificando pontos de convergência e de interesse comum, favorecendo a criação de canais de comunicação que beneficiem a informação de que o Parlamento necessita;
- i) Preparação e acompanhamento das delegações parlamentares às reuniões da COSAC e da Conferência de Presidentes de Parlamentos da UE;

Como referimos, estão presentes em Bruxelas os Parlamentos de vinte e seis estados membros ou trinta e oito de quarenta câmaras parlamentares, num total de aproximadamente quarenta e cinco pessoas que trabalham diariamente juntas, numa cooperação intensa e frutífera, ainda que sem hierarquia entre si. Como tal, esta lista de tarefas não esgota todas as funções que os vários gabinetes de representação dos PN em Bruxelas desempenham.

Porém, escolhemos assinalar estes na medida em que correspondem ao mandato e à descrição de funções do representante permanente da AR junto da UE e porque nos permitirão dar exemplos concretos de cada um deles ao longo deste capítulo, naquilo que será o cerne do presente trabalho.

4.3. O representante permanente da AR junto da UE

4.3.1. Mandato e definição de funções

Conforme referido, o estatuto de Representante Permanente da AR (Antena) junto da UE foi criado através do Regulamento n.º 354/2008¹⁴², de 24 de junho de 2008. Aqui se define que o Antena é recrutado “*de entre funcionários parlamentares, com o perfil, as habilitações académicas e experiência profissional adequados, com relevância para a área dos assuntos europeus*”, cabendo a escolha ao Secretário-Geral da AR, que, para o efeito, consulta o Presidente da CAE.”

Neste regulamento, estão igualmente elencadas, do ponto de vista formal, as funções deste representante do Parlamento português:

“1 — O Antena deve promover e facilitar a cooperação entre a AR e as instituições europeias, nomeadamente o PE, bem como com o Secretariado da COSAC (...), através da troca regular de informação sobre as atividades respetivas.

2 — Para o efeito, o Antena deve, designadamente:

- a) Criar uma rede de contactos com as instituições europeias, nomeadamente o PE, e ainda com todos os representantes dos outros PN na UE;*
- b) Acompanhar os debates no PE e demais instituições europeias e assegurar uma eficaz circulação de informação;*
- c) Participar em reuniões no PE e demais instituições europeias, bem como em reuniões dos PN no âmbito das suas competências, designadamente na COSAC, em reuniões interparlamentares e nas conferências de presidentes de parlamentos e de secretários - gerais;*

¹⁴² Disponível em <http://dre.pt/util/getpdf.asp?s=dip&serie=2&iddr=128.2008&iddip=2008053480> e Anexo I ao presente relatório.

- d) Fornecer dados para as atividades de escrutínio da AR, propor formas de aprofundar mecanismos de cooperação e difundir boas práticas dos PN;*
- e) Colaborar na recolha de informação comparativa sobre práticas parlamentares e na preparação de estudos temáticos solicitados pelos órgãos e serviços da AR;*
- f) Prestar apoio ao Presidente da Assembleia e às delegações da AR que se deslocam às instituições europeias;*
- g) Colaborar na organização e acompanhamento de visitas de trabalho e de estudo de deputados e funcionários parlamentares às instituições europeias;*
- h) Assegurar a cooperação com a REPER.”*

Estas são as linhas de orientação que definem o mandato do representante permanente da AR junto da UE. É, no entanto, de ressaltar que este elenco formal é condicionado pelas prioridades que o Parlamento defina em cada momento – e que poderão determinar o enfoque em certas funções, em detrimento de outras, bem como acrescentar novas valências -, pela própria dinâmica da atualidade da UE, bem como pela capacidade do próprio representante em acompanhar os diversos assuntos e responder a todas as solicitações que lhe são colocadas.

Com efeito, é igualmente importante notar que a integração europeia é hoje um projeto muito complexo, que se estende por domínios que vão desde a governação económica até ao estabelecimento de normas de direito internacional privado que regulem os divórcios entre casais internacionais, passando por áreas como o restabelecimento temporário do controlo de fronteiras no espaço Schengen ou a reforma da política agrícola comum.

Deste modo, e como procuraremos demonstrar de forma prática e concreta neste capítulo, o desempenho destas funções exige versatilidade e capacidade de adaptação a esta dinâmica e complexidade da UE, bem como o desenvolvimento de um carácter generalista que permita apreender a essência das várias temáticas. Sobre este último aspeto, e sendo o candidato licenciado em relações internacionais pelo ISCS, acrescentaremos que a formação de base adquirida neste curso se tem revelado de extrema utilidade para o exercício deste cargo.

4.3.2. As funções desempenhadas: o aprofundamento e a crescente relevância do cargo e a importância da organização do tempo

A AR dispõe hoje de uma presença consolidada e afirmada em Bruxelas, estando bem inserida nos circuitos de informação nas várias instituições e sendo reconhecida pelos vários interlocutores em Bruxelas como um Parlamento ativo e envolvido na construção europeia.

É de registar que, desde a representação inicial em 2007 até ao final dos dois primeiros anos de representação formal, em setembro de 2010, a própria perceção interna que os Grupos Parlamentares, Gabinetes e Serviços da A.R. têm relativamente à presença de um Antena em Bruxelas aprofundou-se bastante, sendo que é, hoje em dia, sistemático o recurso aos serviços do Funcionário destacado junto das instituições da UE para diversos assuntos ou pedidos.

Por outro lado, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a 1 de dezembro de 2010, a própria dimensão institucional e política do projeto de construção europeia se complexificou, sendo que os PN são chamados, neste quadro, a desempenhar um papel sem precedentes no tocante à sua participação neste processo. Como tal, a presença de que a A.R. dispõe em Bruxelas permite-lhe estar preparada para os desafios que esta nova etapa inevitavelmente coloca.

O facto de a A.R. liderar, desde 2008, o *ranking* de PN mais ativos em matéria de escrutínio das iniciativas europeias no âmbito do diálogo político com a Comissão Europeia, reforça ainda mais a necessidade de acesso a informação adicional, diversificada e atualizada (sobre as políticas, as propostas, as iniciativas e as negociações em curso entre as instituições europeias) que sustenta qualitativamente a sistemática atividade de escrutínio das iniciativas da Comissão Europeia e do processo de decisão europeu.

Além disso, a nova metodologia de escrutínio das iniciativas europeias que a A.R. tem vindo a implementar desde janeiro de 2010, na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, através da qual o Parlamento procede à seleção de um conjunto de iniciativas europeias consideradas prioritárias, torna ainda mais premente a necessidade de obter informação

concreta, antecipada, bem como o estabelecimento de uma rede de contactos com os restantes Antenas dos vários Parlamentos representados em Bruxelas, com os Deputados portugueses ao PE, bem como com a Representação de Portugal (REPER) junto da UE (U.E.).

Por fim, e como consequência lógica do acréscimo do papel tanto dos PN, como do Parlamento Europeu após o início da vigência do Tratado de Lisboa, tem-se verificado uma intensificação sem precedente da organização de reuniões interparlamentares sobre os mais variados temas de interesse comum, nas quais os parlamentares portugueses têm participado de forma bastante ativa. Neste contexto, uma representação permanente em Bruxelas tem-se revelado particularmente útil para o trabalho dos Deputados, quer para reunir informação relevante para a preparação dessas reuniões, quer para o próprio acompanhamento das delegações a esses encontros interparlamentares.

Face ao que precede, a organização do tempo e a priorização de tarefas são essenciais para o correto, eficiente e produtivo desempenho das funções de representante permanente da AR junto da UE. Para melhor ilustrar a divisão de tempo entre as várias funções, apresentamos, em anexo, um quadro¹⁴³ no qual procuramos definir a percentagem de tempo dispendida com cada uma das dimensões que compõem, quotidianamente, a operacionalização do trabalho realizado, no período compreendido entre setembro de 2010 e setembro de 2012.

Para complementar esta informação, anexa-se ainda a este relatório uma lista descritiva¹⁴⁴ das várias reuniões em que o mestrando participou ao longo deste período, agregadas tendo como critério o tipo de reunião (reuniões de coordenação dos representantes permanentes, reunião interparlamentar, COSAC, etc).

No que diz respeito à descrição detalhada da atividade desenvolvida, e em abono da clareza da exposição, apresentamos de seguida várias secções com alguns exemplos concretos relativos a cada um dos grandes domínios de trabalho identificadas no quadro *supra*. Estes exemplos, seleccionados em função da sua relevância para o trabalho da AR.

¹⁴³ Anexo VIII, *Quadro com as funções desempenhadas pelo representante permanente da AR junto da UE, por percentagem de tempo dispendido*, p. 144

¹⁴⁴ Anexo IX, *Lista das reuniões em que o representante permanente da AR participou*, p. 145

i) Resposta a pedidos de informação por parte da AR, do grupo de Antenas ou de outras instituições

Referimos já que, desde o início da presença da AR em Bruxelas em 2007, a perceção interna do Parlamento (Grupos Parlamentares, Deputados e Serviços) relativamente à utilidade e mais-valia desta representação permanente se aprofundou acentuadamente. De facto, é hoje sistemático o recurso que os Deputados, Grupos Parlamentares, Comissões e demais serviços da A.R. fazem à representação em Bruxelas, com pedidos sobre os mais variados temas.

O Antena da AR junto da UE responde diariamente a diversos pedidos, feitos por e-mail ou por telefone, colocados pelos diversos interlocutores referidos, elaborando relatórios e notas informativas sobre as atividades em que participou, sempre que considerou necessário ou lhe tenha sido especificamente solicitado.

O escopo destes pedidos é muitíssimo variado, pelo que importa, para o objeto deste trabalho, fornecer exemplos concretos de cada um deles. Do mesmo modo, as solicitações provêm de diversos interlocutores, desde o Gabinete do Presidente da AR, passando pelas Comissões Parlamentares da AR ou serviços do Parlamento,

Os diversos assuntos sobre os quais incidiram os relatórios elaborados dizem respeito não só a reuniões interparlamentares em que os Deputados do Parlamento Português participaram, mas também sobre matérias de relevância para Portugal e para o debate político nacional.

a) Pedidos do Gabinete da Presidente da AR: a definição da posição da AR quanto ao estabelecimento de uma conferência interparlamentar sobre a PESC/PCSD

A Conferência de Presidentes de Parlamntos da UE, reunida em Varsóvia entre os dias 19 a 21 de abril de 2012, decidiu a criação de uma conferência interparlamentar sobre a política

externa e de segurança comum e a política comum de segurança e defesa (PESC/PCSD)¹⁴⁵, à qual fizemos alusão na secção dedicada à cooperação interparlamentar.

Esta decisão foi precedida de um longo debate, que se iniciou formalmente em 2010, quando a CPPUE de Estocolmo realizada nos dias 13 a 15 de maio, solicitou¹⁴⁶ à Presidência belga desta Conferência que apresentasse uma proposta sobre o mecanismo de acompanhamento parlamentar da PESC/PCSD, de modo a chegar a um acordo sobre esta matéria na CPPUE a realizar em Bruxelas, em abril de 2011.

Por outro lado, a necessidade de estabelecimento de uma conferência interparlamentar neste domínio ganhou particular relevância com a dissolução da União da Europa Ocidental (UEO) e da sua Assembleia Parlamentar, com efeitos a 30 de junho de 2011.

Assim se desencadeou um processo de negociação entre os vários PN e o PE sobre o formato, o âmbito e a própria composição desta Conferência.

A Presidência belga da CPPUE apresentou a 16 de fevereiro de 2011, uma proposta de compromisso para o estabelecimento de um órgão interparlamentar para o acompanhamento da PESC/PCSD. Esta base de negociação foi colocada à consideração dos vários Parlamentos, que foram chamados a pronunciar-se e a adotar uma posição sobre o futuro formato do acompanhamento interparlamentar da PESC/PCSD, de modo a poder ser alcançado um consenso entre as várias delegações na CPPUE, em Bruxelas.

Neste contexto, a AR definiu a sua posição através da Resolução n.º 85/2011 *"Posição da AR sobre o acompanhamento interparlamentar da política externa e de segurança comum e da política comum de segurança e defesa"*¹⁴⁷, que resultou de um trabalho conjunto das três Comissões Parlamentares relevantes: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Comissão de Defesa Nacional e CAE.

¹⁴⁵ Conclusões da CPPUE de Varsóvia disponíveis em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/files/download/082dbcc5367c573a0136ded147ab331a.do>

¹⁴⁶ Conclusões da CPPUE de Estocolmo disponíveis em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/files/download/082dbcc530b1bef60130b6edeef700a3.do>

¹⁴⁷ Resolução publicada e disponível no DRE em <http://dre.pt/pdf1sdip/2011/04/07100/0217702178.pdf>

A posição concertada destas Comissões, depois submetida e aprovada pelo Plenário, baseou-se numa intensa recolha de informação por parte da representação permanente da AR em Bruxelas, ao longo de vários meses, junto dos restantes Antenas, para aferir das posições assumidas por outros Parlamentos/Câmaras Parlamentares, bem como do Parlamento Europeu e da Presidência belga da CPPUE.

Este exemplo é particularmente ilustrativo, pois demonstra, por um lado, a diversidade de atores/destinatários da informação envolvidos na AR (Assessoria Diplomática de S. Exa. o PAR, as três Comissões Parlamentares interessadas, além da Sra. Secretária-Geral da AR, no âmbito da Reunião de Secretários-Gerais de Parlamentos e da preparação técnica da CPPUE), bem como a multidimensionalidade das fontes e canais de informação a desenvolver em Bruxelas (rede de Antenas, serviços e Comissões relevantes do PE, Presidência da Conferência de Presidentes de Parlamentos).

O relevo da presença em Bruxelas, neste caso concreto, reforça-se ainda mais pelo facto de esta matéria ter exigido um acompanhamento posterior quase diário dos desenvolvimentos nos diversos parlamentos, pois apesar de este ter sido o tema central da Conferência de Presidentes de Parlamentos da UE (CPPUE), organizada sob égide do Parlamento belga (Senado e Câmara dos Representantes), nos dias 3 a 5 de abril de 2011, em Bruxelas, não foi possível obter um acordo sobre todos os aspetos que envolviam o estabelecimento de uma conferência interparlamentar sobre a PESC/PCSD.

Não obstante o memorando comparativo¹⁴⁸ que a Presidência belga preparou, onde constavam as posições de todas as delegações, bem como os pontos de divergência, não foi possível obter acordo sobre a proposta de compromisso revista apresentada¹⁴⁹, e a decisão foi adiada para a Presidência polaca da CPPUE.

¹⁴⁸Disponível em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/files/download/082dbcc530d630570130d6c9fc7e00dd.do> e <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/files/download/082dbcc530d630570130d6ca9c0600de.do>
¹⁴⁹<http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/files/download/082dbcc530d630570130d6cb50df00df.do>

A decisão acabou por ser tomada em abril de 2012¹⁵⁰, em Varsóvia, após nova ronda negocial de aproximadamente um ano, tendo a Presidência polaca efetuado várias diligências nesse período, e que tornaram possível um acordo que permitisse salvaguardar o essencial – o estabelecimento da Conferência -, ainda que tal signifique transigências de algumas delegações.

O que é importante notar, para o objeto deste relatório, é o facto de o antena da AR junto da UE ter desempenhado, além das funções de obtenção e disseminação da informação, além da assessoria técnica aos vários interlocutores na AR, um papel de continuidade e de memória institucional: desde o momento em que este debate se iniciou, em maio de 2010 em Estocolmo, até ao momento em que a decisão foi tomada, em abril de 2012, em Varsóvia, todos os atores institucionais envolvidos na AR, no plano político, se alteraram: o Presidente do Parlamento e os Presidentes das três Comissões parlamentares envolvidas que iniciaram a discussão interna sobre esta temática não foram os mesmos que participaram da decisão final. Deste modo, podemos afirmar que a presença consolidada e estável de um representante em Bruxelas confere ao Parlamento um instrumento de continuidade institucional e de afirmação e projeção dos seus interesses e posições que não depende dos ciclos políticos.

- Outros pedidos da Presidente da AR

Como tivemos já oportunidade de referir, a cooperação interparlamentar tem vindo a intensificar-se significativamente nos últimos anos. Neste contexto, e dado o aprofundamento do papel da AR na construção europeia, têm sido tomadas iniciativas no sentido de diversificar as modalidades desta cooperação.

No que diz respeito, em particular, à cooperação entre a AR e o PE, a Sra. Presidente da AR tomou a iniciativa, em 2011, de dirigir uma missiva ao Presidente do PE, convidando três Comissões daquele Parlamento (Assuntos Constitucionais, Orçamentos e Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar) a realizarem uma reunião ordinária nas instalações da AR, com o objetivo de descentralizar o trabalho do PE. Esta proposta, apesar das restrições

¹⁵⁰ As conclusões da Presidência polaca estão disponíveis em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/files/download/082dbcc5367c573a0136ded147ab331a.do>

orçamentais que o PE enfrenta para estas deslocações, tem vindo a ser operacionalizada, através da coordenação entre o Gabinete da Sra. Presidente da AR e o Gabinete do Presidente do PE, promovida pelo representante permanente da AR em Bruxelas.

Por outro lado, e ainda sobre a interação com o PE, a AR participa, desde 2011, num projeto-piloto com o PE, os Parlamentos da Lituânia e dos Países Baixos para a realização de videoconferências com interpretação simultânea em várias línguas, de modo a potenciar a utilização desta tecnologia para a realização de reuniões, contactos bilaterais entre Comissões Parlamentares ou deputados. O papel do Antena neste contexto tem sido o de acompanhar o desenvolvimento deste projeto-piloto, assegurando a necessária coordenação entre o Gabinete da Sra. Presidente da AR, o Gabinete do Secretário-Geral da AR, o Centro de Informática da AR, responsável pela parte técnica deste projeto, e os interlocutores correspondentes no Parlamento Europeu.

Brevemente, a função do Antena evoluirá no sentido de identificar oportunidades para a realização de reuniões desta natureza, que sejam de interesse recíproco, e assegurar a sua implementação prática, que pode representar progressos assinaláveis em termos da frequência dos contactos entre a AR e o PE a nível político, além dos evidentes ganhos em termos de redução de custos.

b) Pedidos feitos pelos Deputados e pelas várias Comissões Parlamentares

Os pedidos feitos por Deputados e Comissões Parlamentares são uma rotina semanal. Aqui se enquadram solicitações de vária ordem, sejam pedidos individuais de deputados ou Presidentes de Comissão, sejam demandas feitas por uma determinada Comissão Parlamentar. O acervo de exemplos neste capítulo é vastíssimo, pelo que nos cingiremos a fornecer aqueles que nos parecem ilustrativos da mais-valia para o trabalho parlamentar e para a afirmação da AR no plano europeu.

- Pedidos de Deputados

No que concerne a pedidos individuais, destacamos dois casos, ambos provenientes de Presidentes de Comissões parlamentares. O primeiro enquadra-se no contexto da manutenção da emissão do canal informativo Euronews em língua portuguesa. O Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura (CECC) da AR, deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP), solicitou os serviços do representante permanente da AR em Bruxelas no sentido de agendar um encontro informal com a vice presidente da Comissão Europeia, Viviane Reding, que é responsável por este pelouro naquela instituição, com o objetivo de debater as possíveis soluções para que a Euronews não deixasse de providenciar uma emissão em português. Fazendo uso da rede de contactos da representação da AR em Bruxelas, designadamente com membros do Gabinete da Comissão de nacionalidade portuguesa, este encontro foi agendado para o dia 30 de janeiro de 2012.

Logo após o encontro, o Presidente da CECC assinalou que estava “encorajado e animado” com o resultado do encontro¹⁵¹ e, alguns meses mais tarde, a 31 de julho de 2012, foi o próprio presidente da Euronews a anunciar o resultado final destas diligências, em que a Comissão Europeia e a Euronews assinaram um contrato que prevê o apoio financeiro daquela instituição durante dois anos (o período abrangido pelo Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal) para que se mantenha a emissão em português. Nessa ocasião, em declarações à imprensa, afirmou que *«no início de setembro (se deslocaria) a Lisboa para agradecer os esforços de todos os que aí ajudaram, em especial ao José Ribeiro e Castro, e dar uma conferência de imprensa em que daremos todos os detalhes»*.¹⁵²

Com este exemplo, procuramos ilustrar como uma rede de contactos permanente em Bruxelas pode agilizar iniciativas e diligências que os agentes políticos possam empreender, num período de tempo muito curto.

¹⁵¹ Cobertura noticiosa disponível em <http://www.meiosepublicidade.pt/2012/01/30/ribeiro-e-castro-euronews-pode-prosseguir-em-portugal-com-apoio-de-bruxelas/>

¹⁵² Notícia disponível em <http://www.publico.pt/Media/comissao-europeia-e-euronews-assinam-contrato-que-mantem-servico-em-portugues1557094>

Um outro exemplo, de natureza distinta, relaciona-se com a Cimeira Rio + 20, organizada pela Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), e que se realizou no Rio de Janeiro, entre os dias 20 e 22 de junho de 2012. Por iniciativa de uma ONG dedicada às questões ambientais, em cooperação com a CNUDS, teve lugar, antes da Cimeira formal, a primeira Cimeira Mundial de Legisladores, entre os dias 15 e 17 de junho¹⁵³, com o objetivo de desencadear um processo interparlamentar global para estabelecer um mecanismo de escrutínio e de acompanhamento da atividade dos governos no cumprimento dos objetivos da agenda original da Cimeira do Rio em 1992, bem como dos novos compromissos agora assumidos.

A pedido do Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da AR, deputado António Ramos Preto (PS), o representante permanente da AR em Bruxelas fez, junto do PE e dos restantes PN, um levantamento de informação sobre o grau de interesse que esta iniciativa suscitou em cada um deles, bem como dos trabalhos preparatórios em curso nas diversas câmaras. Esta recolha de informação, juntamente com a preparação de um dossiê informativo sobre os vários temas em debate, e as posições assumidas por outros Parlamentos e pelo próprio PE, habilitaram a participação da AR nesta Cimeira com um nível de preparação que os tradicionais canais de comunicação dificilmente poderiam facilitar.

- Pedidos feitos pelas Comissões no âmbito do processo de escrutínio

Neste capítulo, devemos começar por o acréscimo substancial destas solicitações que resulta da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em concreto das disposições contidas no seu Protocolo n.º 2 e as oito semanas de que dispõem os PN para se pronunciarem relativamente ao princípio da subsidiariedade das propostas legislativas no âmbito europeu. Com efeito, apenas através da rede de Antenas em Bruxelas é possível promover um intercâmbio de informações em tempo real, e no decurso das oito semanas antes da aprovação dos pareceres pelos vários Parlamentos, sobre as propostas de carácter prioritário sobre as quais as várias Câmaras parlamentares possam suscitar dúvidas ou questões concretas¹⁵⁴.

¹⁵³ <http://www.uncsd2012.org/> Toda a informação sobre a 1ª Cimeira mundial de legisladores disponível em <http://www.uncsd2012.org/index.php?page=view&type=13&nr=287&menu=106>

Teremos oportunidade de elaborar, um pouco mais adiante, sobre as reuniões de coordenação interna promovidas pela rede de representantes permanentes, mas é de assinalar, desde já, que estes mecanismos de cooperação informal servem para que os vários Parlamentos sinalizem, na fase o mais precoce possível, as propostas que consideram prioritárias para escrutínio relativamente à subsidiariedade.

Assim sendo, no contexto de uma *Monday Morning Meeting*, o Antena de determinado Parlamento pode informar os seus homólogos de que o seu Parlamento/Câmara irá proceder ao escrutínio de uma determinada proposta que pode suscitar, numa primeira análise, reservas quanto à observância do princípio da subsidiariedade, solicitando que possam ser partilhadas informações sobre o escrutínio em curso nos restantes Parlamentos (e avançando desde logo, se possível, com as razões dessas reservas).

O mesmo antena que colocou a questão na agenda fica responsável por criar, com base num modelo de documento criado para este efeito, uma tabela comparativa com as respostas dos vários Parlamentos a esta solicitação, bem como os argumentos aduzidos, tabela essa que fica disponível num servidor comum, de acesso restrito aos representantes dos PN presentes em Bruxelas, no PE.

Tal tem o efeito imediato de permitir colocar a questão na agenda, partilhar os argumentos aduzidos nos diversos Parlamentos, o que geralmente desencadeia a reação dos demais, bem como permite criar um fluxo de informação fluído e permanente de Bruxelas para as capitais que beneficia o trabalho dos deputados relatores que estejam a trabalhar sobre essas propostas.

Poderíamos seleccionar dezenas de exemplos desta dimensão do nosso trabalho, dado que esta troca de informação sobre as propostas legislativas, ou mesmo não legislativas, europeias, é praticamente diária. Porém, e tendo este relatório também uma dimensão crítica orientada para a instituição onde o candidato desempenha funções, escolhemos os dois casos em que a AR adotou pareceres fundamentados sobre a observância do princípio da subsidiariedade, nos

¹⁵⁴ Tendo como complemento a informação disponibilizada no IPEX.

termos do Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, anexo ao Tratado de Lisboa:

- *Proposta de Regulamento do PE e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais (COM/2011/560):* a AR aprovou, na sessão plenária de 4 de novembro de 2011, um parecer fundamentado¹⁵⁵, no qual explicita as razões pelas quais considera que esta proposta não respeita o princípio da subsidiariedade. Tal resultou de um trabalho conjunto entre a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da CAE, que se interessaram particularmente por esta matéria a partir do momento em que a Assembleia nacional francesa sinalizou aos restantes Parlamentos, através da sua representação permanente em Bruxelas, que iria adotar um parecer fundamentado sobre esta proposta, avançando de imediato com a argumentação de base que iria invocar.

Neste momento, e a pedido dos deputados relatores das duas Comissões parlamentares citadas *supra*, o representante permanente da AR iniciou uma recolha de informação aprofundada sobre esta matéria, não só junto dos demais Parlamentos, mas através de contactos informais com delegações no Conselho, e cruzando igualmente dados com alguns deputados ao PE que acompanham as matérias relacionadas com o espaço Schengen há bastante tempo, como é o caso do deputado português Carlos Coelho (PSD).

O objetivo era fornecer aos deputados relatores uma visão abrangente do enquadramento político e institucional da proposta, as reações dos vários estados membros verificadas no período das oito semanas, bem como uma perspetiva das implicações, em geral e para Portugal, da possível entrada em vigor deste Regulamento, de modo a que as Comissões estivessem habilitadas com informação aprofundada sobre este dossiê. Em simultâneo, o antena da AR em Bruxelas, no

¹⁵⁵ O parecer fundamentado está disponível em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/files/download/082dbcc533a215ee0133b13745db0c69.do> e o dossiê completo sobre esta proposta em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/document/COM20110560.do>

contexto das *Monday Morning Meetings* foi monitorizando as evoluções ocorridas noutros Parlamentos, veiculando em tempo real essa informação para a AR.

Com efeito, dado o curto espaço de tempo para que os PN se pronunciem sobre uma proposta (oito semanas), este circuito informal é a melhor forma disponível de promover o intercâmbio de posições e argumentos sobre determinada matéria. Neste caso concreto, após a sinalização inicial da Assembleia nacional francesa, nove outros Parlamentos adotaram pareceres fundamentados: Portugal, Suécia, Eslováquia, ambas as Câmaras do Parlamento dos Países Baixos, e o Senado romeno Senado, num total de dez, segundo o estipulado no Protocolo;

- *Proposta de Regulamento do Conselho relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços (COM/2012/130)*: este é o caso mais interessante da cooperação informal entre os representantes permanentes dos PN em Bruxelas, na medida em que esteve na origem do primeiro “cartão amarelo”¹⁵⁶ nos termos do Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa. Esta proposta de regulamento, também conhecida como Monti II¹⁵⁷, foi apresentada pela Comissão Europeia a 21 de março de 2012 e o prazo final de oito semanas terminava a 22 de maio. De imediato, dois Parlamentos (Suécia e Dinamarca) fizeram saber, através dos seus representantes permanentes em Bruxelas, que iriam escrutinar esta proposta e, muito provavelmente, adotar pareceres fundamentados sobre a violação do princípio da subsidiariedade. Nesta ocasião, foram apresentados os primeiros argumentos invocados nas Comissões competentes daqueles Parlamentos, de modo a serem partilhados informalmente pelas restantes capitais. Após esta diligência inicial, vários Parlamentos começaram a interessar-se pela matéria, sinalizando igualmente a probabilidade de adotarem pareceres fundamentados: Finlândia, Luxemburgo, Malta, *Sejm* polaco e Senado francês.

Na AR, esta proposta foi escrutinada por três Comissões: Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Comissão de Segurança Social e Trabalho e pela CAE que, durante o período de oito semanas, deveriam preparar a posição da AR

¹⁵⁶ O dossiê completo está disponível em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/document/COM20120130.do>

¹⁵⁷ Pois resulta de um relatório feito para a Comissão Europeia pelo ex-Comissário italiano Mario Monti.

sobre esta matéria. Um primeiro aspeto a relevar, neste caso, é o de que as duas primeiras Comissões se pronunciaram a 13 e a 30 de abril, respetivamente, numa altura em que ainda não estava plenamente consolidado o movimento de cooperação entre os vários Parlamentos para troca de informações sobre os argumentos utilizados na adoção dos pareceres fundamentados. Por conseguinte, e também por esse ser o entendimento destas Comissões, os respetivos relatórios não suscitaram quaisquer questões de subsidiariedade.

Porém, no momento em que a CAE - que, como vimos, tem a palavra final no processo de escrutínio - foi chamada a pronunciar-se, a informação recolhida pelo representante permanente da AR em Bruxelas apontava no sentido de estarmos perto do limiar dos dezoito votos previstos no Protocolo n.º 2 para desencadear o procedimento de “*cartão amarelo*”, pois aos Parlamentos já citados, se haviam juntado a Letónia, a Lituânia, a Eslováquia, a *Tweede Kamer* dos Países Baixos e a Câmara dos Comuns britânica como potenciais pareceres fundamentados. Como tal, e também face à análise dos vários argumentos apresentados, a deputada relatora na CAE propôs, no seu parecer, que fosse invocada a violação do princípio da subsidiariedade. Após um intenso debate na reunião desta Comissão, havida no dia 15 de maio de 2012, com a presença dos deputados relatores nas outras duas comissões parlamentares, este parecer veio a ser acolhido favoravelmente. O parecer fundamentado¹⁵⁸ foi aprovado na sessão plenária de 18 de maio de 2012, e transmitido às instituições europeias nessa data.

Podemos extrair duas conclusões deste exemplo: em primeiro lugar, se não tivesse existido, através do grupo de representantes permanentes em Bruxelas, uma articulação tão intensa, em tempo útil durante as oito semanas do processo de escrutínio e com um intercâmbio tão substancial de argumentos e de informação, dificilmente os decisores políticos nos vários Parlamentos disporiam de elementos tão completos para a análise desta proposta. Em segundo, o parecer fundamentado da AR, que não estava no lote inicial de Parlamentos que haviam anunciado a intenção de

¹⁵⁸ O parecer fundamentado está disponível em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/files/download/082dbcc537165b880137605412bb2963.do> e o dossiê completo em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/document/COM20120130.do>

adotar uma posição desta natureza, acabou por ser preponderante para atingir o limiar de votos necessários para o primeiro “cartão amarelo” da história da integração europeia, juntamente com os votos dos Parlamentos da Dinamarca, Suécia, Finlândia, Luxemburgo, Letónia, Malta, *Sejm* da Polónia, Senado francês, Câmara dos Representantes belga, Câmara dos Comuns britânica e *Tweede Kamer* dos Países Baixos, num total de 19 votos (o limiar é de 18, 1/3 do total de votos, que é 54).

- A cooperação com as comissões parlamentares no planeamento de atividades e a importância da continuidade institucional.

O primeiro ano do mandato em análise neste relatório decorreu num contexto muito específico, em face das eleições legislativas antecipadas em Portugal, realizadas a 5 de junho de 2011. Com efeito, a atividade política e legislativa ao nível da UE prosseguiu o seu ritmo normal o que implicou que, apesar da dissolução da AR, fosse feito um acompanhamento atento das várias matérias relevantes para a AR a nível europeu.

Esta necessidade tornou-se ainda mais premente em face do contexto específico em que nos encontramos, com grande parte do debate europeu a centrar-se nos pedidos de assistência financeira feitos pela Grécia, pela Irlanda e por Portugal.

Para este efeito, e de modo a assegurar uma transição efetiva e continuada entre Legislaturas, o candidato preparou, em articulação com os serviços da CAE, um breve enquadramento, por Comissão, dos vários dossiês em curso, bem como propostas em preparação e reuniões vindouras, no âmbito da atividade europeia da AR.

O objetivo era poder proporcionar a cada Comissão uma visão de conjunto atualizada sobre os temas mais relevantes da atualidade europeia, com eventual impacto para Portugal e para a AR. Trata-se de um documento meramente indicativo e orientador, feito com base nas iniciativas selecionadas como prioritárias pela AR, em contactos informais com a REPER de Portugal em Bruxelas e com a Comissão Europeia, bem como nos agendamentos e trabalhos em curso nas várias Comissões parlamentares do PE.

Este trabalho revelou-se de grande utilidade ao longo do período em análise, pois permitiu ter uma base constante de referência, que foi atualizada à medida que os vários processos negociais se desenvolveram. Anexamos a este relatório, além de uma síntese dos vários dossiês acompanhados¹⁵⁹ pelo candidato no período em análise, o enquadramento preparado para a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da AR, a título de exemplo¹⁶⁰.

Além disso, este exercício permitiu ainda assegurar alguma continuidade no trabalho de acompanhamento dos assuntos europeus pela AR, promovendo a transição de temas entre Legislaturas, de modo a que o novo Parlamento saído das eleições pudesse ter acesso a um repositório de memória institucional no plano europeu.

c) Pedidos feitos por outros Parlamentos ou pelas instituições da UE

Uma das vantagens mais importantes na existência de uma rede de representantes permanentes dos PN em Bruxelas é o potencial que esta oferece de obter informação sobre práticas parlamentares em vigor nos diferentes estados membros, ou sobre procedimentos parlamentares em curso e que tenham particular relevância europeia.

No que diz respeito às práticas parlamentares comparadas, os pedidos desta natureza são muito frequentes e normalmente são motivados por adaptações ou alterações que um Parlamento está a planear fazer na sua organização ou procedimento internos, e para as quais pretende obter uma visão comparativa de conjunto sobre as regras em vigor nos restantes parlamentos. Estes pedidos, normalmente de resposta curta e razoavelmente instantânea, são canalizados através do representante permanente em Bruxelas do Parlamento interessado na informação.

Citamos como exemplos o pedido feito pelo Parlamento de Malta, país de forte tradição católica, para aferir se nos restantes Parlamentos, antes de cada sessão plenária, havia lugar a

¹⁵⁹ Anexo X, *Síntese dos principais dossiês acompanhados no período em análise*, p. 164.

¹⁶⁰ Anexo XI, *Exemplos dos enquadramentos da atualidade institucional europeia preparados para as Comissões parlamentares da AR*

uma oração, ou a solicitação feita pelo Parlamento austríaco relativamente ao acesso aos documentos de natureza europeia constantes das bases de dados dos respetivos governos.

De modo a constituir um património de conhecimento sobre as diversas matérias abordadas, cabe ao representante permanente do Parlamento que suscita a questão compilar as diversas respostas num só documento, que posteriormente é disponibilizado a todos num servidor informático comum.

No que concerne aos procedimentos parlamentares em curso com relevância europeia, referimo-nos, essencialmente, aos processos de ratificação de (alterações de) Tratados europeus ou de natureza intergovernamental com incidência no acervo comunitário.

Neste capítulo, tem sido particularmente importante a monitorização diária que a rede de representantes permanentes em Bruxelas tem feito dos processos de ratificação de Tratados assinados no quadro da resolução da crise da união económica e monetária (UEM), designadamente a alteração do artigo n.º 136^a do TFUE, que permite a criação de um fundo permanente de resgate na zona euro, ou os dos Tratados intergovernamentais assinados neste âmbito, designadamente o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade e o Tratado sobre a estabilidade, coordenação e governação (TECG) na UEM (pacto orçamental), cuja entrada em vigor é tida como decisiva na superação da crise.

Sobre estas ratificações, o grupo de representantes dos Paramentos em Bruxelas criou ficheiros eletrónicos partilhados em rede por todos, nos quais são atualizados, em tempo real, os vários desenvolvimentos relacionados com os processos de aprovação parlamentar das várias ratificações, fornecendo uma visão de conjunto apurada e fiável numa base diária sobre estes procedimentos. Arriscamos mesmo afirmar que, no tocante a estes procedimentos, dificilmente outra entidade terá acesso a informação tão fiável e atualizada como a que é proporcionada pelos antenas dos Paramentos junto da UE.

Finalmente, é de notar que as próprias instituições europeias desenvolveram já uma apreciável rotina de recorrer à rede de representantes dos PN em Bruxelas para obter informação sobre

esses Parlamentos ou sobre as dinâmicas jurídico-institucionais em vigor em cada estado-membro.

Por exemplo, o PE desenvolveu, recentemente, um Diretório de Comissões Parlamentares correspondentes com os PN, tendo em vista agilizar e promover a cooperação parlamentar. Para tal, solicitou os bons ofícios dos representantes dos PN em Bruxelas para que pudessem fornecer a informação necessária.

Noutro caso, e no contexto da entrada em vigor do chamado pacote de governação económica, e especificamente no que diz respeito ao semestre europeu de coordenação das políticas económicas e orçamentais, a Comissão Europeia solicitou aos vários gabinetes de representação dos PN em Bruxelas que a habilitassem com uma descrição detalhada sobre os procedimentos orçamentais em vigor em cada estado-membro, bem como os calendários a respeitar. Tal permitiu consolidar um acervo de conhecimento importante no contexto europeu atual, que acabou por beneficiar não só a instituição que o solicitou, como os próprios Parlamentos.

d) Organização de audições, seminários, conferências e visitas de trabalho

O aprofundamento da participação da AR no processo de integração europeia tem gerado uma crescente apetência das Comissões parlamentares da AR para a organização de audições, conferências ou seminários com a presença de Comissários, Deputados europeus ou funcionários de alto nível das instituições europeias.

Neste quadro, é frequentemente solicitado ao Antena que estabeleça os necessários contactos informais e exploratórios em Bruxelas, com os Gabinetes dos Comissários, dos Deputados Europeus ou com os serviços relevantes das instituições envolvidas, de modo a aferir das respetivas disponibilidades para se deslocarem à AR.

O exemplo mais ilustrativo desta realidade é a audição anual promovida pela CAE sobre o Programa de Trabalho da Comissão, e para a qual é sempre necessário garantir a presença da

Comissão Europeia e dos Deputados portugueses ao PE. A última audição desta natureza teve lugar a 10 de janeiro de 2012 e, dado o contexto político na UE, a CAE definiu como prioritária a presença de um Comissário para fazer a apresentação do Programa de Trabalho para 2012. Deste modo, e após diligências políticas exploratórias realizadas pelo Presidente da CAE, à margem da reunião da COSAC em Budapeste, em maio de 2011, junto do Vice-Presidente da Comissão Europeia Maroš Šefčovič, para que este estivesse presente na referida audição, foi necessário operacionalizar este convite junto do respetivo Gabinete, tarefa que ficou sob responsabilidade do representante permanente da AR em Bruxelas.

Por outro lado, é igualmente de salientar a participação do representante permanente da AR em Bruxelas na organização de visitas de trabalho das instituições europeias à AR, nas quais se destaca a visita oficial do Presidente do PE, Jerzy Buzek, à AR, nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2011, ou a visita de trabalho da Comissão CRIS do PE (Comissão eventual para a crise financeira, económica e social) ao Parlamento português, em janeiro de 2011.

Esta Comissão, no âmbito da preparação do seu relatório final, decidiu visitar alguns Estados membros, entre os quais Portugal, para troca de impressões sobre as matérias da sua competência. Assim sendo, o Antena em Bruxelas foi contactado pelo secretariado da Comissão CRIS, no sentido de articular com a AR a elaboração de um programa para esta visita, que incluiu um encontro com S. Exa. o Presidente da AR, e com as Comissões de Assuntos Europeus, de Assuntos Económicos, Energia e Inovação, e de Segurança Social, Trabalho e Administração Pública. O resultado desta visita, para a imagem e prestígio da AR em Bruxelas, foi bastante positivo.

Finalmente, é de mencionar que o Presidente da Comissão dos Orçamentos do PE, Alain Lamassoure (França, PPE), deslocou-se também à AR no mês de junho de 2012, para uma audição conjunta com as Comissões de Assuntos Europeus e de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

e) Pedidos dos serviços da AR

É de notar que, ainda que o foco principal da atividade principal do representante da AR em Bruxelas sejam as Comissões Parlamentares, os vários serviços da AR desenvolveram igualmente a rotina de recorrer aos serviços do Parlamento para obtenção de diverso tipo de informação. Para enfatizar o carácter heterógeno destas funções, recorreremos a dois exemplos pouco evidentes.

O primeiro relaciona-se com as solicitações feitas pela Divisão de Gestão Financeira da AR, responsável pelo processamento dos vencimentos, subsídios de reintegração e pensões dos Deputados. Até 2009, as prestações pagas aos deputados portugueses ao PE eram da responsabilidade da AR. Após esta data, entrou em vigor um novo regime legal e, quando os antigos deputados ao PE solicitam o processamento das suas pensões ou subsídios, importa cruzar e compatibilizar a informação com os serviços do PE, de modo a que os regimes jurídicos em vigor sejam respeitados. A articulação desta informação entre os serviços competentes da AR e os do PE têm sido asseguradas pelo representante permanente da AR em Bruxelas.

Noutro caso, o Centro de Informática da AR está a proceder a uma reavaliação dos protocolos de segurança em vigor e, para tal, decidiu proceder a uma recolha das práticas e códigos de conduta em vigor no PE. Coube ao representante permanente da AR em Bruxelas identificar os interlocutores adequados no PE para este efeito, criando o canal de comunicação, a nível técnico, entre as duas administrações.

Estes dois exemplos visam demonstrar como a presença permanente de um funcionário em Bruxelas permite não só alcançar melhorias ao nível do trabalho político e institucional do Parlamento, mas também promover desenvolvimentos e aperfeiçoamentos de carácter prático e do seu funcionamento.

ii) Acompanhamento do trabalho das comissões e do Plenário do PE e envio (para os serviços e para os Deputados) de informação relevante para as atividades de escrutínio na AR para as comissões parlamentares (notas informativas e relatórios)

Desde 2008 que a A.R. é o Parlamento nacional mais ativo no diálogo político que a Comissão Europeia¹⁶¹ lançou em 2006, e através do qual os PN podem transmitir a esta instituição os seus comentários às várias iniciativas legislativas e não legislativas europeias apresentadas.

Por outro lado, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a 1 de dezembro de 2009, veio trazer novos desafios a todos os Parlamentos, colocando-os perante a necessidade de se adaptarem a este contexto e às responsabilidades acrescidas que acarreta.

No caso da AR, e após o balanço feito no final da X Legislatura relativamente à atividade de acompanhamento dos assuntos europeus, foi aprovada e implementada uma nova metodologia de escrutínio dos assuntos europeus¹⁶², em janeiro de 2010, através da qual a AR passou a identificar um conjunto de prioridades, por ano e com base no Programa de Trabalho da Comissão Europeia, relativamente às quais faria um escrutínio reforçado.

Este facto, conjugado com a necessidade de acompanhamento diário da multiplicidade de dossiês legislativos em negociação a nível europeu, reforçam ainda mais a necessidade de acesso a informação adicional, diversificada e atualizada (sobre as políticas, as propostas, as iniciativas e as negociações em curso entre as instituições europeias) que sustente qualitativamente a sistemática atividade de escrutínio das iniciativas da Comissão Europeia e do processo de decisão europeu.

Assim sendo, o facto de os Antenas dos PN em Bruxelas estarem sediados nas instalações do Parlamento Europeu confere-lhes um acesso privilegiado aos circuitos de informação desta

¹⁶¹ Os relatórios anuais sobre as relações da Comissão Europeia com os PN, desde 2006 até 2011, estão disponíveis em http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/relations/relations_other/npo/index_en.htm

¹⁶² Disponível em <http://www.parlamento.pt/europa/Paginas/AcompanhamentoIniciativasEuropeiasAR.aspx> linha,

instituição, os quais são uma mais-valia para o trabalho de escrutínio a nível nacional, seja em relação a propostas que a AR considere prioritárias, seja para alertar para algum dossier que possa tornar-se relevante, em função da conjuntura política.

É de notar, neste contexto, que o PE desenvolve as suas atividades não só em Bruxelas, onde normalmente decorrem as reuniões de Comissões, mas também em Estrasburgo, local onde se reúne, uma semana por mês, em sessão plenária.

Face ao que precede, uma parte muito significativa e relevante do trabalho diário em Bruxelas é o acompanhamento do trabalho do PE, onde têm lugar grande parte dos debates sobre os temas mais importantes da atualidade da UE. Com efeito, após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que alargou as competências do PE enquanto codecisor no processo legislativo europeu para um leque vastíssimo de áreas, esta instituição tem-se transformado num ator incontornável na integração europeia. Deste modo, o acompanhamento atento das suas atividades, complementado com a rede de contactos e o seguimento que é feito do trabalho das outras instituições, permite ao representante de um Parlamento nacional em Bruxelas dispor de um manancial de fontes de informação que não poderia existir de outra forma.

Neste capítulo, optámos por seleccionar alguns exemplos do acompanhamento da atividade do PE desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, de acordo com a relevância para a AR:

- ***Quadro financeiro plurianual 2014-2020:*** a 29 de junho de 2011, a Comissão Europeia apresentou a sua proposta para um Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para o período 2014-2020¹⁶³. Trata-se de um documento de importância decisiva para Portugal, pois envolve a determinação dos vários fundos afetos a cada política da UE, designadamente o fundo de coesão, fundo social europeu, os montantes da política agrícola comum, ou de I&D. Como tal, esta foi uma das prioridades seleccionadas pela AR para um acompanhamento reforçado.

¹⁶³ O dossiê completo sobre o QFP 2014-2020 está disponível em <http://ec.europa.eu/budget/reform/> (língua inglesa).

O facto de esta negociação decorrer num contexto de uma crise financeira, económica e social na Europa, bem como num momento em que Portugal se encontra condicionado por um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro com a Comissão Europeia, o BCE e FMI, tornam o acompanhamento desta matéria essencial. Como tal, a AR designou dois deputados relatores especificamente para acompanharem o desenrolar das negociações, que a Presidência de Chipre do Conselho da UE pretende concluir no Conselho Europeu de dezembro de 2012.

Deste modo, o representante permanente da AR em Bruxelas teve como primeira tarefa acompanhar o trabalho realizado pela Comissão Especial sobre os desafios políticos (SURE) do PE¹⁶⁴, que tinha como objetivo primordial definir as prioridades políticas do Parlamento para o QFP após 2013, tanto em termos legislativos, como em termos orçamentais. Esta Comissão findou os seus trabalhos em 30 de junho de 2011, tendo produzido um relatório no qual se encontra aquilo que veio a ser a base negocial do PE neste processo de aprovação de um novo QFP¹⁶⁵.

Atualmente, o debate decorre no seio da Comissão de Orçamentos do PE, que designou dois deputados relatores para este efeito¹⁶⁶. É de sublinhar que o PE é, desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, um ator incontornável neste contexto, pois o novo QFP não poderá ser aprovado sem o seu consentimento (artigo n.º 312 do TFUE).

Porém, e dada a complexidade da matéria, bem como a variedade de atores envolvidos, tornou-se fundamental para o representante permanente da AR em Bruxelas diversificar as fontes de informação e a rede de contactos sobre esta matéria, designadamente ao nível dos Gabinetes dos Comissários envolvidos nesta negociação, bem como através do estabelecimento de um canal de comunicação informal com a representação permanente de Portugal junto da UE (REPER), que acompanha estas negociações no Conselho de Ministros da UE.

¹⁶⁴ A página da Comissão SURE está disponível em <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/sure/home.html>

¹⁶⁵ O relatório final pode ser encontrado em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-%2f%2fEP%2f%2fNONGML%2bREPORT%2bA7-2011-0193%2b0%2bDOC%2bPDF%2bV0%2f%2fPT>

¹⁶⁶ <http://www.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=en&procnum=APP/2011/0177>

Desta forma, tem sido possível habilitar a AR, e os deputados relatores em particular, com informação atempada, completa e contextualizada sobre este dossiê, de modo a que, em tempo útil, o Parlamento português possa formular as suas posições sobre esta matéria, que se reveste de grande importância para o presente e para o futuro.

- ***O pacote de governação económica e o Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação na zona Euro:*** podemos afirmar, sem margem para dúvidas, que os desenvolvimentos políticos e institucionais relacionados com o que se convencionou chamar de *crise na zona euro* constituíram o foco primordial do nosso trabalho desde o início do mandato, em setembro de 2010. E uma vez mais, é de sublinhar o seguinte aspeto: à complexidade e caráter vincadamente técnico destas matérias (desde a compreensão de fenómenos como o funcionamento do mercado de dívida soberana ao entendimento de procedimentos jurídicos para o estabelecimento de veículos financeiros que funcionem como instrumentos de resgate financeiro de estados soberanos), deve acrescentar-se o facto de que a resposta da UE aos desafios e problemas colocados pela crise não tem sido linear, nem coerente em termos de abordagem institucional. Com efeito, esta resposta tem sido fragmentada, pois o tradicional método comunitário, em que a iniciativa cabe à Comissão Europeia, tem sido, de certo modo, subvertido por um papel crescente do Conselho Europeu e do seu Presidente, que em vários momentos assumiram a liderança do processo.

A título de exemplo, deve referir-se que a primeira resposta institucional à crise teve origem, precisamente, no Conselho Europeu que, na sua reunião de 25 e 26 de março de 2010¹⁶⁷, encarregou o seu Presidente de criar um grupo de missão, em cooperação com a Comissão Europeia, “*constituído por representantes dos estados membros, da presidência rotativa e do BCE e encarregado de apresentar ao Conselho, antes do final deste ano, as medidas necessárias para atingir o objetivo de definir um quadro aperfeiçoado para a resolução de crises e uma melhor disciplina orçamental (...).*” Este relatório viria a ser apresentado no Conselho Europeu de 28 e 29 de outubro¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Conclusões disponíveis em <http://www.consilium.europa.eu/press/press-releases/latest-press-releases/newsroomloaddocument?id=347&lang=en&directory=pt/ec/&fileName=113612.pdf>, ponto 7

¹⁶⁸ <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/10/st15/st15302.pt10.pdf>

Porém, entre a criação do grupo de missão e a publicação do relatório, a Comissão Europeia tomou a iniciativa de apresentar, a 29 de setembro de 2010, o que designou de pacote de governação económica¹⁶⁹, composto por seis iniciativas legislativas que versavam sobre as mesmas matérias que compunham o mandato do referido grupo de missão, no qual, aliás, a Comissão Europeia também participava.

Citamos esta cronologia de eventos para ilustrar uma certa descoordenação institucional, mesmo que aparente, na abordagem a esta crise, o que torna necessário um acompanhamento com redobrada atenção e com uma capacidade de adaptação ao curso dos eventos necessariamente distinta.

Por estes motivos, o processo negocial que levou à adoção e entrada em vigor¹⁷⁰ deste pacote de governação económica foi particularmente complexo. Além disso, o PE desempenhou também um papel muito ativo, no seio da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, condicionando de forma decisiva o resultado final. Neste capítulo, o facto de dois dos seis relatores das propostas legislativas em negociação serem deputados portugueses (Elisa Ferreira e Diogo Feio), foi de particular relevância para o nosso trabalho.

Por outro lado, e naquilo que foi um dos mais notórios desenvolvimentos políticos da construção europeia nos últimos anos, em 9 de dezembro de 2011¹⁷¹, os chefes de estado e de governo da zona euro decidiram adotar aquilo que ficou conhecido como o pacto orçamental, ou na terminologia oficial, um Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação na zona euro (TECG)¹⁷². Este tratado, assinado em Bruxelas a 2 de março de 2012, é um tratado intergovernamental, i.e., estabelecido entre 25 partes contratantes (estados), à margem dos Tratados da UE, ainda que o seu teor esteja inextricavelmente ligado ao acervo da União.¹⁷³

¹⁶⁹ Disponível em http://ec.europa.eu/economy_finance/articles/eu_economic_situation/2010-09-eu_economic_governance_proposals_en.htm

¹⁷⁰ http://ec.europa.eu/economy_finance/economic_governance/index_en.htm

¹⁷¹ Declaração dos chefes de estado e de governo da zona euro: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/126672.pdf

¹⁷² http://european-council.europa.eu/media/639122/16_tscg_pt_12.pdf

¹⁷³ Aliás, parte do teor deste Tratado está contido nas duas propostas complementares do pacote de governação económica, apresentadas pela Comissão Europeia a 23 de novembro de 2011 (o chamado pacote de governação económica 2), e que estão presentemente em negociação entre o Conselho e o PE. Para uma compreensão mais apurada da interação entre estas várias dimensões, cfr. http://ec.europa.eu/economy_finance/articles/governance/2012-03-14_six_pack_en.htm

Esta opção justificou-se pelo facto de uma delegação no Conselho (Reino Unido) se ter oposto, no Conselho Europeu de dezembro, a este Tratado, inviabilizando assim a necessária unanimidade para uma revisão dos Tratados europeus. A República Checa viria, mais tarde, a declarar a sua intenção de não fazer parte deste Tratado, estabelecido entre os dezassete estados membros da UEM, mas aberto à adesão dos restantes estados membros da UE.

Ora, dado que este é um Tratado *sui generis*, a sua redação e elaboração tiveram lugar fora do quadro institucional e jurídico da UE, lideradas pelo chamado Grupo de Trabalho da Zona Euro¹⁷⁴. Assim sendo, e dado que este Tratado foi redigido em apenas dois meses¹⁷⁵, a obtenção de informação sobre o desenrolar das negociações, feitas neste contexto *ad-hoc*, era particularmente difícil. Porém, graças à rede de contactos dos representantes dos PN e Bruxelas, e à sua coordenação interna, foi-lhes sempre possível obter, pelos diversos canais de comunicação de que dispõem, as versões revistas do projeto de TCEG ao mesmo tempo que eram disponibilizadas às delegações. Ou seja, os Parlamentos dispunham, em tempo real e sem intermediação dos seus governos, da mesma informação sobre o ponto de situação de cada etapa da negociação, o que lhes permitia um seguimento mais efetivo e informado desta matéria.

Com estes exemplos, procuramos demonstrar como a presença de um representante permanente em Bruxelas, pólo decisivo para os interesses de política externa de um estado como Portugal, fornece ao Parlamento um dispositivo de meios e de informação que lhe permite ser não apenas o destinatário final dos atos para ratificação, mas um agente ativo e interveniente na formação da posição nacional sobre a construção europeia.

¹⁷⁴ http://europa.eu/efc/president/index_en.htm

¹⁷⁵ A primeira versão foi circulada a 16 de dezembro de 2011 e o tratado foi assinado a 2 de março de 2012.

iii) Acompanhamento de delegações da AR, designadamente a participação de Deputados em reuniões interparlamentares com o PE e a organização de uma visita da CAE a Bruxelas

Aludimos já ao facto de que o acréscimo do papel dos PN e do Parlamento Europeu decorrente da vigência do Tratado de Lisboa implica uma intensificação da cooperação interparlamentar, o que teve como reflexo lógico um aumento sem precedente da organização de reuniões interparlamentares, em Bruxelas, sobre os mais variados temas de interesse comum. Com efeito, as várias Comissões parlamentares do PE têm demonstrado um interesse muito acentuado em promover reuniões com as Comissões correspondentes dos PN¹⁷⁶, para promover debates e trocas de impressões, quer sobre temas genéricos (e.g. reunião interparlamentar conjunta sobre a crise¹⁷⁷, a 8 e 9 de novembro de 2010), quer sobre propostas legislativas concretas (e.g. reunião interparlamentar organizada pela Comissão IMCO¹⁷⁸ do PE, sobre a Diretiva das Qualificações Profissionais¹⁷⁹, ou as reuniões interparlamentares sobre o futuro da política de coesão¹⁸⁰ ou sobre a reforma da PAC¹⁸¹ ou da política comum de pescas¹⁸²).

Por outro lado, a própria Comissão Europeia tem procurado desenvolver este formato de interação com os PN, convidando-os para reuniões ou conferências em Bruxelas, de modo a envolvê-los no processo de formulação das propostas (como no caso da reunião promovida pela Comissária Cecília Malmström relativa às futuras propostas de regulamento sobre a EUROPOL), ou no debate sobre as negociações em curso (onde temos como exemplo a mesa redonda organizada pela Comissária Maria Damanaki com os Presidentes das Comissões

¹⁷⁶ Para uma lista completa de todas as reuniões organizadas cfr. <http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1741>

¹⁷⁷ <http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1463;jsessionid=21FFAEEC8D8D21CC8BD95A445BFBB74D>

¹⁷⁸ Comissão para o Mercado Interno e Proteção dos Consumidores

¹⁷⁹ <http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1481;jsessionid=21FFAEEC8D8D21CC8BD95A445BFBB74D>

¹⁸⁰ <http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1667;jsessionid=21FFAEEC8D8D21CC8BD95A445BFBB74D>

¹⁸¹ <http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1763;jsessionid=21FFAEEC8D8D21CC8BD95A445BFBB74D>

¹⁸² <http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1703;jsessionid=21FFAEEC8D8D21CC8BD95A445BFBB74D>

responsáveis pelas pescas de todos os PN e do PE sobre a proposta relativa à reforma desta política, em outubro de 2011).¹⁸³

Anexamos a este relatório uma enumeração e descrição exaustivas de todas as reuniões desta natureza ocorridas desde setembro de 2010 até ao presente¹⁸⁴, através da qual é possível constatar não só a periodicidade destas reuniões, mas também o vasto leque de temáticas abrangidas. Podemos afirmar, com segurança, que praticamente todos os domínios de atividade da UE foram já cobertos por uma destas reuniões (e.g. Schengen, igualdade do género, alargamento, PESC/PCSD, alterações climáticas, etc.). Do ponto de vista do nosso trabalho, isto coloca o enorme desafio de conhecer os enquadramentos básicos e essenciais de todos estes domínios, de modo a poder preparar as delegações da AR que se deslocam a estas reuniões, bem como prestar a devida assessoria técnica durante os trabalhos.

Como tal, o trabalho do Antena consubstancia-se na obtenção da informação sobre a realização das reuniões, sua calendarização e temática, para efeitos de transmissão às Comissões relevantes na AR, bem como na respetiva preparação do ponto de vista técnico (elaboração de um dossiê, contactos com a REPER e com os gabinetes dos Deputados portugueses ao PE envolvidos nas matérias em discussão), de modo a proporcionar às delegações da AR que se deslocam a estas reuniões uma visão o mais abrangente e informada possível sobre os temas tratados. Por fim, o Antena promove o acompanhamento das delegações durante toda a duração das reuniões e prepara um projeto de relatório para apreciação das Comissões parlamentares competentes, na AR¹⁸⁵.

Esta dimensão do trabalho de um representante permanente de um Parlamento nacional em Bruxelas tem-se tornado crucial, na medida em que os deputados nacionais têm sido chamados, com cada vez maior regularidade, a envolverem-se e a participarem neste tipo de debates a nível interparlamentar. Tal implica que disponham de um apoio técnico especializado, que lhes permita inteirarem-se das matérias de forma rápida e substancial.

¹⁸³ Cujo programa está no Anexo XII, p. 174.

¹⁸⁴ Anexo IX, p. 145

¹⁸⁵ Anexamos, a título de exemplo, um destes relatórios: Anexo XIII *Exemplos de projetos de relatórios preparados pelo representante permanente da AR relativos a reuniões interparlamentares*, p. 179

Assim sendo, e do nosso ponto de vista, um representante de um PN junto da UE deve também constituir-se como o ponto focal para a obtenção e disseminação deste tipo de conhecimento, de modo a que qualquer interlocutor no respetivo Parlamento (seja a nível político ou administrativo) saiba a quem recorrer para obter um enquadramento instantâneo sobre qualquer matéria.

A este respeito, acrescentaremos uma nota pessoal: sendo o candidato licenciado em relações internacionais pelo ISCSP, é nossa opinião que a formação de base ampla e diversificada desta licenciatura nos deu a capacidade de adaptação e a versatilidade de conhecimentos necessárias para aprender a desempenhar o tipo de funções a que agora somos chamados.

- Visita de trabalho da CAE às instituições europeias em Bruxelas

Em outubro de 2010, foi organizada uma visita oficial de trabalho da CAE às instituições da UE, em Bruxelas. Esta deslocação realizou-se nos dias 26 e 27 de outubro de 2010, e tinha como objetivo familiarizar os deputados com o modo de funcionamento prático das principais instituições europeias, bem como promover discussões a nível político sobre os temas mais relevante para a AR, potenciando uma rede de contactos a nível político que beneficiasse a atividade europeia do Parlamento português. O programa desta visita encontra-se anexo a este relatório¹⁸⁶ e a organização e coordenação de todos os contactos e preparativos desta visita ficaram sob responsabilidade do Antena da AR em Bruxelas.

Face ao que precede, foram agendados encontros com o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič, responsável pela relação com os PN, com Poul Skytte Christoffersen, Conselheiro especial de Catherine Ashton, bem como com o Embaixador Manuel Lobo Antunes, Representante Permanente de Portugal junto da UE e com Miguel Angel Martínez Martínez, Vice-Presidente do PE.

Além disso, e numa iniciativa importante e sem precedente, a delegação da AR teve uma reunião, com a duração de uma manhã, com os Deputados portugueses ao PE, dos vários

¹⁸⁶ Anexo XIV, *Programa da visita da CAE às instituições europeias e à REPER*, p. 183

Grupos Parlamentares (estiveram presentes 17 de 22 Deputados), numa sessão que serviu para lançar uma primeira troca de impressões aprofundada sobre as áreas de complementaridade e possíveis sinergias entre os deputados. Este debate permitiu avançar com algumas sugestões concretas para o trabalho em comum, bem como estabelecer canais de comunicação entre os dois lados que possam ser fluidos, ativos e que dinamizem a participação de Portugal na UE e a aproximação dos cidadãos a estas temáticas.

Com efeito, o estreitar da cooperação entre a AR e os deputados portugueses ao PE tem sido uma das dimensões que se tem procurado dinamizar durante o presente mandato. Neste sentido, tem-se procurado fazer um acompanhamento atento da atividade dos vários deputados portugueses, identificando as temáticas que sejam relevantes para o trabalho da AR para desenvolver, em articulação com as várias Comissões Parlamentares, um programa de audições com os deputados portugueses ao PE, nas quais possa haver uma troca de informação sobre os temas mais importantes da atualidade europeia.

Assim sendo, e para dar seguimento a algumas das ideias expressas na reunião havida em Bruxelas, é de destacar que, no presente mandato, foram já organizadas audições desta natureza com os Deputados Paulo Rangel (PSD), Maria do Céu Patrão Neves (PSD), Luís Manuel Capoulas Santos (PS), Carlos Coelho (PSD), António Correia de Campos (PS), Nuno Melo (CDS-PP), João Ferreira (PCP), Miguel Portas (BE), José Manuel Fernandes (PSD), Diogo Feio (CDS-PP), Elisa Ferreira (PS) e Rui Tavares (independente).

Em nossa opinião, tal tem contribuído para uma melhor compreensão mútua sobre o trabalho desenvolvido pelas duas instituições, forjando sinergias e complementaridades que potenciem uma participação mais ativa no processo de integração europeia, bem como criando canais de comunicação formais e informais que facilitem a cooperação futura.

iv) Relações com os "Antenas" (na coordenação do grupo de "Antenas"), o PE (Deputados e serviços), a REPER, a Comissão Europeia e o Conselho

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a rede de representantes permanentes dos PN junto da UE, conheceu não só um acréscimo de responsabilidades, mas também um aumento da sua visibilidade junto dos mais variados interlocutores em Bruxelas.

Elencámos já diversos exemplos da relevância que o trabalho destes funcionários pode ter para a atividade europeia dos respetivos Parlamentos. Porém, é importante para o objeto deste relatório precisar o modo como este grupo se articula e coordena internamente, para que se possa ter uma noção o mais exata possível do que consistem estas funções.

a) As Monday Morning Meetings

Os representantes dos PN em Bruxelas instituíram, em meados de 2004, um formato de coordenação interna a que se convencionou chamar de *Monday Morning Meeting* (MMM, no acrónimo em inglês¹⁸⁷), que se trata de uma reunião semanal, todas as segundas feiras de manhã, nas instalações do PE, com a presença de todos os antenas dos PN.

O objetivo inicial destas reuniões era o de promover uma troca de informações e de boas práticas, bem como promover a aprendizagem mútua sobre os métodos de trabalho dos vários gabinetes dos PN em Bruxelas. Com o aprofundamento do papel dos PN na UE, com o desenvolvimento da cooperação interparlamentar e o acréscimo de responsabilidades resultante da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, estas MMM tornaram-se no ponto focal da atividade dos representantes permanentes em Bruxelas, pois é um momento sempre presente na agenda de todos, e transformou-se igualmente numa espécie de placa giratória de obtenção e disseminação de informação.

Tivemos já oportunidade, *supra*, de analisar com detalhe o modo como estas MMM são essenciais para a troca de informações durante o período de oito semanas que o Tratado prevê

para os PN se pronunciarem sobre o princípio da subsidiariedade. Porém, como procurámos igualmente demonstrar ao longo deste relatório, a atividade europeia dos PN não se esgota na subsidiariedade. Como tal, as MMM refletem o vasto campo de ação europeia dos PN e das suas representações em Bruxelas.

Apresentamos, em anexo, uma lista com todas as temáticas abordadas nestas MMM no período em análise¹⁸⁸. Não obstante, parece-nos pertinente elaborar um pouco sobre a estrutura destas reuniões semanais e avaliar a mais-valia que representam para o trabalho de um PN em Bruxelas.

Estas reuniões estruturam-se em três partes distintas:

- I. *Questões internas:* nesta parte da reunião, apenas estão presentes os representantes dos PN acreditados em Bruxelas, pois a informação aqui partilhada é frequentemente feita num registo de reserva e confidencialidade. Aqui tem lugar uma troca de ideias sobre o planeamento das futuras reuniões, sua calendarização, temas a abordar e entidades a convidar, e é nesta fase da reunião que os vários representantes têm oportunidade de suscitar questões relacionadas com o escrutínio de determinadas propostas, bem como a conhecer desenvolvimentos sobre a situação política a nível nacional. É igualmente neste período que o representante do Parlamento da Presidência e o secretariado da COSAC podem transmitir quaisquer mensagens que entendam relevantes no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência ou da organização dos trabalhos da COSAC. Por fim, mas de igual importância, esta fase mais *privada* da MMM tem sido também utilizada para que os Antenas possam fazer apresentações ou sessões de esclarecimento sobre os sistemas de escrutínio em cada um dos seus Parlamentos, ou mesmo sobre os sistemas políticos em cada estado membro, o que permite um conhecimento mútuo mais informado, bem como recolher boas práticas que possam ser transpostas para os vários sistemas nacionais.

¹⁸⁷ Optámos por utilizar este acrónimo em inglês, na medida em que se transformou já em jargão comunitário.

¹⁸⁸ Anexo IX, secção dedicada às MMM, pp. 145 e ss.

- II. *Presença da Comissão Europeia:* a segunda parte das MMM está tradicionalmente reservada para uma apresentação feita pela Comissão Europeia sobre uma determinada proposta ou dossiê (na lista de reuniões que se anexa, é possível ver a panóplia de temas abordados) e a consequente troca de impressões com os Antenas.

Este momento é de grande importância para o trabalho de escrutínio pois, dado que as agendas das MMM e os temas a serem abordados pela Comissão Europeia são conhecidos antecipadamente, permitem assim aos representantes permanentes contactarem os serviços relevantes (ou mesmo os Deputados relatores ou os Presidentes de uma determinada Comissão) nos respetivos Parlamentos, para que possam colocar as questões que entendam pertinentes sobre a matéria a ser tratada.

Isto envolve um contínuo trabalho de planeamento e cooperação entre a coordenação do grupo de representantes dos PN em Bruxelas, as suas administrações e os serviços da cooperação europeia. De facto, os representantes permanentes apresentam à Comissão, sensivelmente no início de cada semestre, uma lista dos tópicos que pretendem abordar nas reuniões seguintes e, frequentemente, com a indicação expressa de quem é o interlocutor desejado para o debate¹⁸⁹.

- III. *Presença do Parlamento Europeu:* a terceira e última parte é reservada para o PE, na qual podem estar presentes funcionários da direção do PE para as relações com os PN, como administradores dos Secretariados das Comissões Parlamentares do PE ou de quaisquer outros serviços¹⁹⁰, para tratar de assuntos de interesse comum. Porém, a maioria destas reuniões com o PE serve para, no quadro das reuniões interparlamentares que se realizam em Bruxelas com os PN, serem apresentados antecipadamente o programa e os objetivos destas reuniões, de modo a que a preparação dos PN possa ser atempada e substancial.

¹⁸⁹ Tem sido cada vez mais frequente o convite a membros (e.g. chefes de gabinete) dos gabinetes dos Comissários.

Estas MMM, nas quais, como vimos, estão presentes todos os representantes dos PN em Bruxelas, bem como a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, são coordenadas e presididas por um dos Antenas, designado pelo grupo para tal.

Neste momento, e desde outubro de 2010, que essa função é desempenhada pelo autor do presente relatório, que foi nomeado pelos seus pares para tais funções, em cooperação com a representante permanente do Parlamento da Letónia. Além da presidência das reuniões, as funções de coordenação implicam igualmente o contacto e articulação com todos os interlocutores institucionais em representação do grupo de Antenas dos PN em Bruxelas, na troca de informação, agendamento de reuniões, bem como em questões mais práticas e de natureza logística. Ou seja, sempre que o PE, a Comissão Europeia ou o Conselho pretendem contactar o grupo dos “Antenas”, veicular alguma informação, proceder a algum convite ou solicitar informações, são contactados os dois coordenadores que, depois, articulam a resposta com os demais membros do grupo.

Esta função havia sido já desempenhada pela representação da AR em Bruxelas, em 2008/2010, pelo que o facto de o Antena da AR ter novamente sido designado pelos seus pares para o desempenho deste cargo releva a consistência do trabalho que tem vindo a ser desempenhado e o respeito institucional que a AR granjeia.

b) Reuniões com as instituições europeias: o acréscimo de visibilidade dos antenas

Do ponto de vista externo, tem crescido consideravelmente a atenção de outras instituições relativamente ao grupo de representantes dos PN em Bruxelas, o que se materializa num conjunto de contactos informais, mas também no agendamento de reuniões de trabalho com interlocutores institucionais de relevo do Parlamento Europeu, do da Comissão Europeia, do Conselho e mesmo do próprio Serviço Europeu de Ação Externa.

¹⁹⁰ A título de exemplo, a unidade do PE responsável pelo projeto-piloto sobre videoconferência a que fizemos referência, e no qual a AR é um dos três Parlamentos participantes, esteve presente na MMM por duas vezes para apresentar o seu trabalho.

A título de exemplo, deve referir-se que, no período entre setembro de 2010 e outubro de 2012, o grupo de Antenas teve reuniões de trabalho com os seguintes comissários:

- Vice presidente Maroš Šefčovič, responsável pela relação com os PN;
- Vice presidente Olli Rehn, sobre o pacote de governação económica e o TECG;
- Vice presidente Sim Kallas, que detém o pelouro dos transportes;
- Comissária Androulla Vassiliou, sobre as políticas de educação, multilinguismo e juventude;
- Comissária Máire Geoghegan-Quinn, sobre a política de investigação, inovação e ciência;
- Comissária Kristalina Georgieva, sobre cooperação internacional, ajuda humanitária e resposta a situações de crise.

Os vários Comissários têm vindo a atribuir cada vez maior importância a estes contactos com os representantes dos PN em Bruxelas, na medida em que se reveste de uma certa informalidade, que permite transmitir determinadas ideias e conhecer certas posições e preocupações dos PN que nem sempre são veiculadas nos circuitos formais.

Ainda neste capítulo, no momento em que elaboramos este relatório, estão já programadas três reuniões com Comissários para o mês de outubro de 2012: Vice presidente Maroš Šefčovič, com o Comissário Štefan Füle, responsável pelo alargamento e política de vizinhança, e com a Comissária Androulla Vassiliou, sobre as políticas de educação, cultura, juventude e multilinguismo.

Relativamente a cada uma destas reuniões, o antena da AR em Bruxelas elabora uma breve nota com os principais tópicos discutidos, com particular relevância para aqueles que

politicamente sejam considerados prioritários para a AR. Para efeitos de clareza da exposição, anexamos dois exemplos de relatórios destes¹⁹¹.

No que diz respeito ao PE, além das diversas reuniões, formais ou informais com os secretariados das várias Comissões, com o departamento responsável pelas relações com os PN, com membros do gabinete do Presidente, tiveram ainda lugar, no período em análise, as seguintes reuniões:

- Vice presidente do PE, Diana Wallis, sobre questões relacionadas com transparência e registo de "lobistas";
- Vice presidente Otmar Karas, responsável pelo pelouro das relações com os PN.

Em nossa opinião, há ainda muito potencial por explorar neste tipo de interação com o PE.

Como tal, o grupo de representantes em Bruxelas sugeriu, por diversas vezes, que teria utilidade recíproca a realização de reuniões informais com os deputados relatores de determinadas propostas consideradas relevantes para a cooperação interparlamentar, para que estes se possam familiarizar com o trabalho realizado nos PN e para que possam partilhar a informação que entendam relevante.

Outros exemplos de reuniões tidas com representantes das instituições europeias cuja importância merece registo especial, foram o encontro realizado com o Diretor Geral do Conselho da U.E. para as relações institucionais, Jim Cloos, e com o secretário geral do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), Embaixador Pierre Vimont.

No primeiro caso, a reunião teve lugar em fevereiro de 2012 e foi de uma grande oportunidade em termos de calendário, pois, tendo Jim Cloos participado dos trabalhos de redação do TECG, que havia sido endossado politicamente no Conselho Europeu de 30 de

¹⁹¹ Anexo XV, *Exemplos de notas informativas do representante permanente para a AR*, p. 185.

janeiro de 2012, foi possível ter um relato bastante detalhado destas negociações. Anexamos a este relatório a nota que elaborámos por ocasião desta reunião.

A reunião com o Embaixador Pierre Vimont foi igualmente relevante, na medida em que permitiu ter uma visão de conjunto do que é o SEAE, não só em termos do dispositivo diplomático da UE no mundo, mas também as principais atribuições deste novo serviço.

Na maioria dos casos, note-se, estas reuniões tiveram lugar a pedido dos próprios.

c) O trabalho em rede: os contactos com o PE (Deputados e serviços), com a REPER, com a Comissão Europeia e com o Conselho

Além das MMM, que são reuniões semanais, há um trabalho diário de desenvolvimento da rede que é feito para obtenção de informação, para veicular as posições assumidas pela AR sobre determinada matéria e dar visibilidade ao seu trabalho. Neste contexto, são destinatários primaciais o PE, nomeadamente os administradores das várias Comissões parlamentares, o Gabinete do Presidente, do secretário geral, bem como os Gabinetes dos 22 Deputados portugueses ao PE, a Comissão Europeia, em particular o Gabinete do Presidente e do Vice-Presidente responsável pelas relações com os PN, e também a unidade no Conselho que se ocupa deste relacionamento institucional.

Por fim, uma outra dimensão fundamental do trabalho em Bruxelas é o relacionamento institucional com a Representação Permanente de Portugal (REPER), a qual tem vindo a ser aprofundada e intensificada¹⁹². Com efeito, tem sido constante a articulação com os Conselheiros dos vários setores na REPER, de modo a obter, de modo informal e ao nível técnico, elementos que possam ser úteis para o trabalho de escrutínio da AR.

¹⁹² A este respeito, não podemos deixar de agradecer todo o apoio, cooperação e cordialidade institucionais prestados pelos Embaixadores Manuel Lobo Antunes, até abril de 2012, e Domingos Fezas Vital, após esta data, bem como destacar, em particular a excelente relação de trabalho desenvolvida com a Dra. Sara Batóreo Crespo e com a Dra. Sara Martins.

São vários os exemplos de boa cooperação neste domínio, tais como nos casos de vários dossiês relativos ao Quadro Financeiro Plurianual, ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, designadamente no que diz respeito ao direito da família, mas também, noutros domínios, tais como a patente europeia, as várias temáticas no âmbito dos assuntos sociais, ou as reformas das políticas comuns de pescas e agricultura.

Do mesmo modo, tem-se procurado, de ambas as partes, adotar uma postura de maior proatividade, promovendo reuniões de trabalho para identificar prioridades futuras para cooperação.

v) Participação nas reuniões da COSAC, na Conferência de Presidentes dos Parlamentos da UE, nas reuniões de secretários gerais, bem como participação nas reuniões do apoio central do IPEX

Nos termos do Regulamento que enquadra o desempenho de funções do representante permanente da AR junto da UE, é estatuído que este deve *c) Participar em reuniões no Parlamento Europeu e demais instituições europeias, bem como em reuniões dos PN no âmbito das suas competências, designadamente na COSAC, em reuniões interparlamentares e nas conferências de presidentes de Parlamentos e de secretários-gerais; e f) Prestar apoio ao Presidente da Assembleia e às delegações da AR que se deslocam às instituições europeias.*

Neste quadro, o candidato prestou apoio às Delegações da AR às Conferências de Presidentes de Parlamentos da UE, realizadas em Bruxelas, nos dias 3 a 5 de abril de 2011, e em Varsóvia, nos dias 19 a 21 de abril de 2012, e chefiada, respetivamente, por S. Exa. o Presidente da AR, Dr. Jaime Gama, e por S. Exa. a Presidente da AR, Dra., Maria Assunção Esteves. Neste contexto, acompanhámos igualmente a secretária geral da AR, nas correspondentes reuniões de secretários gerais que antecedem estas Conferências, havidas a 16 e 17 de janeiro de 2011, em Bruxelas, e a 6 de fevereiro de 2012, em Varsóvia.

Por outro lado, e além do apoio às delegações da AR que se deslocaram às instituições europeias, acompanhou ainda as delegações da CAE (CAE) da AR às XLIV, XLV, XLVI, XLVII e XLVIII reuniões da COSAC, em Bruxelas (23 a 25 de outubro de 2010), Budapeste (29 a 31 de maio de 2011), Varsóvia (2 a 4 de outubro de 2011), Copenhaga (22 a 24 de abril de 2012) e Nicósia (14 a 16 de outubro), respetivamente.

Além disso, foi ainda prestada assessoria ao Sr. Presidente da CAE nas respetivas reuniões de Presidentes da COSAC, prévias às supracitadas.

Mais recentemente, o candidato acompanhou também a primeira Conferência Interparlamentar sobre a PESC e a PCSD, realizada em Paphos, Chipre, entre os dias 8 e 10 de setembro de 2012.

O acompanhamento e assessoria técnica realizados no âmbito destas reuniões, conciliado com a atividade desenvolvida em Bruxelas, permite ter uma visão integrada e de conjunto das várias matérias, que beneficiam a preparação das delegações da AR que participam nestes vários *fora*.

Por fim, a representação da AR no serviço de apoio central do IPEX tem sido assegurado pelo candidato, sempre que as reuniões desta estrutura ocorram em Bruxelas.

V. CONCLUSÕES E AVALIAÇÃO CRÍTICA

5.1. Conclusões gerais

A literatura que versa sobre o papel dos PN na UE, apresentada no Capítulo I, converge na conclusão de que uma das maiores dificuldades que as legislaturas enfrentam é o acesso à informação necessária para a sua atividade de acompanhamento dos assuntos europeus.

Com efeito, independentemente do sistema de escrutínio europeu de que disponham, todos os PN carecem de informação atempada, contextualizada e relevante que lhes permitam inteirar-se dos dossiês, conhecer as implicações dos vários processos de formulação de políticas a nível europeu, para que possam elaborar a sua posição.

Face ao que precede, a primeira conclusão a que chegamos é a de que a decisão tomada pelos vários PN¹⁹³ de criar uma representação permanente em Bruxelas significa uma resposta inovadora de carácter institucional, no caminho de europeização das legislaturas, visando suprir lacunas e défices de acesso à informação e aos canais de comunicação a nível europeu, bem como beneficiar da troca de boas práticas entre os vários PN.

De facto, como refere Raunio¹⁹⁴, o sistema de governação multinível europeu caracteriza-se por *“negociações intergovernamentais, com uma extensa coordenação política entre burocratas e ministros nas centenas de reuniões de grupos de trabalho e comités”*, o que resulta numa assimetria da informação disponível para os PN, caso estes dependam exclusivamente dos seus governos para conhecer as matérias em negociação.

Ao referirmos, no Capítulo IV, que os primeiros Parlamentos a enviar representantes permanentes para Bruxelas foram precisamente aqueles (Dinamarca e Finlândia) que são percebidos como tendo os sistemas de escrutínio mais vinculativos, pois mandatam os

¹⁹³ Recordamos que, à data de elaboração deste relatório, 38 das 40 câmaras parlamentares (ou 26 de 27 estados membros) têm um representante permanente junto das instituições da UE

¹⁹⁴ Raunio, T. (2005). Much ado about nothing? National legislatures in the EU Constitutional Treaty. *European Integration online Papers*, 9 (9), 11

respetivos governos nas negociações europeias, permite-nos avançar para duas conclusões adicionais sobre inovação institucional:

- a) apesar da informação que a nível nacional seja disponibilizada pelos governos aos Paramentos, estes necessitam, para desenvolver uma visão parlamentar sobre as matérias, de informação adicional, devidamente enquadrada por uma perspetiva de relevância *para* o Parlamento, e que responda às prioridades que este defina, atendendo à natureza específica do trabalho dos deputados;
- b) a presença dos Paramentos em Bruxelas permite-lhe afirmar o seu papel no ambiente de informação assimétrica que identificámos, rompendo com o monopólio da informação por parte dos executivos, mas permitindo-lhe também conhecer os pontos de vista de outros Paramentos sobre matérias de interesse comum, ou mesmo envolverem-se num diálogo direto com as instituições europeias, sem mediação dos Governos.

Assim sendo, e como nota MacCártaigh¹⁹⁵, concluímos que "(...) *os PN têm vindo a tentar aumentar a sua influência no processo europeu de tomada de decisão através do estabelecimento das suas representações em Bruxelas*¹⁹⁶ (...) *que reforçam a capacidade das legislaturas dos estados membros de estarem informadas sobre os assuntos europeus*"

5.2. A representação permanente da AR em Bruxelas: conclusões e avaliação crítica

O presente relatório profissional de atividade procurou fornecer uma visão empírica do que é o trabalho diário de um Parlamento do ponto de vista de um “praticante”, i.e., evidenciar as principais características do trabalho de um representante de um PN em Bruxelas: o tipo de informação que recolhe, a rede de contactos que fomenta, os interlocutores institucionais com que se relaciona, a perceção que as instituições europeias têm do seu trabalho e da importância da sua presença, sempre orientado por um princípio essencial: o valor acrescentado que esta representação tem para a atividade europeia da AR.

¹⁹⁵ Idem, ibidem, pp 12.

¹⁹⁶ Ênfase acrescentado.

Como tal, começaremos por afirmar que, em nossa opinião, a decisão de criar uma representação permanente da AR junto da UE foi acertada. Para justificar esta ideia, recorreremos a uma das conceptualizações avançadas por P. Norton: “*informação é poder e quanto mais for partilhado entre os PN, maior será o potencial de influenciar os governos nacionais*”¹⁹⁷.

De facto, ao fazer parte desta rede de informação em Bruxelas, a AR iniciou um caminho de emancipação e autonomização no seu processo de europeização, pois passou a poder conhecer o processo de formulação das políticas em primeira mão, como tem a capacidade de acompanhar, em tempo real, a evolução dos processos de tomada de decisão.

Mais ainda, ao interagir de forma diária com as representações de outros PN em Bruxelas, a AR é ciente não só das posições destes Parlamentos sobre matérias de interesse comum, como também tem acesso à informação de que estes disponham sobre essas mesmas matérias.

Ilustramos esta realidade com um exemplo: no citado caso em que, no âmbito do escrutínio da subsidiariedade que gerou o primeiro “cartão amarelo”, a AR aprovou um parecer fundamentado sobre o chamado Regulamento “Monti II”, foi o conhecimento da evolução dos restantes PN sobre esta proposta ao longo das oito semanas previstas no Protocolo 2, que ajudou a fundamentar a mudança de posição interna da AR sobre esta matéria.

Numa palavra, a AR não disporia de canais para obter estas informações caso não tivesse uma participação na rede dos PN em Bruxelas.

5.2.1. Dimensão crítica orientada para o escrutínio dos assuntos europeus na AR

A conclusão anterior permite-nos avançar para uma conceção mais sistémica da atividade europeia da AR, para afirmar que só faz sentido ter uma representação permanente em Bruxelas, se o próprio Parlamento desenvolver uma atividade regular de escrutínio dos assuntos europeus. Neste capítulo, a consolidação da presença da AR em Bruxelas, desde

¹⁹⁷ Norton, P. (2003). National Parliaments and the European Union. *Managerial Law*, 45 (5/6),. 22

janeiro de 2007, tem sido concomitante com o aprofundamento da atividade europeia da AR. Vários fatores convergiram para tal: i) a aprovação e entrada em vigor da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que representou um salto qualitativo estrutural nas responsabilidades da AR na integração europeia; ii) o início do mecanismo de diálogo político com a Comissão Europeia, a 1 de setembro de 2006, no qual a AR é, desde 2008, o Parlamento mais ativo; iii) e o exercício da dimensão parlamentar da Presidência da UE, no segundo semestre de 2007, num processo de cruzamento de influências entre estes vários aspetos, inextricavelmente ligados.

Para as nossas conclusões, interessa-nos sublinhar o seguinte aspeto: à medida que a AR, através da implementação de uma metodologia concreta de apreciação, acompanhamento e pronúncia sobre a construção europeia, foi assumindo um papel mais ativo neste domínio, o recurso aos canais de informação existentes em Bruxelas foi-se intensificando, dando conteúdo e expressão às funções de representação permanente em Bruxelas.

Do mesmo modo, a participação ativa no mecanismo de diálogo político com a Comissão Europeia conferiu visibilidade política à AR no plano europeu, com consequências internas no trabalho das suas Comissões parlamentares, que passaram a recorrer mais sistematicamente aos serviços da representação permanente, em Bruxelas para obter informação sobre as práticas noutros Parlamentos.

Porém, o facto de a AR ocupar, desde 2008, o primeiro lugar no *ranking* dos Parlamentos que mais pareceres enviou para a Comissão Europeia neste âmbito¹⁹⁸ deve ser objeto de uma análise crítica e de uma reflexão política no seio do Parlamento português. Com efeito, é nossa opinião de que este mecanismo deve ser avaliado não em função de um critério estatístico (quantidade de pareceres enviados), mas sim em razão de um juízo substancial que forneça resposta às seguintes questões:

- a) qual o real impacto que o mecanismo de diálogo político com a Comissão Europeia tem tido no acompanhamento que a AR faz dos assuntos europeus? Ou melhor, à quantidade de pareceres produzidos tem correspondido um aprofundamento qualitativo das posições assumidas pela AR no plano europeu e no contributo que o

¹⁹⁸ Cfr. Anexo III, *Tabela sobre a participação dos PN no mecanismo de diálogo político com a Comissão Europeia*, p. 136.

Parlamento pode dar para a formulação de uma verdadeira posição nacional, no quadro do processo regular de interação com o Governo, sobre os domínios identificados como prioritários?

- b) Qual a influência que este diálogo político tem no trabalho das comissões parlamentares especializadas? É nosso entendimento que essa influência poderia ser medida em termos da visibilidade política de uma determinada matéria europeia para o normal funcionamento de uma Comissão. Neste contexto, a conclusão que aqui afirmamos é a de que esta visibilidade política beneficiaria de uma diminuição do número de relatórios elaborados em benefício de uma abordagem mais focada em áreas temáticas concretas, em que as Comissões se especializassem e internalizassem efetivamente as matérias europeias que são da sua competência;
- c) As respostas que a Comissão Europeia fornece aos pareceres que lhe são transmitidos são consideradas relevantes pelos deputados e acrescentam valor ao trabalho desenvolvido na elaboração do parecer?

A nossa perceção, enquanto observador participante destes processos desde a sua génese, é a de que a atividade europeia da AR beneficiaria de uma complementaridade, planeada e estruturada, entre três eixos:

- i) a definição anual de prioridades para escrutínio, num processo de coordenação entre comissões e legitimado politicamente pelo plenário;
- ii) um processo de interação e consulta com o Governo orientado em torno dessas prioridades, em que cada Comissão integra no seu trabalho de rotina a fiscalização política da atividade europeia do governo;
- iii) a interação com as instituições europeias, na qual a AR procure obter informação e conhecimentos que se enquadrem nas prioridades definidas, e que lhe permita dispor de canais de comunicação distintos do governo para poder elaborar as suas posições.

Diremos que o primeiro eixo tem vindo a ser consolidado, pois, como vimos na secção III, a AR define, desde 2010 e com base no programa de trabalho anual da Comissão Europeia, um conjunto de seis ou sete prioridades para o que designa de escrutínio reforçado. A este respeito, é nossa opinião de esta evolução é muito positiva, pois o facto de estas prioridades serem objeto de uma resolução da AR¹⁹⁹, vincula politicamente o Parlamento ao seu seguimento. Acrescentaremos apenas que, para promover uma maior apropriação destas prioridades pelos deputados e pelas Comissões competentes, uma possibilidade a explorar seria a nomeação imediata de deputados-relatores para cada uma delas, que ficariam depois responsáveis por informar o Parlamento do ponto de situação dessas propostas. Isto seguiria o exemplo de uma prática iniciada pela CAE, que nomeou os deputados Helena André (PS) e Carlos Costa Neves (PSD) como relatores permanentes para o acompanhamento das negociações do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020.

No que diz respeito ao eixo ii), a nossa avaliação crítica é a de que a interação entre a AR e o governo beneficiaria de uma implementação mais efetiva de algumas das disposições contidas na Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, que procede à primeira alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativamente à audição dos membros do governo na semana anterior ou posterior à realização dos Conselhos de Ministros setoriais da UE. Estamos cientes de que, face à profusão de reuniões do Conselho que se realizam, seria irreal que a AR pudesse acompanhar, neste moldes, todas elas. Porém, e dado que a representação da AR em Bruxelas proporciona às Comissões informação atempada sobre o calendário do Conselho, bem como um enquadramento dos temas a serem tratados em cada um deles, seria verosímil que estas reuniões se pudessem realizar naqueles casos em que os Conselhos de Ministros se debruçassem sobre as temáticas que a AR considere prioritárias.

Por fim, a interação com as instituições europeias (eixo iii) deveria ser focada para os dois eixos anteriores, i.e., visando sempre responder à questão de saber que elementos adicionais pode a AR obter desse diálogo para a elaboração das suas posições e para a fiscalização da atividade europeia do governo. Assim sendo, diremos que a participação da AR no diálogo político com a Comissão Europeia justifica a avaliação que sugerimos *supra*, de modo a reorientá-la para um benefício efetivo do trabalho substancial das suas Comissões

¹⁹⁹ Resolução disponível em <http://www.dre.pt/util/getpdf.asp?s=dip&serie=1&iddr=2012.71&iddip=20120689>

parlamentares, e não para um exercício de validação das várias propostas apresentadas pela Comissão Europeia, sem retorno efetivo para a AR.

Porém, importa também deixar uma palavra crítica relativamente à Comissão Europeia e ao mecanismo de diálogo com os PN. É nossa opinião que ainda carece de demonstração, por parte da Comissão, o real impacto que este exercício pode ter na formulação de políticas ou no processo de tomada de decisão a nível europeu. Na verdade, os sinais mais recentes parecem indiciar que a Comissão Europeia incentiva um envolvimento dos PN para reforçar a legitimidade formal do processo, mas negligencia a sua parte material.

De facto, no caso citado da proposta que suscitou o primeiro “cartão amarelo” no termos do Protocolo 2 do Tratado de Lisboa (o chamado regulamento Monti II), a Comissão informou os PN, através de uma carta enviada pelo vice presidente Maroš Šefčovič a 12 de Setembro, que “(...)foram avaliados os argumentos apresentados pelos PN (...) e, com base nessa avaliação, não considera que tenha havido uma violação do princípio da subsidiariedade. Ao mesmo tempo, a Comissão tomou nota dos pontos de vista (...) do PE e do Conselho (...) reconhecendo que seria improvável que a proposta recolhesse o necessário apoio político”.

Nesta base, a Comissão informou os PN, através desta carta, da sua intenção de “retirar a proposta” em questão. Ou seja, a Comissão optou por retirar a proposta por entender que não obteria o acordo dos co-legisladores europeus, e não por atender a alguns dos argumentos apresentados pelos PN em termos de subsidiariedade.

Por fim, e ao contrário do compromisso político assumido pelo Presidente da Comissão Europeia através de carta dirigida a todos os PN no dia da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (1 de dezembro de 2009), na qual afirmava que “no caso de um cartão ‘amarelo’ ou ‘laranja’, a Comissão tem a faculdade de decidir se mantém, altera ou retira a proposta legislativa em causa, devendo fundamentar a sua decisão sob a forma de uma Comunicação da Comissão, enviada a todos os PN”, no caso em apreço, tal fundamentação não teve lugar e a carta a informar os PN da decisão de retirar a proposta parece ser suficiente para a Comissão.

Do nosso ponto de vista, e sendo este um mecanismo eminentemente político, esta decisão da Comissão transmite um sinal errado ao PN: para “desenvolver a parceria política” entre a Comissão e os PN, e para que possa existir um “papel ativo e construtivo dos PN na definição das políticas europeias”, a Comissão deverá demonstrar que o diálogo político é efetivamente um canal de comunicação bidirecional e não apenas um mecanismo para gerar uma aparente sensação de legitimidade democrática à integração europeia.

Voltando à discussão interna na AR, no momento em que finalizamos o presente relatório, a CAE está a proceder a uma reflexão política sobre algumas destas matérias, tendo deliberado designar dois deputados (Carlos Costa Neves, PSD, e Alberto Costa, PS) para moderarem essa análise.

A compatibilização entre os três eixos referidos poderia conferir uma dimensão política acrescida ao acompanhamento, apreciação e pronúncia da AR na construção europeia, conferindo aos deputados e às comissões a visibilidade política necessária para que se motivem a participar neste processo. A título de exemplo, o seguimento que a AR possa fazer de domínios como a implementação do pacto orçamental ou o desenvolvimento do semestre europeu, não depende apenas da elaboração e aprovação de relatório ou de pareceres, mas sim de um acompanhamento político sustentando, com distintas fontes de informação, que promova uma discussão de natureza política sobre as opções possíveis e o seu impacto para Portugal e para a UE.

A este título, uma sugestão prática para reforçar esta visibilidade seria o desenvolvimento de instrumentos de comunicação dedicados à atualidade europeia, em geral, e à atividade da CAE e da AR, em particular, com uma periodicidade quinzenal, e.g.. Tal poderia assumir a forma de uma breve nota informativa, a distribuir pelos deputados, mas também a ser disponibilizada no sítio internet do Parlamento dedicado aos assuntos europeus, e deveria incluir, na secção dedicada à atividade da AR, informação sobre a participação na cooperação interparlamentar (reuniões havidas, respetivos relatórios, etc).

Por outro lado, é de referir o facto de que a AR é um dos Parlamentos mais envolvidos na cooperação interparlamentar, o que se comprova pelo facto de ter participado em todas as

reuniões interparlamentares desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa²⁰⁰, como consta do anexo detalhado das várias atividades interparlamentares²⁰¹. Não obstante, é nossa opinião que a AR poderia potenciar melhor a sua participação nestas reuniões interparlamentares, sejam ao nível da COSAC ou dos encontros interparlamentares no PE.

De facto, o calendário destas reuniões é disponibilizado no início de cada semestre, o que permite às várias Comissões conhecer as datas e os temas a serem tratados. O cruzamento desta informação com a dinâmica gerada pela interação entre os três eixos acima descritos, permitiria às várias Comissões identificar as reuniões mais importantes em cada semestre, dedicando-lhes uma preparação atempada e orientada para a formulação das suas posições.

Um exemplo concreto: o PE, através das suas Comissões de Orçamentos, de Emprego e Assuntos Sociais e de Assuntos Económicos e Monetários, está a desenvolver uma abordagem concreta sobre o semestre europeu, com duas reuniões regulares por ano, de modo a conhecer as posições dos PN sobre as várias etapas de ciclo orçamental europeu. A AR, através das suas comissões competentes²⁰², beneficiará de uma abordagem integrada a esta matéria, em que possa pronunciar-se sobre a análise anual do crescimento apresentada pela Comissão Europeia, para depois dialogar com o Governo na preparação do programa nacional de reformas e, finalmente, participar na dimensão interparlamentar que debate estas matérias, partilhando o “trabalho de casa” feito e inteirando-se dos desenvolvimentos noutros estados membros.

Porém, e numa palavra crítica quanto aos atuais moldes da cooperação interparlamentar, torna-se difícil aos PN que, na maioria dos casos desempenham uma intensa atividade nacional, acompanhar a proliferação de reuniões que o PE decide organizar em Bruxelas. Especialmente, e numa das críticas mais frequentes das delegações da AR a estas reuniões e que subscrevemos, estas reuniões são frequentemente dedicadas a vários temas num dia e

²⁰⁰ Com a exceção das reuniões havidas no período em que a AR esteve dissolvida, entre abril e julho de 2011.

²⁰¹ Anexo IX, secção dedicada às reuniões interparlamentares, pp. 145 e ss.

²⁰² CAE, COFAP e CSST.

meio de reunião²⁰³, o que faz dispersar o enfoque e reduz a mais valia em termos de troca de informações.

Pela nossa experiência, diremos que quanto mais orientada para um tema concreto (idealmente uma proposta legislativa em negociação) for uma reunião interparlamentar, maior o benefício para todos os Parlamentos envolvidos²⁰⁴.

5.2.2. Dimensão crítica sobre a atividade profissional desempenhada

O contexto institucional acima descrito torna o desempenho das funções de representante permanente da AR junto da UE um desafio multidimensional. Em primeiro lugar, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa trouxe uma maior complexidade ao trabalho dos PN a nível europeu, dado que o exercício das responsabilidades acrescidas que lhes são conferidas exige que os Parlamentos possam seguir, em tempo real, a atividade das instituições europeias, bem como o trabalho desenvolvidos noutros Parlamentos e as posições por estes assumidos. Consequentemente, a existência de uma rede de antenas dos PN em Bruxelas valorizou-se bastante, pois estes estão em posição de se constituírem como o ponto focal da obtenção e disseminação de informação pertinente para os respetivos Parlamentos.

Por outro lado, e como referimos já, à medida que a AR tem aprofundado a sua europeização, tem aumentado a perceção existente na AR quanto às potencialidades de uma representação permanente da AR em Bruxelas. Tal materializou-se num acréscimo significativo do nosso volume de trabalho, o qual, como vimos no Capítulo IV, é caracterizado por multiplicidade funcional. Isto exige um criterioso estabelecimento de prioridades, o desenvolvimento, manutenção e potenciação de uma rede de contactos que responder a todas as solicitações em tempo útil.

²⁰³ Um exemplo recente foi a reunião interparlamentar organizada pela Comissão LIBE do PE, nos dias 5 e 6 de outubro, cujo programa anexamos (Anexo XII, p. 174), e que tinha como temas: EUROPOL, EUROJUST, FRONTEX e Schengen. A abordagem, num período de tempo tão limitado, acaba sempre por ser vaga e pouco focada.

²⁰⁴ Um exemplo recente deste formato foi a reunião organizada pela Comissária Maria Damanaki, responsável pela reforma da Política Comum de Pescas com os presidentes das comissões parlamentares competentes por esta matéria nos PN e no PE. Anexamos o respetivo programa e síntese da reunião (Anexos XII e XIII, pp. 174 e ss.).

A este respeito, e reiterando uma ideia já avançada na introdução, consideramos que a formação do candidato em Relações Internacionais (RI) pelo ISCSP tem sido um fator muito importante no efetivo desempenho destas funções. Com efeito, sendo o curso de RI orientado para uma diversidade muito abrangente de conhecimentos, não só em termos de disciplinas científicas (direito, ciência política, economia, antropologia), mas também pela promoção que faz da interdisciplinaridade desta ciência social. Tal confere aos licenciados em RI pelo ISCSP uma perspetiva holística relativamente a temáticas distintas, mas interrelacionadas, bem como de adaptação a realidades complexas e em constante transformação, como é o caso do contexto em que desempenhamos as funções descritas neste relatório.

Por fim, o facto de o candidato ter tido o privilégio de funcionar como coordenador do grupo de representantes dos PN em Bruxelas, conforme descrito no Capítulo IV, permite-lhe ter uma visão de conjunto do modo como o papel do PN na UE se desenvolveu nos últimos anos, bem como a perceção que as instituições da UE têm hoje sobre o contributo que este grupo de antenas dos PN pode dar para a afirmação de uma dimensão parlamentar da integração europeia.

Face a tudo o que precede, devemos recentrar estas conclusões na questão de base que é objeto deste relatório: *de que modo é que os PN, heterogéneos e originários de matrizes históricas e constitucionais diversas, reagem e se adaptam à dinâmica político-institucional da integração europeia e, em concreto, qual o contributo e o valor acrescentado de uma representação permanente destas legislaturas junto das instituições europeias para esse processo de adequação a um ambiente que lhes coloca, simultaneamente, desafios, limitações e oportunidades comuns.*

A nossa resposta é a de, que para que os PN evoluam no seu processo de europeização: i) carecem de informação relevante e devidamente enquadrada para se inteirarem das matérias; ii) necessitam de conhecer os modos de trabalhar e as boas práticas noutros Parlamentos; iii) podem beneficiar largamente de canais de comunicação diretos com as instituições europeias, designadamente através da cooperação interparlamentar com o PE e do diálogo político da Comissão, o que complementa o trabalho feito a nível do acompanhamento político da atividade dos respetivos Governos, na sua condição de membros do Conselho.

Estes requisitos são, após a análise da literatura relevante e com base na experiência profissional descrita, considerados como essenciais para a adaptação dos PN à integração europeia.

Porém, é importante sublinhar que esta adaptação está inevitavelmente ligada à vontade política dos Parlamentos em se envolverem neste processo, ou seja, ao debate político interno que procure respostas a uma questão central: *como é que o Parlamento considera o seu papel, a nível nacional e europeu, na integração europeia?*

Por conseguinte, podemos concluir que o valor acrescentado de uma representação permanente dos PN em Bruxelas é fornecer aos deputados os instrumentos que lhes permitam preencher os três requisitos citados, de modo a que possam debater e tomar as decisões políticas que respondam à questão identificada no parágrafo anterior. Conforme referimos na introdução, e citando Norton, a resposta aos desafios que os PN enfrentam terá de ser encontrada, em larga medida, pelos próprios Parlamentos que *“têm o potencial de mudar as coisas. Cabe-lhes a eles decidir se o querem fazer”*.²⁰⁵ Como tal, quanto mais competente, eficaz e substancial for o desempenho das funções descritas neste relatório, melhor apetrechado estará o respetivo Parlamento para enfrentar estes desafios.

De facto, o funcionamento da rede de representantes permanentes dos PN em Bruxelas oferece um potencial assinalável para o trabalho destas instituições: durante as várias reuniões de coordenação, ou nos contactos informais nos corredores das instituições europeias, é possível obter um nível de informação que de outra forma dificilmente existiria. Deste modo, seria mais correto falarmos das "redes" dos representantes dos PN em Bruxelas, pois cada *antena* tem os seus próprios contactos, a sua própria rede de fontes de informação, as suas distintas perceções, abordagens e métodos de trabalho, bem como diferentes leituras dos vários desenvolvimentos institucionais ao nível da UE, que depois convergem nesta rede formal de antenas, na qual o todo é largamente superior à simples soma aritmética das suas partes. A sua interação, ao nível administrativo, no seio do grupo, bem como na relação com as instituições europeias, permite um trabalho prévio de compreensão e de melhoria das

perceções mútuas entre os vários atores, contribuindo para um debate político mais informado, preparado e substancial.

Todos estes desenvolvimentos têm atraído uma atenção crescente da comunidade académica sobre a atividade dos PN, e um interesse particular pelo modo como estes articulam a sua rede em Bruxelas. Neste contexto, o candidato foi convidado em duas ocasiões a apresentar comunicações de cariz académico, mas do ponto de vista de um *operacional*, sobre esta matéria: a primeira teve lugar na Academia Europeia de Direito em Trier, na Alemanha, a 10 de maio de 2012, e a segunda na Universidade de verão da *School of Government* da Universidade LUISS Guido Carli, em Roma, no dia 18 de julho. Ambas as comunicações, bem como os respetivos programas, estão anexos a este relatório²⁰⁶.

O facto de o interesse académico pela temática que este relatório trata estar a aumentar corrobora as motivações que inicialmente apresentámos para a elaboração deste relatório profissional, ou seja, complementar a considerável literatura disponível sobre o papel dos PN na UE com um estudo de natureza empírica, que beneficie uma compreensão mais prática de um processo que se encontra, no momento em que escrevemos, em acelerada evolução.

O presente formato de relatório profissional de atividade conducente ao grau de mestre em Relações Internacionais proporcionou, assim, ao candidato a oportunidade de se debruçar, com um certo recuo e distanciamento analíticos, sobre as funções que desempenha e a instituição que serve, procurando evidenciar tendências e identificar dimensões críticas para a melhoria do desempenho, tanto individual como institucional. Face ao que precede, concluímos que esta temática do papel dos PN na UE justifica a atenção académica que lhe tem sido dedicada, pela inovação política e institucional que representa, mas também pelo potencial de legitimação que confere ao projeto europeu. Estes motivos, aliados à necessidade de ir mais além da dimensão empírica deste relatório, justificam a intenção do candidato em prosseguir este trabalho num curso de doutoramento.

²⁰⁵ Norton, P. (2003). National Parliaments and the European Union. *Managerial Law*, 45 (5/6), p. 22

²⁰⁶ Anexo XVI, *Comunicações apresentadas pelo candidato na Academia Europeia de Direito, em Trier, e na LUISS Guido Carli University, em Roma*, p. 189.

VI. BIBLIOGRAFIA

- Monografias

- Barrett, Gavin. *National parliaments and the European Union: the constitutional challenge for the Oireachtas and other Member State legislatures*. Clarus Press, 2008.
- Bessa, A. M. (1993), *Quem governa?*, Lisboa, ISCSP.
- Besselink, L. (2007). *A composite European Constitution*, Groningen: European Law Publishing;
- Brazier, Alex (ed). *Parliament, Politics and Law Making: Issues and Developments in the Legislative Process*. London: Hansard Society, 2004.
- Costa C., Farias Ferreira M., Pereira, M.J., e Soares A. (eds.) (2009, 1.^a ed.), *A União Europeia como ator global: dimensões económicas e normativas da política externa europeia*, Lisboa, ISCSP.
- Corbett, R.(2011). The EP and national Parliaments, in *The European Parliament*, Bruxelas, Parlamento Europeu, 256.
- Dahl, R. A. (1991), *Modern Political Analysis*, Prentice-Hall.
- J. S. Mill, (1861) *Considerations on Representative Government*. Oxford University Press, 1998 [1861]).
- Fraga, A. (2001a), *Os Parlamentos nacionais e a legitimidade da construção europeia*, Edições Cosmos, Lisboa.
- Haas, E. (1958). *The uniting of Europe: political, social and economic forces*. Stanford University press.
- Jančić, D. (2011). *National Parliaments and European constitutionalism: accountability beyond borders*. University of Utrecht
- Kiiver, P. (2006 a). *National parliaments in the European Union: a critical view on EU constitution-building*. Aspen Publishers.
- Kiiver, P.(ed) (2006b) . *National and regional parliaments in the European constitutional order*. Groningen: Europa Law Publishing.
- Kincaid, J. (1999). ‘Confederal Federalism and Citizen’s Representation in the European Union’, in J.B. Brezinski, T.D. Lancaster and C. Tuschhoff (eds.),

- Compounded Representation in West European Federations (West European Politics special issue 22). London and Portland, OR: Frank Cass, 34–58.
- Kooiman, T. (1993) Social and political governance, in T. Kooiman, *Modern governance*, London: Sage Publications.
 - Lucas Pires, F. (1997). *Introdução ao Direito Constitucional europeu*, Almedina, Coimbra p. 66
 - Maltez, J. A. (1996), *Princípios de Ciência Política, Introdução à teoria política*, Lisboa, ISCSP.
 - Maltez, J. A. (2002), *Curso de relações internacionais*, Estoril, Principia.
 - Marks, G. (1993) Structural policy and multilevel governance in the EC, in A. Cafruny and G. Rosenthal, *The state of the European Community*, London: Longman.
 - Maurer, A. and Wessels, W. (2001). National Parliaments After Amsterdam: From Slow Adapters to National Players?, in A. Maurer and W. Wessels (eds), *National Parliaments on Their Ways to Europe: Losers or Latecomers?*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft.
 - Meirinho Martins, M. (2008), *Representação política, eleições e sistemas eleitorais*, Lisboa, ISCSP.
 - Militão Ferreira, M.J. (2005), *A política externa Europeia: uma reflexão sobre a UE como ator internacional*, Lisboa, ISCSP-
 - Mitrany, D. (1943). *A Working peace system: an argument for the functional development of international organization*, London, Royal Institute of International Affairs.
 - Mitrany, D.(1975). *The functional theory of politics*, The annals of the american Academy of Political and Social Sciences, New York.
 - Moreira, A. (2004), *A Europa em formação*, Lisboa, ISCSP.
 - Moreira, A. (2011, 7ª ed.), *Teoria das relações internacionais*, Coimbra, Almedina.
 - Niblock M. (1971), *The EEC: national Parliaments in Community decision making*, London: Chatham House.
 - Norton, P. (ed) (1996). *National Parliaments and the European Union*. London: Frank Cass.
 - O'Brennan, J. and Raunio, T. (eds) (2007). *National Parliaments Within the Enlarged European Union: From Victims of Integration to Competitive Actors?*. Abingdon: Routledge.
 - Rosenau, J.N. (1992). Governance, order, and change in world politics, in

J.N. Rosenau and E.-O. Czempiel, *Governance without government*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Soares, A. (2005, 1ª ed.), *União Europeia: que modelo político?*, Lisboa, ISCSP

- Publicações periódicas

- Arregui, J. (2004). Negotiation in legislative decision-making in the European Union. *ICS Dissertation Series*: Rijksuniversiteit Groningen.
- Auel, K. (2007). 'Democratic Accountability and National Parliaments: Redefining the Impact of Parliamentary Scrutiny in EU affairs', *European Law Journal*, 13(4), pp. 487-504.
- Auel, K. e Benz, A (2005), The Politics of Adaptation: the Europeanisation of National Parliamentary Systems, *Journal of Legislative Studies*, 11(2), pp. 372-39.
- Barrett, G. (2008). The King is Dead, Long Live the King: The Recasting by the Treaty of Lisbon of the Provisions of the Constitutional Treaty Concerning National Parliaments, *European Law Review*, 33(1), pp. 66-84.
- Bovens, Mark (2007). Analysing and assessing accountability: a conceptual framework., *European Law Journal*,. (13) 2, 447-468
- Benz, A. (2004). Path-Dependent Institutions and Strategic Veto Players: National Parliaments in the European Union, *West European Politics*, 27(5), pp. 875-900.
- Cooper, I. (2011). A "virtual third chamber for the EU"? National Parliaments after the Treaty of Lisbon. *Arena working papers*, Centre for European Studies, University of Oslo.
- Ferreira-Pereira, L. (2008), Portugal and the 2007 EU Presidency: a case of constructive bridge-building, *Journal of Common Market Studies*, (46), 1, 61-70.
- Fraga, A. (2001a). O Controlo Parlamentar dos Atos do Governo na Execução do Direito Comunitário, *Revista Jurídica*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 24, 597-614.
- Fraga, A. (2001b). The Parliament of Portugal: Loyal scrutiny and Informal Influence, in in A. Maurer & W. Wessels (eds.), *National Parliaments on Their Ways to Europe: Losers or Latecomers?*, Baden Baden, pp. 359-375;

- Hix, S. (1998). The study of the EU II, *Journal of European Public Policy*, (5) 1 38–65
- Jančić, D. (2008). A new organ of the European Union - 'National Parliaments Jointly'." *Federal Trust for Education and Research*.
- Jančić, D. (2011). The Portuguese Parliament:Blazing the Trail to the European Scrutiny Trophy?, *Interdisciplinary Political Studies*, (1) 1, 93-108
- Kiiver, P. (2006)."The composite case for national parliaments in the European Union: who profits from enhanced involvement?", *European Constitutional Law Review*, (2) 2, 227-252.
- Kiiver, P. (2011). The Early-Warning System for the Principle of Subsidiarity: The National Parliament as a Conseil d'Etat for Europe, *European Law Review*, 36(1), 98-108.
- Leston-Bandeira, C. (2001). The Portuguese parliament during the first two decades of democracy. *West European Politics*, (24) 1.
- MacCárthaigh, M (2005). Conceptualising the role of national parliaments in the EU system of governance. *Geary Institute Discussion Paper Series*, 9
- Magone, J. (1996). The Portuguese Assembleia da Republica: Discovering Europe' in P. Norton (ed), *National Parliaments and the European Union*. London: Frank Cass.
- Majone, G. (1998). Europe's 'democratic deficit': the question of standards. *European Law Journal*, 4 (1), 5–28.
- Moravcsik, A. (2004), Is there a 'democratic deficit' in world politics? A framework for analysis. *Government and Opposition*, (39), Issue 2, 336-363
- Norton, P. (2003). *National Parliaments and the European Union*. *Managerial Law*, 45 (5/6), 5-25
- Pardal, A (2008). A Assembleia da República no processo de integração europeia. *Instituto de estudos estratégicos e internacionais, Background Paper*, http://www.ieei.pt/files/Background_paper_Alves_Pardal.pdf.
- Passos, R. (2008). Recent developments concerning the role of national parliaments in the European Union. *ERA Forum*, (9), 1, 25-40.
- Paulo, M. T. e Leston-Bandeira, C. (2011) O impacto da europeização no parlamento, *Instituto português de relações internacionais, Universidade Nova de Lisboa, Working Paper 21*, http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/pdf/Parlamento.pdf
- Pliakos, A. (2007). National Parliaments and the European Union: Necessity of Assigning a Supranational Role, *Revue Européenne de Droit Public*, 19(3), 757-788.

- Raunio, T. (2000). Always one step behind? National legislatures and the European Union, *Government and Opposition*, (34), 2, 180-202.
- Raunio, T. and Hix, S. (2000 a). Backbenchers learn to fight back: European integration and parliamentary government, *West European Politics*, (23) 4, 142-168.
- Raunio, T. (2000 b), Losing independence or finally gaining recognition? Contacts between MEPs and national parties, *Party Politics*, (6) 2, 211-223
- Raunio, T. (2005). Much ado about nothing? National legislatures in the EU Constitutional Treaty. *European Integration online Papers*, 9 (9).
- Raunio, T. (2009). 'National Parliaments and European Integration: What We Know and Agenda for Future Research', *Journal of Legislative Studies*, 15(4), pp. 317-334.
- Raunio, T. and Wiberg, M. (2010). 'How to Measure the Europeanisation of a National Legislature?', *Scandinavian Political Studies*, 33(1), pp. 74-92.
- Wessels, Wolfgang and Diederichs, Udo. "A new kind of legitimacy for a new kind of parliament - the evolution of the European Parliament." *European Integration online Papers*, Vol. 1, No. 006, 1997.

- Relatórios e documentos institucionais:

- COSAC:
 - o relatórios bianuais, disponíveis em http://www.cosac.eu/fr_documents/rapports-semestriels-de-la-cosac/ ;
- Comissão Europeia :
 - o Relatórios anuais sobre as relações com os PN, desde 2006 : http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/relations/relations_other/npo/index_en.htm
- Parlamento Europeu:
 - o Anuário das atividades com os Parlamentos nacionais, disponíveis em <http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1>
 - o Relatórios do grupo de coordenação para as relações com os PN: <http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1741;jsessionid=882502905121B21EE19FAF57626C86D2>

VII. ANEXOS

<i>Anexo</i>	<i>Página</i>
<i>Anexo I – Regulamento do representante permanente da AR (Antena) junto da UE</i>	<i>131</i>
<i>Anexo II – Quadro com a evolução jurídica e institucional do papel dos PN a nível europeu</i>	<i>132</i>
<i>Anexo III – Tabela sobre a participação dos PN no mecanismo de diálogo político com a Comissão Europeia</i>	<i>136</i>
<i>Anexo IV – Quadro-síntese com as disposições do Tratado de Lisboa relativas ao papel dos PN na UE</i>	<i>137</i>
<i>Anexo V – Tabela com os pareceres fundamentados sobre a subsidiariedade adotados pelos PN no âmbito do Protocolo 2 do Tratado de Lisboa</i>	<i>141</i>
<i>Anexo VI – Quadro-síntese com a evolução jurídica e institucional da AR no acompanhamento dos assuntos europeus</i>	<i>142</i>
<i>Anexo VII – Quadro com os debates em plenário previstos pela Lei n.º21/2012, de 17 de maio</i>	<i>143</i>
<i>Anexo VIII – Quadro com as funções desempenhadas pelo representante permanente da AR junto da UE, por percentagem de tempo dispendido</i>	<i>144</i>
<i>Anexo IX – Lista das reuniões em que o representante permanente da AR participou no período em análise</i>	<i>145</i>
<i>Anexo X – Síntese dos principais dossiês acompanhados no período em análise</i>	<i>164</i>
<i>Anexo XI - Exemplos dos enquadramentos da atualidade institucional europeia preparados para as Comissões parlamentares da AR</i>	<i>171</i>
<i>Anexo XII – Exemplos de programas de reuniões interparlamentares em que a AR participou</i>	<i>174</i>
<i>Anexo XIII – Exemplos de projetos de relatórios preparados pelo representante permanente da AR relativos a reuniões interparlamentares</i>	<i>177</i>
<i>Anexo XIV – Programa da visita da Comissão de Assuntos Europeus às instituições europeias e à REPER</i>	<i>182</i>
<i>Anexo XV – Exemplos de notas informativas do representante permanente para a AR</i>	<i>184</i>
<i>Anexo XVI – Comunicações apresentadas pelo candidato na Academia Europeia de Direito, em Trier, e na LUISS Guido Carli University, em Roma.</i>	<i>188</i>
<i>Anexo XVII - Lista de abreviaturas</i>	<i>201</i>



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Regulamento n.º 354/2008

Por despacho do Presidente da Assembleia da República de 24 de Junho de 2008, foi aprovado o Regulamento do Representante Permanente da Assembleia da República (Antena) junto da União Europeia, cujo texto se reproduz em anexo.

24 de Junho de 2008. — O Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

ANEXO

Regulamento do Representante Permanente da Assembleia da República (Antena) junto da União Europeia

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece o estatuto do Representante Permanente da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia, doravante designado por Antena, incluindo as competências, processo de recrutamento e selecção, mandato, direitos e deveres.

Artigo 2.º

Competências da Antena

1 — O Antena deve promover e facilitar a cooperação entre a Assembleia da República e as instituições europeias, nomeadamente o Parlamento Europeu, bem como com o Secretariado da COSAC (Conferência de Órgãos Especializados em Assuntos Europeus, dos Parlamentos Nacionais dos Estados membros da União Europeia e do Parlamento Europeu), através da troca regular de informação sobre as actividades respectivas.

2 — Para o efeito, o Antena deve, designadamente:

- a) Criar uma rede de contactos com as instituições europeias, nomeadamente o Parlamento Europeu, e ainda com todos os representantes dos outros parlamentos nacionais na União Europeia;
- b) Acompanhar os debates no Parlamento Europeu e demais instituições europeias e assegurar uma eficaz circulação de informação;
- c) Participar em reuniões no Parlamento Europeu e demais instituições europeias, bem como em reuniões dos parlamentos nacionais no âmbito das suas competências, designadamente na COSAC, em reuniões interparlamentares e nas conferências de presidentes de parlamentos e de secretários-gerais;
- d) Fornecer dados para as actividades de escrutínio da Assembleia da República, propor formas de aprofundar mecanismos de cooperação e difundir boas práticas dos parlamentos nacionais;
- e) Colaborar na recolha de informação comparativa sobre práticas parlamentares e na preparação de estudos temáticos solicitados pelos órgãos e serviços da Assembleia da República;
- f) Prestar apoio ao Presidente da Assembleia e às delegações da Assembleia da República que se deslocam às instituições europeias;
- g) Colaborar na organização e acompanhamento de visitas de trabalho e de estado de deputados e funcionários parlamentares às instituições europeias;
- h) Assegurar a cooperação com a REPER.

Artigo 3.º

Processo de recrutamento e selecção do Antena

- 1 — O recrutamento do Antena é feito de entre funcionários parlamentares, com o perfil, as habilitações académicas e experiência profissional adequados, com relevância para a área dos assuntos europeus.
- 2 — As candidaturas são formalizadas junto do Secretário-Geral, delas devendo constar o *curriculum vitae* detalhado e os dados considerados relevantes para a apreciação da respectiva candidatura.
- 3 — A escolha do Antena cabe ao Secretário-Geral, que, para o efeito, consulta o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus.

Artigo 4.º

Duração e cessação do mandato

- 1 — O mandato do Antena tem a duração de dois anos, prorrogável por uma única vez.
- 2 — O mandato pode cessar antes do seu termo nas seguintes situações:
 - a) Caso a Assembleia da República decida deixar de ter representação permanente junto das instituições da União Europeia;
 - b) Em resultado de uma avaliação de desempenho negativa do Antena.
- 3 — No caso da alínea b) do número anterior, a decisão de cessação do mandato compete ao Secretário-Geral, devendo ser fundamentada e precedida de audiência prévia do Antena.
- 4 — Não há lugar a qualquer indemnização ou compensação pela cessação de funções.

Artigo 5.º

Local de trabalho

O local de trabalho do Antena é no edifício do Parlamento Europeu, onde dispõe de gabinete, cedido, para o efeito, à Assembleia da República.

Artigo 6.º

Superintendência

- 1 — O Antena está sob a superintendência directa e exclusiva do Secretário-Geral da Assembleia da República, a quem reporta e de quem recebe instruções.
- 2 — Para efeitos logísticos e funcionais, durante o mandato, o Antena reporta ao dirigente do serviço com superintendência na área dos assuntos europeus.

Artigo 7.º

Deveres do Antena

- 1 — O Antena tem os mesmos deveres que os demais funcionários parlamentares.
- 2 — Antes do final de cada sessão legislativa, o Antena remete ao Secretário-Geral da Assembleia da República um relatório da actividade desenvolvida, devendo fazer menção das dificuldades encontradas no desempenho das suas funções e de propostas para melhorar o seu desempenho.

Artigo 8.º

Direitos do Antena

- 1 — O Antena mantém todos os direitos que detém enquanto funcionário parlamentar.
- 2 — O Antena auferir remuneração inerente à sua carreira e categoria, acrescida de abono de habitação, ajudas de custo nos termos legais e do pagamento das viagens que efectuar a Portugal ou aos outros Estados membros ao serviço da Assembleia da República.
- 3 — O Antena beneficia do pagamento de despesas de representação de montante correspondente a 15 % do valor fixado para os funcionários diplomáticos.
- 4 — O Antena dispõe de um computador portátil e de telemóvel de serviço, com o *plafond* fixado anualmente, por despacho do Secretário-Geral.
- 5 — O Antena tem ainda direito a um seguro de saúde pago pela Assembleia da República.

Artigo 9.º

Estatuto

Ao Antena é atribuído estatuto similar aos restantes representantes dos outros parlamentos nacionais, no quadro da legislação nacional aplicável.

ANEXO II – QUADRO COM A EVOLUÇÃO JURÍDICA E INSTITUCIONAL DO PAPEL DOS PN A NÍVEL EUROPEU

A EVOLUÇÃO DA UE E O PAPEL DOS PARLAMENTOS NACIONAIS	
<i>Tratado ou evento político</i>	<i>Evolução registada</i>
Conselho Europeu de Dublin (25 e 26 de junho de 1990)	A primeira referência formal sobre o papel dos PN ao mais alto nível institucional comunitário, consta das Conclusões do e que, no seu Anexo 1, ²⁰⁷ intitulado " <i>União Política</i> ".
Tratado de Maastricht (1 de novembro de 1993)	<i>Contém uma “Declaração relativa ao papel dos Parlamentos nacionais na UE”²⁰⁸, na qual se diz que é “importante incentivar uma maior participação dos Parlamentos nacionais nas atividades da UE”, sendo “conveniente, para esse efeito, intensificar o intercâmbio de informações entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu”, e que “(...) os governos dos Estados-membros diligenciarão (...) para que os Parlamentos nacionais possam dispor das propostas legislativas da Comissão em tempo útil para sua informação ou para eventual análise²⁰⁹”</i>
O Tratado de Amesterdão: o Protocolo relativo ao papel dos Parlamentos nacionais na UE (1 de maio de 1999)	<p>Inclui um Protocolo relativo ao papel dos Parlamentos na União Europeia²¹⁰, que visa “incentivar maior participação dos Parlamentos nacionais nas atividades da União Europeia e reforçar a capacidade de exprimirem as suas opiniões sobre questões que para aqueles possam revestir-se de especial interesse”.</p> <p>No que diz respeito ao acesso à informação pelos Parlamentos nacionais, este Protocolo define que todos os documentos de consulta (livros verdes e livros brancos, e.g.) da Comissão serão prontamente enviados aos Parlamentos nacionais dos Estados-Membros, e que “as propostas legislativas da Comissão serão transmitidas atempadamente (...), por forma a que o Governo de cada Estado-Membro possa assegurar que o Parlamento nacional as receba em devido tempo²¹¹”.</p> <p>Por outro lado, define que “deve mediar um prazo de seis semanas entre a data em que uma proposta legislativa (...) é transmitida pela Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, em todas as línguas,</p>

²⁰⁷ Disponível em http://www.europarl.europa.eu/summits/dublin/du2_fr.pdf

²⁰⁸ <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html#0100000033>

²⁰⁹ É de notar, a este respeito, que os Parlamentos dependem dos Governos para o acesso à informação.

²¹⁰ Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997D/htm/11997D.html#0113010016>

²¹¹ É de notar que a prerrogativa da transmissão das propostas legislativas da Comissão Europeia aos Parlamentos nacionais é confiada aos governos, cabendo-lhes determinar o que significa “atempadamente” ou em “devido tempo”.

	<p><i>e a data em que esta é inscrita na agenda do Conselho para deliberação (...) ²¹². ”</i></p> <p>Finalmente, a COSAC vê o seu papel formalmente consagrado neste Protocolo, que estatui que esta Conferência <i>“pode submeter às Instituições da União Europeia qualquer contributo que considere adequado (...) sobre as atividades legislativas da União, nomeadamente no que se refere à aplicação do princípio da subsidiariedade, ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça, bem como a questões relacionadas com os direitos fundamentais”</i>.</p>
<p>O Tratado de Nice (assinado a 26 de fevereiro de 2001, em vigor a e a Declaração sobre o futuro da Europa</p>	<p>O Tratado de Nice adotou uma Declaração respeitante ao futuro da União ²¹³, que <i>incumbe as seguintes Presidências do Conselho (Suécia e Bélgica) de fomentar “um amplo debate (sobre o futuro da UE) que associe todas as partes interessadas: <u>representantes dos Parlamentos nacionais</u> ²¹⁴ e do conjunto da opinião pública (...)”</i>.</p> <p>Segundo esta declaração, o debate deveria abordar as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Estabelecimento e manutenção de uma delimitação mais precisa das competências entre a União e os estados-membros, que respeite o princípio da subsidiariedade;</i> - <i>Estatuto da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, proclamada em Nice (...);</i> - <i>Simplificação dos Tratados, a fim de os tornar mais claros e mais compreensíveis, sem alterar o seu significado;</i> - <i><u>Papel dos Parlamentos nacionais na arquitetura europeia.</u></i>
<p>A declaração de Laeken sobre o futuro da Europa (14 e 15 de dezembro de 2001)</p>	<p>A Presidência belga do Conselho da UE adotou, no Conselho Europeu de Laeken, a 14 e 15 de dezembro de 2001, uma Declaração sobre o futuro da União Europeia ²¹⁵, de modo a organizar o “amplo debate” previsto na Declaração de Nice.</p> <p>São identificados alguns tópicos de reflexão para o debate sobre os Parlamentos nacionais:</p>

²¹² (...). ” É, assim, criado um período de tempo especificamente consagrado à ação dos Parlamentos nacionais, ainda que não tenha sido prevista alguma consequência concreta no final dessas seis semanas.

²¹³ Declaração n.º 2, 3, http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=192417

²¹⁴ Sublinhado acrescentado.

²¹⁵ Disponível em <http://european-convention.eu.int/pdf/1knpt.pdf>

	<p>-deverão estar representados numa nova instituição, a par do Conselho e do Parlamento Europeu?</p> <p>-deverão desempenhar um papel nos domínios da atuação europeia em que o Parlamento Europeu não tem competência?</p> <p>- deverão concentrar-se na repartição de competências entre a União e os Estados-Membros, por exemplo mediante um controlo prévio da observância do princípio da subsidiariedade?</p>
<p>A Convenção Europeia (28 de fevereiro de 2002 a 13 de julho de 2003)</p>	<p>A Declaração de Laeken convocou uma Convenção²¹⁶ composta por aqueles que considerou serem os “principais participantes no debate sobre o futuro da União”:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 15 representantes dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros (1 por Estado-Membro); - 30 membros dos Parlamentos nacionais (2 por Estado-Membro)²¹⁷; - 16 membros do Parlamento Europeu; - 2 dois representantes da Comissão (um dos quais o Comissário português António Vitorino); <p>A Convenção criou dois grupos de trabalho especificamente dedicados a analisar e a propor soluções relacionadas com o envolvimento dos Parlamentos nacionais na integração europeia²¹⁸:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grupo de Trabalho sobre a subsidiariedade (GT I); - Grupo de Trabalho sobre os Parlamentos nacionais (GT IV).
<p>O projeto de Tratado que institui uma Constituição para a Europa (18 de julho de 2003)</p>	<p>Em resultado do trabalho desenvolvido pela Convenção, foram incluídos no Tratado dois Protocolos sobre a participação dos Parlamentos nacionais na UE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Protocolo relativo ao papel dos Parlamentos nacionais na União Europeia</i>²¹⁹, segundo o qual “A Comissão²²⁰ envia os

²¹⁶ <http://european-convention.eu.int/PT/bienvenue/bienvenuef7f9.html?lang=PT>

²¹⁷ Os representantes da Assembleia da República eram os deputados Maria Eduarda Azevedo (PSD) e Alberto Costa (PS), como efetivos, e Luís Nazaré Pereira (PSD) e Guilherme d’Oliveira Martins (PS), como suplentes.

²¹⁸ A informação sobre os vários grupos de trabalho da Convenção, e respetivas conclusões, está disponível em http://european-convention.eu.int/PT/doc_wg/doc_wgf7f9.html?lang=PT

²¹⁹ Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2004:310:0204:0206:PT:PDF>

²²⁰ Ou qualquer outra instituição, no uso desta prerrogativa de iniciadora do processo legislativo.

	<p><i>seus projetos de atos legislativos europeus diretamente aos Parlamentos nacionais</i>”²²¹ e estabelece a possibilidade de os Parlamentos nacionais dirigirem às instituições “um parecer fundamentado sobre a conformidade de determinado projeto de ato legislativo europeu com o princípio da subsidiariedade;</p> <p>- Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade²²², que cria o chamado «mecanismo de alerta précoce», através do qual, além de os Parlamentos poderem dirigir às instituições um parecer fundamentado sobre a observância do princípio da subsidiariedade, dispondo cada Parlamento de dois votos²²³.</p>
<p>O diálogo político com a Comissão Europeia: a iniciativa Barroso (1 de setembro de 2006)</p>	<p>A Comissão apresentou, a 10 de maio de 2006, uma Comunicação intitulada <i>Uma agenda para os cidadãos – por uma Europa de resultados</i>²²⁴, na qual considera que “os Parlamentos nacionais devem participar mais estreitamente no desenvolvimento e aplicação das políticas europeias” e que “o reforço da sua participação pode contribuir para uma maior harmonia e uma melhor aplicação das políticas europeias”.</p> <p>Para tal, a Comissão afirma que “<i>deseja apresentar diretamente aos PN as novas propostas e documentos de consulta, convidando-os a reagir, a fim de melhorar o processo de elaboração das políticas</i>”²²⁵, o que passou a acontecer desde 1 de setembro de 2006.</p> <p>A Comissão adotou, com esta iniciativa, uma abordagem mais arrojada, pois convida os PN a reagir sobre as várias dimensões de cada proposta, não incidindo apenas sobre a subsidiariedade, mas relativamente a quaisquer outros aspetos que considerem pertinentes (e.g., proporcionalidade, substância das propostas, base jurídica).</p>

²²¹ Ou seja, o envio das propostas legislativas adotadas a nível europeu aos Parlamentos deixa de estar dependente da intermediação dos Governos.

²²² Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2004:310:0207:0209:PT:PDF>

²²³ Nos termos do artigo 7.º deste Protocolo, caso os pareceres fundamentados emitidos pelos PN neste âmbito representarem, pelo menos, 1/3 do total dos votos atribuídos aos Parlamentos nacionais, o projeto de ato legislativo deve ser reanalisado, sendo este limiar de ¼ nos casos em que se trate de um projeto de ato legislativo europeu no contexto do espaço de liberdade, segurança e justiça.

²²⁴ Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0211:FIN:PT:PDF>

²²⁵ O próprio Conselho Europeu, nas Conclusões de 15 e 16 de junho de 2006²²⁵, “congratula-se com o compromisso da Comissão de tornar todas as suas novas propostas e documentos de consulta diretamente acessíveis aos PN, e de os convidar a comunicar-lhe as suas reações”. Solicita, ainda, à Comissão “que tenha na devida consideração as observações apresentadas pelos PN”.

**ANEXO III – TABELA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PN NO MECANISMO DE DIÁLOGO
POLÍTICO COM A COMISSÃO EUROPEIA**

<p><i>TABELA 1. OPINIÕES TRANSMITIDAS PELOS PARLAMENTOS NACIONAIS À COMISSÃO EUROPEIA</i></p> <p><i>NO ÂMBITO DO DIÁLOGO POLÍTICO NO ANO DE 2011</i></p>							
Parlamento/Câmara (estado-membro)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Assembleia da República (PT)	0	19	65	47	106	184	237
Senato della Republica (IT)	-	-	8	17	72	76	97
Bundesrat (DE)	6	15	18	16	24	32	79
Senate (CZ)	2	9	11	27	30	46	79
Riksdagen (SE)	0	17	16	18	23	42	74
Sénat (FR)	18	22	13	12	6	3	71
House of Lords (UK)	4	14	12	14	14	16	58
Folketinget (DK)	2	10	11	12	13	14	48
Camera dei Deputati (IT)	1	0	6	9	25	28	41
Eerste e Tweede Kamer Staten General (NL)			8	19	10	9	37
Bundesrat (AT)				14	15	3	29
<p>Fonte: Comissão Europeia e rede dos representantes permanentes dos Parlamentos nacionais em Bruxelas</p>							

ANEXO IV – QUADRO-SÍNTESE COM AS DISPOSIÇÕES DO TRATADO DE LISBOA RELATIVAS AO PAPEL DOS PN NA UE

I. OS PROTOCOLOS: ESCRUTÍNIO SOBRE A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE	
<i>Artigo ou secção do Tratado</i>	<i>Mecanismos ou procedimentos do Tratado</i>
<p><i>Protocolo relativo ao papel dos Parlamentos nacionais na UE</i></p> <p align="center">(artigos 3.º e 6.º)</p> <p align="center">e</p> <p><i>Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade</i></p> <p align="center">(sobretudo artigo 7.º)</p>	<p>- Qualquer PN dispõe de 8 semanas²²⁶ para dirigir às instituições da UE um parecer fundamentado expondo as razões pelas quais um projeto de ato legislativo não respeita o princípio da subsidiariedade. Cada PN tem 2 votos, num total de 54.</p> <p>➤ Cartão “amarelo”: se 1/3 dos PNs²²⁷ (ou ¼ se for matéria relativa ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça - ELSJ) se opuser, a Comissão Europeia é obrigada a reanalisar a proposta.</p> <p>Neste caso, a Comissão pode manter, retirar ou alterar a proposta, devendo informar o legislador e os Parlamentos nacionais em conformidade.</p> <p>➤ Cartão “laranja”: no âmbito do processo legislativo ordinário (codecisão), se uma maioria simples (28 votos) dos PNs se opuser, a Comissão Europeia é obrigada a rever.</p> <p>Se a Comissão decidir manter a proposta inalterada, o seu parecer fundamentado e os pareceres dos PNs são remetidos ao legislador (Conselho e PE) para consideração. Se o Conselho, por maioria de 55%, ou o PE, por maioria simples, considerarem que a proposta não respeita a subsidiariedade, esta será retirada.</p>
<p><i>Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade</i></p> <p align="center">(artigo 8.º)</p>	<p>Cartão “vermelho”: o Tribunal de Justiça (TJ) da UE é competente para se pronunciar sobre recursos com fundamento em violação do princípio da subsidiariedade interpostos por um Estado-Membro ou por <i>ele transmitidos em nome do seu Parlamento nacional</i>.</p>

²²⁶ 8 semanas contadas a partir da transmissão da proposta de ato legislativo em todas as línguas oficiais da UE.

²²⁷ 1/3 equivale a 18 votos e ¼ a 14.

II. DISPOSIÇÕES EM MATÉRIA DE ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA (ELSJ)	
<i>Artigo ou secção do Tratado</i>	<i>Mecanismos ou procedimentos do Tratado</i>
<i>Artigo 69.º TFUE</i>	<p>No âmbito da cooperação judiciária em matéria civil e em matéria penal, os Parlamentos velam pela observância do princípio da subsidiariedade, conforme o disposto nos Protocolos sobre esta matéria.</p> <p>(V. <i>supra</i> “Cartão amarelo” e “Cartão laranja”)</p>
<i>Artigo 70º TFUE</i>	<p>O Conselho pode adotar medidas estabelecendo as regras através das quais os Estados-Membros, em colaboração com a Comissão, procedem a uma avaliação objetiva e imparcial da execução, por parte das autoridades dos Estados-Membros, das políticas da União em matéria de ELSJ.</p> <p>O Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais são informados do teor e dos resultados dessa avaliação.</p>
<i>Artigo 71º TFUE</i>	<p>É criado, no Conselho, um Comité Permanente que assegure na UE a promoção e o reforço da cooperação operacional em matéria de segurança interna.</p> <p>O PE e os Parlamentos nacionais serão periodicamente informados desses trabalhos.</p>
<i>Artigo 81º, n.º 3 TFUE</i>	<p>O Tratado de Lisboa estabelece a possibilidade de uma cláusula “passerelle” em matéria de direito da família com incidência transfronteiriça, i.e., o Conselho pode decidir, por unanimidade, que determinada matéria deste âmbito passe a ser decidida através do processo legislativo ordinário e não por unanimidade.</p> <p><u>Caso o Conselho decida adotar um procedimento desta natureza, os Parlamentos nacionais são notificados e, se houver a oposição de um Parlamento, no prazo de 6 meses, a decisão não é adotada.</u></p>
<i>Artigo 85.º TFUE</i>	<p>Os Parlamentos nacionais são associados às modalidades de controlo das atividades da Eurojust. O Parlamento Europeu e o Conselho, por meio de</p>

	<p>regulamentos adotados de acordo com o processo legislativo ordinário, determinam a estrutura, o funcionamento, o domínio de ação e as funções da Eurojust.</p> <p>Esses regulamentos definem igualmente as modalidades de associação do PE e dos Parlamentos nacionais à avaliação das atividades da Eurojust.</p>
Artigo 88.º, n.º 2 TFUE	<p>Os PN são associados às modalidades de controlo das atividades da Europol, em conjunto com PE.</p> <p>Tal como no artigo 85.º do TFUE, serão adotados, pelo PE e pelo Conselho, os regulamentos sobre o funcionamento da EUROPOL, os quais deverão definir igualmente as modalidades de controlo das suas atividades pelo PE, controlo ao qual são associados os Parlamentos nacionais.</p>

<p>III. OUTRAS DISPOSIÇÕES:</p> <p>REVISÃO DOS TRATADOS, PEDIDOS DE ADESÃO À UNIÃO E</p> <p>CLÁUSULA DE FLEXIBILIDADE</p>	
<i>Artigo ou secção do Tratado</i>	<i>Mecanismos ou procedimentos do Tratado</i>
<p>Artigo 48.º do TUE</p> <p>Procedimento de revisão dos Tratados</p>	<p>1. Fica definido que o procedimento de revisão ordinário dos Tratados é a convocação de uma Convenção²²⁸, seguida de uma Conferência Intergovernamental.</p> <p>2. Porém, é criado um processo de revisão simplificado: quando o TFUE ou o Título V (PESC) do TUE definam que o Conselho delibera por unanimidade em determinado domínio, o Conselho Europeu pode decidir por unanimidade que o Conselho delibere por maioria qualificada nesse domínio²²⁹.</p> <p>Além disso, quando o TFUE disponha que o Conselho adota atos através do processo legislativo especial (unanimidade), o Conselho Europeu pode decidir que a adoção destes atos seja feita através do processo legislativo ordinário.</p>

²²⁸ Nos moldes da Convenção que preparou o Projeto de Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, i.e., com Deputados da AR.

²²⁹ Exceto em matérias de cariz militar ou de defesa.

	<p>Estas iniciativas, previstas no ponto 7 do artigo 48.º são transmitidas aos Parlamentos nacionais. Em caso de oposição de um PN no prazo de 6 meses, a decisão não pode ser adotada.</p>
<p><i>Artigo 49.º do TUE</i> <i>Pedidos de Adesão à UE</i></p>	<p>Os Parlamentos nacionais são informados desses pedidos.</p>
<p><i>Artigo 352.º do TFUE</i> <i>Cláusula de Flexibilidade</i></p>	<p>Se, no quadro das políticas comunitárias, uma ação for considerada necessária para atingir um dos objetivos dos Tratados, mas sem que estes tenham previsto os poderes necessários para tal, o Conselho pode, sob proposta da Comissão e após aprovação do PE, adotar por unanimidade as disposições necessárias.</p> <p>No âmbito do processo de controlo do princípio da subsidiariedade, a Comissão alerta os Parlamentos nacionais para as propostas baseadas neste artigo²³⁰, aplicando-se, nesse caso, os mecanismos previstos no Protocolo 2.</p>

²³⁰ É curioso notar que o primeiro “cartão amarelo” desencadeado pelos Parlamentos nacionais, no âmbito dos mecanismos previstos no Protocolo n.º 2, incidiu precisamente sobre uma proposta de regulamento que a Comissão Europeia apresentou tendo como base jurídica esta cláusula de flexibilidade.

**ANEXO V – TABELA COM OS PARECERES FUNDAMENTADOS SOBRE A SUBSIDIARIEDADE
ADOTADOS PELOS PN NO ÂMBITO DO PROTOCOLO 2 DO TRATADO DE LISBOA**

<i>. PARECERES FUNDAMENTADOS TRANSMITIDOS PELOS PARLAMENTOS NACIONAIS À COMISSÃO EUROPEIA NO ÂMBITO DO PROTOCOLO 2 DO TRATADO DE LISBOA NO ANO DE 2011</i>	
Parlamento/Câmara (estado-membro)	Número de pareceres fundamentados
Riksdagen (SE)	10
Chambre de Députés (LU)	7
Sejm (PL)	5
Senat (PL)	4
Tweede Kamer e Eerste Kamer (NL)	3
House of Commons (UK)	3
Senato della Repubblica (IT)	3
Narodno Sabranie (BG)	2
Camera dei Deputati (IT)	2
Kamra tad-Deputati (MT)	2
Senatul (RO)	2
Narodna Rada (SK)	2
Folketinget (DK)	2
Congreso y Senado (ES)	2
Assembleia da República (PT), Bundesrat (AT), Chambre et Sénat (BE), Vouli ton Antiprosopon (CY), Eduskunta (FI), Assemblée nationale et Sénat (FR), Bundestag and Bundesrat (DE), Oireachtas (IE), Tweede Kamer (NL), House of Lords (UK)	1 (cada)
TOTAL	64
Fonte: Comissão Europeia e rede dos representantes permanentes dos Parlamentos nacionais em Bruxelas	

**ANEXO VI – QUADRO-SÍNTESE COM A EVOLUÇÃO JURÍDICA E INSTITUCIONAL DA AR NO
ACOMPANHAMENTO DOS ASSUNTOS EUROPEUS**

<i>ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR DOS ASSUNTOS EUROPEUS PELA AR</i>			
<i>Tratados Europeus</i>	<i>Ano</i>	<i>Lei</i>	<i>Comissão Parlamentar</i>
Candidatura de Portugal à CEE	1977		
	1979		Estabelecimento de uma delegação parlamentar para troca de informações com o PE
	1980		Comissão de Integração Europeia
Tratado de adesão de Portugal à CEE	1985		
Adesão de Portugal à CEE	1/1/1986		
Ato único europeu	1986		
	1987	<i>Lei 28/87</i>	Comissão para os Assuntos das Comunidades Europeias
	1988	<i>Lei 111/88</i>	Comissão de Assuntos Europeus
Tratado de Maastricht	1992		
	1994	<i>Lei 20/94</i>	
Tratado de Amesterdão	1997		
Tratado de Nice	2000		
Convenção sobre o futuro da Europa CIG	2002		
	2003		Comissão de AE e Política Externa
Tratado que institui uma Constituição para a Europa	2004		
	2005		Comissão de Assuntos Europeus
	2006	<i>Lei n.º 43/2006</i>	
Entrada em vigor do Tratado de Lisboa	2009		
	2012	<i>Lei n.º 21/2012</i>	

**ANEXO VII – QUADRO COM OS DEBATES EM PLENÁRIO PREVISTOS PELA LEI N.º21/2012, DE
17 DE MAIO**

<i>DEBATES EM PLENÁRIO, COM A PRESENÇA DO GOVERNO, SOBRE ASSUNTOS EUROPEUS</i>	
Data	Tema do plenário
janeiro	Debate com a presença do Governo, sobre as prioridades da Presidência do Conselho da UE
março/abril	Debate com a presença do Primeiro-Ministro, antes do Conselho Europeu da primavera
durante o 2.º trimestre	Debate com a presença do Governo, Diversos instrumentos da governação económica da UE, que integram o Semestre Europeu, designadamente, sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento;
junho,	Debate com a presença do Primeiro-Ministro, antes do Conselho Europeu;
julho	Debate com a presença do Governo, sobre as prioridades da Presidência do Conselho da UE, bem como sobre Relatório Anual do Governo sobre a participação de Portugal na UE
outubro	Debate com a presença do Primeiro-Ministro, antes do Conselho Europeu
4.º trimestre	Debate com a presença do Governo, sobre o Estado da União;
dezembro	Debate com a presença do Primeiro-Ministro, antes do Conselho Europeu

**ANEXO VIII – QUADRO COM AS FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELO REPRESENTANTE
PERMANENTE DA AR JUNTO DA UE, POR PERCENTAGEM DE TEMPO DISPENDIDO**

QUADRO N.º 5: AS FUNÇÕES DE REPRESENTANTE PERMANENTE DA AR JUNTO DA UE - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO POR PRIORIDADE E PERCENTAGEM DE TEMPO	
ATIVIDADE	PERCENTAGEM DE TEMPO DISPENDIDO
Resposta a pedidos de informação (recolha de informação institucional ou comparativa sobre temas específicos e/ou práticas parlamentares) por parte do Presidente do Parlamento, da CAE, das restantes Comissões Parlamentares, dos Deputados e grupos parlamentares, dos vários serviços da AR (sobretudo da Secretária-Geral (SG), da Divisão de Apoio às Comissões (DAC), do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo (GARIP) e da Divisão de Gestão Financeira (DGF), da REPER, dos “Antenas”, do PE (Deputados e serviços), da Comissão Europeia e, residualmente, de outras instituições/órgãos (e.g. Comité das Regiões)	25%
Acompanhamento do trabalho das comissões e do Plenário do PE e envio (para os serviços e para os Deputados) de informação relevante para as atividades de escrutínio na AR para as comissões parlamentares (notas informativas e relatórios)	20%
Acompanhamento de delegações da AR, designadamente a participação de Deputados em reuniões interparlamentares com o PE e no Parlamento belga ²³¹ , em Bruxelas ou, mais especificamente a organização de uma visita da CAE a Bruxelas.	20%
Relações com os "Antenas" (sobretudo, na coordenação do grupo de “Antenas”), o PE (Deputados e serviços), a REPER, a Comissão Europeia e o Conselho, nas quais se incluem igualmente as funções de representação	20%
Participação nas reuniões da COSAC, de Secretários-Gerais e na Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, bem como participação nas reuniões do serviço de apoio central do IPEX ²³²	10%
Atividades administrativas	5%

**ANEXO IX – LISTA DAS REUNIÕES EM QUE O REPRESENTANTE PERMANENTE DA AR
PARTICIPOU NO PERÍODO EM ANÁLISE**

²³¹ Presidência da UE (dimensão parlamentar) no segundo semestre de 2010

²³² Nos termos do despacho da Sra. Secretária Geral, exarado na Informação n.º 52/DAC/2011 de 18 de março de 2011, a representação da AR no serviço de apoio central, do IPEX, sempre que as reuniões deste “órgão” ocorram em Bruxelas, será assegurada pelo Antena da AR em Bruxelas.

REUNIÕES INTERPARLAMENTARES ²³³ NO PERÍODO ENTRE 1/9/2010 E 30/9/2012	
Data e local	Reunião
20 e 21 de setembro de 2010, Parlamento Federal belga, Bruxelas	Reunião de Presidentes de Comissões de Finanças, organizada no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga da UE, na qual participou o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD).
26 a 28 de setembro de 2010, Parlamento Federal belga, Bruxelas	Sexta reunião da parceria interparlamentar Ásia-Europa (ASEP VI), na qual participaram os Srs. Deputados Conceição Casanova (PS) e José Cesário (PSD).
28 de setembro de 2010, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar promovida pela Comissão AFET (Assuntos Externos) do PE com as Comissões Parlamentares correspondentes dos PN da UE dedicada aos <i>Os desafios para a Política de Segurança e Defesa da União após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa</i> , com a participação do Sr. Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Deputado José Luís Arnaut (PSD).
30 de setembro de 2010, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão AFCO (Assuntos Constitucionais) do PE com as Comissões Parlamentares correspondentes dos Parlamentos nacionais (PN) da União Europeia (UE) sobre dois temas: <i>O processo eleitoral europeu</i> e <i>A iniciativa de cidadania</i> , com a participação dos Srs. Deputados José de Bianchi (PS) e António Filipe (PCP).
30 de setembro de 2010, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião do Comité Político, de Segurança e Direitos Humanos da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (APEM), com a participação do Sr. Deputado Ricardo Rodrigues (PS).
30 de setembro de 2010, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião da Comissão de Cultura da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (APEM), com a participação do Sr. Deputado Eduardo Cabrita (PS).
3 e 4 de outubro de 2010, Parlamento flamengo, Bruxelas	Reunião de Presidentes de Comissões de Ambiente dos Parlamentos da UE, organizada no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga da UE, na qual participou o Presidente da Comissão de Ambiente, Poder Local e Ordenamento do Território, Deputado Miranda Calha (PS).
4 e 5 de Outubro de 2010,	Reunião interparlamentar sobre a <i>Responsabilidade democrática</i>

²³³ Estão compreendidas aqui as reuniões da Conferência de Presidentes de Parlamentos da UE, as reuniões da COSAC, bem como as reuniões interparlamentares em Bruxelas, nas quais o candidato acompanhou as delegações da AR.

REUNIÕES INTERPARLAMENTARES²³³ NO PERÍODO ENTRE 1/9/2010 E 30/9/2012	
Data e local	Reunião
Parlamento Europeu, Bruxelas	<i>no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça – Avaliação EUROPOL, EUROJUST, FRONTEX e SCHENGEN</i> , organizada pela Comissão LIBE (Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos) do PE, com as Comissões correspondentes dos PN da UE, com a participação dos Srs. Deputados Isabel Oneto (PS) e Carlos Peixoto (PSD).
17 e 18 de outubro, Parlamento da Comunidade Francesa da Bélgica, Bruxelas	Reunião de Presidentes de Comissões de Investigação Científica e Inovação dos Parlamentos da UE, organizada no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga da UE, na qual participou o Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD), pela Comissão de Educação e Ciência.
18 e 19 de outubro de 2010, Parlamento Federal belga, Bruxelas	Reunião de Presidentes de Comissões de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos da UE, organizada no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga da UE, na qual participou o Sr. Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP).
24 a 26 de outubro de 2010, Bruxelas	XLIV COSAC, em Bruxelas, com a participação dos Srs. Deputados Alberto Costa, Sérgio Sousa Pinto e José de Bianchi, pelo PS, Pedro Duarte e Vânia Jesus, pelo PSD, e Cecília Honório, pelo BE.
26 de outubro de 2010, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar sobre <i>O mercado interno para os profissionais - como torná-lo uma realidade?</i> , organizada pela Comissão IMCO (Mercado Interno e Proteção dos Consumidores) do PE com as Comissões homólogas dos PN da UE, na qual participaram os Srs. Deputados Miguel Freitas (PS) e Adriano Rafael Moreira (PSD).
27 de outubro de 2010, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar sobre <i>O direito europeu dos contratos</i> , promovida pela Comissão JURI (Assuntos Jurídicos) do do PE com as Comissões homólogas dos PN da UE, na qual participaram os Srs. Deputados Ricardo Rodrigues (PS) e Luísa Roseira (PSD).
8 e 9 de novembro de 2010, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar conjunta organizada pelo PE e pelo Parlamento belga sobre o tema <i>Para além da crise: como deve a Europa responder aos próximos desafios?</i> , com a participação dos Srs. Deputados Alberto Costa (PS) e Cristóvão Crespo (PSD).

REUNIÕES INTERPARLAMENTARES²³³ NO PERÍODO ENTRE 1/9/2010 E 30/9/2012	
Data e local	Reunião
21 e 22 de novembro, Parlamento federal belga, Bruxelas	Reunião de Presidentes de Comissões de Igualdade de Oportunidades dos Parlamentos da UE, organizada no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga da UE, e na qual participou o Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado Osvaldo de Castro (PS).
30 de novembro de 2010, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão JURI do PE com os PN, sobre o tema <i>Como facilitar a vida das famílias e dos cidadãos europeus</i> no domínio da justiça civil, com a presença da Sra. Deputada Francisca Almeida (PSD).
7 e 8 de dezembro de 2010, Parlamento Federal Belga	Reunião de Presidentes de Comissões de Assuntos Sociais, organizada no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga da UE, e na qual participou o Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, Deputado António Ramos Preto (PS).
16 e 17 de janeiro de 2011, Parlamento federal belga, Bruxelas	Reunião dos Secretários-Gerais dos Parlamentos da UE, para preparação da Conferência de Presidentes de Parlamentos da UE, com a participação da Sra. S.G. da A.R., Conselheira Adelina Sá Carvalho.
3 de março de 2011, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão FEMM (Direitos da mulher e igualdade dos géneros) do PE com os PN, sobre o tema <i>O papel das mulheres no futuro da UE</i> , com a presença da Sra. Deputada Maria do Rosário Carneiro (PS).
14 de março de 2011, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão ECON (Assuntos Económicos e Monetários) do PE com os PN, sobre o tema <i>O semestre europeu para a coordenação económica</i> , na qual participaram os Srs. Deputados Hortense Martins (PS) e Pedro Duarte (PSD).
14 de março de 2011, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão CRIS (Crise Financeira, Económica e Social) do PE com os PN, sobre o tema <i>Investir na economia real: um instrumento para o crescimento, a inovação e a coesão</i> , na qual participaram os Srs. Deputados Hortense Martins (PS) e Pedro Duarte (PSD).
3 a 5 de abril de 2011, Parlamento Federal belga,	Conferência de Presidentes de Parlamentos da União Europeia, organizada pelo Parlamento federal belga, com a participação de

REUNIÕES INTERPARLAMENTARES²³³ NO PERÍODO ENTRE 1/9/2010 E 30/9/2012	
Data e local	Reunião
Bruxelas	S. Exa. o Presidente da A.R., Deputado Jaime Gama, e da Sra. S.G. da A.R., Conselheira Adelina Sá Carvalho.
13 de abril de 2011, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão BUDG (Orçamentos) PE com os PN, sobre o tema <i>Semestre Europeu 2011: como coordenar os orçamentos nacionais e da UE?</i> , com a participação do Sr. Presidente da COF, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD).
13 e 14 de abril de 2011, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pelo PE e pelo Parlamento húngaro com os PN da UE, e com os PN dos atuais Estados candidatos ²³⁴ e potenciais candidatos à adesão ²³⁵ , sobre o tema <i>Balcãs Ocidentais - rumo a uma Europa mais integrada</i> , na qual participaram os Srs. Deputados Isabel Oneto (PS) e Luís Rodrigues (PSD).
19 de abril de 2011, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão ENVI (Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar) do PE, sobre a <i>Implementação do pacote energia e clima</i> .
24 de maio de 2011, Parlamento Europeu, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão ITRE (Indústria, Investigação e Energia), sobre a <i>Como melhorar o nosso aprovisionamento energético reforçando a concorrência, tornando os nossos sistemas energéticos mais inteligentes e desenvolvendo infraestruturas energéticas?</i>
29 a 31 de maio de 2011, Assembleia Nacional Húngara, Budapeste	XLV COSAC, em Budapeste, com a participação dos Srs. Deputados Vitalino Canas, Presidente da CAE, Alberto Costa, e José de Bianchi, pelo PS, Luís Rodrigues e Vânia Jesus, pelo PSD.
4 a 7 de julho de 2011	Sessão Plenária do PE, em Estrasburgo.
10 e 11 de junho de 2011, Senado do Parlamento polaco, Varsóvia	Reunião dos Presidentes da COSAC, em Varsóvia, em que participou o Presidente da CAE, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD)
7 de setembro de 2011, PE, Bruxelas	Reunião organizada pelo painel de avaliação sobre opções científicas e tecnológicas (STOA ²³⁶) do PE, na qual participou o Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura,

²³⁴ http://ec.europa.eu/enlargement/candidate-countries/index_en.htm

²³⁵ http://ec.europa.eu/enlargement/potential-candidates/index_en.htm

²³⁶ Science and technology options assessment

REUNIÕES INTERPARLAMENTARES²³³ NO PERÍODO ENTRE 1/9/2010 E 30/9/2012	
Data e local	Reunião
	Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP).
2 a 4 de outubro de 2011, Dieta do Parlamento polaco, Varsóvia	XLVI COSAC, em Varsóvia, com a participação dos Deputados Paulo Mota Pinto, Presidente da CAE, António Rodrigues e Carlos São Martinho, pelo PSD), Vitalino Canas e Alberto Costa, pelo PS, e José Lino Ramos, pelo CDS-PP.
5 e 6 de outubro, PE, Bruxelas	Reunião interparlamentar com a Comissão LIBE do PE, sobre o <i>Controlo democrático da Estratégia de Segurança Interna da União Europeia e o papel da EUROPOL, da EUROJUST e da FRONTEX</i> . A delegação da AR foi composta pelos Deputados Hugo Velosa (PSD) e Paulo Pisco (PS).
6 de outubro de 2011, PE, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão REGI do PE sobre o tema <i>A futura política de coesão à luz das novas propostas legislativas</i> , com a participação dos Deputados Pedro Saraiva (PSD) e Helena André (PS).
10 e 11 de outubro, PE, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão IMCO do PE, sobre o tema <i>Relançar o mercado interno: ponto de situação e desafios a enfrentar</i> , em que participou a Deputada Ana Paula Vitorino (PS).
11 de outubro de 2011, PE, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão DEVE do PE, sobre o tema <i>A condicionalidade de direitos humanos no âmbito da política de desenvolvimento</i> . Participou a Deputada Mónica Ferro (PSD).
19 de outubro, Comissão Europeia, Bruxelas	Reunião organizada pela Comissária Maria Damanaki (Pescas) com os PN sobre a reforma da Política Comum de Pescas, em que participou a Deputada Ana Catarina Mendes (PS).
20 e 21 de outubro de 2011, Comissão Europeia e PE, Bruxelas	Conferência sobre o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-2020, organizada pela Comissão Europeia, pelo PE e pela Presidência do Conselho da UE, com a participação do Presidente da CAE, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), e Presidente da COFAP, Deputado Eduardo Cabrita (PS).
5 e 6 de dezembro de 2011, PE, Bruxelas	Reunião interparlamentar conjunta sobre <i>Coesão Social e evolução demográfica numa Europa sustentável</i> , em que estiveram os Deputados Nuno Matias (PSD) e Nuno Sá (PS).
24 de janeiro de 2012, PE, Bruxelas	Reunião da Comissão AFET com os PN sobre o tema <i>A revolução árabe, um ano depois</i> .

REUNIÕES INTERPARLAMENTARES²³³ NO PERÍODO ENTRE 1/9/2010 E 30/9/2012	
Data e local	Reunião
29 e 30 de janeiro de 2012, Parlamento dinamarquês, Copenhaga	Reunião dos Presidentes da COSAC, em Varsóvia, em que participou o Presidente da CAE, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD).
6 de fevereiro de 2012, Senado do Parlamento polaco, Varsóvia	Reunião dos Secretários-Gerais dos Parlametos da UE, para preparação da Conferência de Presidentes de Parlametos da UE, com a participação da Sra. S.G. da A.R., Conselheira Adelina Sá Carvalho.
27 e 28 de fevereiro, PE, Bruxelas	Reunião interparlamentar com as Comissões EMPL, BUDG e ECON do PE, sobre <i>O Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas, com a participação dos Presidentes da CAE, da COFAP e da CSST, Deputados Paulo Mota Pinto (PSD), Eduardo Cabrita (PS) e José Manuel Canavarró (PSD).</i>
8 de março de 2012, PE, Bruxelas	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão FEMM do PE sobre o tema <i>Igualdade salarial para trabalho de igual valor</i> , em que participaram as Deputadas Joana Barata Lopes (PSD), Inês de Medeiros (PS) e Teresa Anjinho (CDS-PP).
21 de março de 2012, PE, Bruxelas	Reunião interparlamentar com a Comissão ENVI do PE, sobre a Cimeira Rio + 20, em que participou o Presidente da CAOTPL, Deputado José Ramos Preto (PS).
22 de março de 2012, PE, Bruxelas	Conferência sobre o <i>Orçamento da UE depois de 2013: que despesas e que recursos</i> organizada pela Comissão Europeia, pelo PE e pela Presidência do Conselho da UE, em que participaram os Deputados Carlos Costa Neves (PSD) e Helena André (PS).
20 de abril de 2012, Comissão Europeia, Bruxelas	Reunião da Comissão Europeia com os PN, sobre o futuro da EUROPOL.
19 a 21 de abril de 2012, dieta do Parlamento polaco, Varsóvia	Conferência de Presidentes de Parlametos da União Europeia, organizada pelo Parlamento federal belga, com a participação de S. Exa. a Presidente da A.R., Deputada Maria da Assunção Esteves, do Presidente e da Vice Presidente da CAE, Deputados Paulo Mota Pinto (PSD) e Ana Catarina Mendes (PS).
23 de abril de 2012, PE, Bruxelas	Debate na Comissão AFET, com os PN, na presença do Secretário-Geral da NATO.
22 a 24 de abril de 2012, Copenhaga	XLVII COSAC, em Copenhaga, com a participação dos Deputados Paulo Mota Pinto, Presidente da CAE, António

REUNIÕES INTERPARLAMENTARES²³³ NO PERÍODO ENTRE 1/9/2010 E 30/9/2012	
Data e local	Reunião
	Rodrigues e Carlos São Martinho, pelo PSD), Vitalino Canas e Alberto Costa, pelo PS, e Honório Novo, pelo PCP.
25 de junho de 2012	Reunião interparlamentar com a Comissão AGRI do PE sobre o tema <i>A reforma da Política Agrícola Comum (PAC)</i> , em que participou o Deputado Abel Batista (CDS-PP).
8 e 9 de julho de 2012, Chipre	Reunião dos Presidentes da COSAC, em Limassol, em que participou a Vice Presidente da CAE, Deputada Ana Catarina Mendes (PS).
6 e 7 de setembro de 2012, Comissão Europeia, Bruxelas	Participação do Presidente da CSST na Conferência <i>Jobs for Europe</i> .
8 a 10 de setembro	Participação de uma delegação da AR na I Conferência interparlamentar sobre a PESC/PCSD, em Paphos (Chipre), com a participação dos Deputados Paulo Mota Pinto, António Rodrigues e Hélder Sousa Silva (PSD), e Vitalino Canas, Marcos Perestrello e Paulo Pisco (PS).
26 de setembro de 2012, PE, Bruxelas	Participação na reunião da Comissão ECON do PE, com a presença dos Presidentes da COFAP e da CSST e da Vice Presidente da CAE, Deputada Ana Catarina Mendes (PS).

MONDAY MORNING MEETINGS (MMM) E REUNIÕES COM REPRESENTANTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES²³⁷	
Data	Reunião
6 de setembro de 2010	Reuniões com a rede de contactos estabelecida pela representante permanente da AR junto da UE, Dra. Maria Teresa Paulo, durante o seu mandato de dois anos (reuniões com o Embaixador Manuel Lobo Antunes, Representante Permanente de Portugal junto da UE, representantes dos Parlamentos nacionais, com funcionários/chefias dos serviços do PE e com funcionários da Comissão Europeia e do Conselho), num total de aproximadamente 8 reuniões.
13 de setembro de 2010	Instalação (gestão administrativa do início de funções), desenvolvimento e aprofundamento da rede de contactos com as instituições europeias: o PE - Departamento do PE responsável pelas relações com os Parlamentos nacionais (PN), secretariados das Comissões parlamentares, Plenário e Deputados portugueses ao PE; com a REPER; com a Comissão Europeia; com o Conselho; com todos os representantes dos outros PN na UE; com o Secretariado da COSAC e com o IPEX, num total de aproximadamente 20 reuniões.
13 de setembro de 2010	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, se debateu o Serviço Europeu de Ação Externa, com a participação do Funcionário da Comissão Europeia, William Sleath.
27 de setembro de 2010	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, se debateu o programa da reunião interparlamentar sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça com o Chefe de Unidade da Comissão LIBE do PE, Emilio di Capitani. Foi igualmente feita uma apresentação, pelos serviços competentes do PE, sobre o futuro centro de visitantes deste Parlamento.
4 de outubro de 2010	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas

²³⁷ Período compreendido entre 1 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2012.

MONDAY MORNING MEETINGS (MMM) E REUNIÕES COM REPRESENTANTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES ²³⁷	
Data	Reunião
	("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, houve uma troca de impressões com a Comissão Europeia sobre o Livro Verde das Pensões e sobre a Proposta de Diretiva do PE e do Conselho relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal.
11 de outubro de 2010	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, houve uma apresentação da Comissão Europeia sobre o pacote legislativo <i>Roma III</i> , bem como uma troca de impressões com o Secretariado da Comissão CRIS do PE, sobre o trabalho desta e o envolvimento dos PN.
8 de novembro de 2010	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, houve uma apresentação da Comissão Europeia sobre a EUROPOL.
15 de novembro de 2010	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, houve uma apresentação do novo projeto EurolTV do PE, bem como uma troca de impressões com o Secretariado da Comissão CRIS do PE, sobre o trabalho desta e o envolvimento dos PN.
29 de novembro de 2010	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, houve uma apresentação da Comunicação da Comissão sobre o futuro da PAC, feita por Pierre Bascou.
2 de dezembro de 2010	Reunião entre a Diretora do Departamento do PE para as

MONDAY MORNING MEETINGS (MMM) E REUNIÕES COM REPRESENTANTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES²³⁷	
Data	Reunião
	relações com os PN, Christine Verger e todos os representantes permanentes dos Parlamentos nacionais (PN) em Bruxelas.
6 de dezembro de 2010	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, os Antenas do Parlamento belga apresentaram a agenda da reunião de SGs dos PN da UE, a realizar em janeiro de 2011, e houve uma apresentação da Comissão Europeia sobre a plataforma europeia contra a pobreza.
10 de janeiro de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, teve lugar uma apresentação da Comissão Europeia sobre a Lei para o Mercado Único Europeu.
24 de janeiro de 2011	Monday Morning Meeting com a presença de Jim Cloos, Diretor-Geral Adjunto do Conselho da União Europeia (UE), responsável pelas relações com os PN.
25 de janeiro de 2011	Reunião entre a Secretária-Geral Adjunta e Diretora-Geral da Presidência o PE, Francesca Ratti, com todos os representantes permanentes dos Parlamentos nacionais (PN) em Bruxelas.
31 de janeiro de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, e houve uma troca de impressões com a Comissão Europeia sobre cooperação judicial em matéria penal, com o Diretor da DG Justiça.
7 de fevereiro de 2011	Monday Morning Meeting (MMM) com a presença de Maroš Šefčovič, Vice-Presidente (VP) da Comissão Europeia, responsável pelas relações interinstitucionais
28 de fevereiro de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e

MONDAY MORNING MEETINGS (MMM) E REUNIÕES COM REPRESENTANTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES²³⁷	
Data	Reunião
	as reuniões interparlamentares agendadas, e houve uma apresentação da Comissão Europeia sobre as tabelas de correspondência da transposição da legislação europeia.
3 de março de 2011	Seminário informal com os representantes dos PN em Bruxelas, organizado pela Unidade para os Parlamentos nacionais (PN) do Secretariado-Geral da Comissão Europeia (CE) com o objetivo de promover uma troca de impressões sobre dois aspetos concretos: <ol style="list-style-type: none"> 1. a implementação do mecanismo de controlo de subsidiariedade; 2. governação económica na União Europeia (UE)
14 de março de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, e houve uma apresentação da Comissão Europeia sobre a estratégia Energia 2020.
21 de março de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, a Comissão Europeia fez uma apresentação sobre a resposta da UE a crises humanitárias, em especial no Japão e na Líbia.
28 de março de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, a Comissão Europeia apresentou a sua <i>Proposta de Diretiva relativa a uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (Common Consolidated Corporate Tax Base)</i> .
30 de março de 2011	Reunião entre a Vice-Presidente do PE, Deputada Diana Wallis e os representantes dos PN em Bruxelas, sobre questões de transparência e registo de lóbbistas.
11 de abril de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, houve uma troca de

MONDAY MORNING MEETINGS (MMM) E REUNIÕES COM REPRESENTANTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES²³⁷	
Data	Reunião
	impressões com o Diretor da DG Assuntos Internos da Comissão, Joaquim Nunes de Almeida.
18 de abril de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, Stefano Sannino, da Comissão Europeia, fez um ponto de situação sobre a política de alargamento.
2 de maio de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde, para além da troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas, a Comissão Europeia apresentou o Livro Branco das Pensões no quadro do semestre europeu.
23 de maio de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), para troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas.
23 de maio de 2011	Reunião do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Sim Kallas, responsável pela política de transportes, com os representantes dos PN em Bruxelas.
20 de junho de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>).
20 de junho de 2011	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com o Jens Nymand Christensen, Diretor da Unidade para os Parlamentos nacionais (PN) do Secretariado-Geral da Comissão Europeia (CE).
27 de junho de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>).
27 de junho de 2011	Reunião do Embaixador Pierre Vimont, Secretário-Geral do Serviço Europeu de Ação Externa da UE, com representantes dos PN em Bruxelas.
28 de junho de 2011	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com o

MONDAY MORNING MEETINGS (MMM) E REUNIÕES COM REPRESENTANTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES²³⁷	
Data	Reunião
	Embaixador Jan Tombiński, Representante Permanente da Polónia junto da UE, para apresentação das prioridades da Presidência polaca do Conselho da UE.
5 de setembro de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), com a presença da Comissão Europeia, para apresentação do ponto de situação sobre o QFP 2014-2020.
19 de setembro de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), onde teve lugar uma apresentação do sistema de escrutínio do Parlamento britânico.
10 de outubro de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), em que teve lugar uma apresentação sobre o IPEX.
17 de outubro de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), na qual a Comissão Europeia esteve presente para apresentar a proposta sobre Agências de Notação de Crédito, bem como da Taxa sobre Transações Financeiras.
7 de novembro de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>)
7 de novembro de 2011	Reunião dos representantes dos PN com o chefe de gabinete da Vice Presidente da Comissão, Viviane Reding, para troca de impressões sobre a cooperação com os PN.
10 de novembro de 2011	Reunião entre a Diretora do Departamento do PE para as relações com os PN, Christine Verger e todos os representantes permanentes dos Parlamentos nacionais (PN) em Bruxelas.
21 de novembro de 2012	Monday Morning Meeting (MMM) com a presença de Maroš Šefčovič, Vice-Presidente (VP) da Comissão Europeia, responsável pelas relações interinstitucionais.
28 de novembro de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), para troca de informações sobre os trabalhos parlamentares nos vários PN e as reuniões interparlamentares agendadas.

MONDAY MORNING MEETINGS (MMM) E REUNIÕES COM REPRESENTANTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES²³⁷	
Data	Reunião
30 de novembro de 2012	Reunião da Comissão Europeia Kristalina Goergieva, responsável pela política de cooperação internacional e ajuda humanitária, com os representantes dos PN em Bruxelas.
5 de dezembro de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": Monday Morning Meeting).
5 de dezembro de 2011	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com Richard Corbett, membro do Gabinete do presidente do Conselho Europeu, H. Van Rompuy, sobre a preparação do Conselho Europeu de dezembro.
14 de dezembro de 2011, PE, Estrasburgo	Reunião do Vice Presidente da Comissão Europeia, Olli Rehn, responsável pelos assuntos económicos e monetários e pelo euro, com os representantes dos PN em Bruxelas.
19 de dezembro de 2011	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": Monday Morning Meeting).
19 de dezembro de 2011	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com o Embaixador Jeppe Tranholm Mikkelsen, Representante Permanente da Dinamarca junto da UE, para apresentação das prioridades da Presidência dinamarquesa do Conselho da UE.
9 de janeiro de 2012	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": Monday Morning Meeting), com a presença do secretariado da Comissão AFET do PE.
23 de janeiro de 2012	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": Monday Morning Meeting), com uma apresentação da Comissão Europeia sobre a Diretiva CRD IV.
27 de janeiro de 2012	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com o chefe de unidade do serviço de acreditação do PE, sobre questões práticas.
1 de fevereiro de 2012	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com a DG ECFIN da Comissão Europeia, sobre o segundo pacote de propostas relativas à governação económica.
2 de fevereiro de 2012	Reunião dos representantes dos PN com o Diretor Geral das Políticas Internas do PE, Ricardo Ribera d'Alcalá, sobre a cooperação com os PN.

MONDAY MORNING MEETINGS (MMM) E REUNIÕES COM REPRESENTANTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES²³⁷	
Data	Reunião
7 de fevereiro de 2012	Reunião dos representantes dos PN com Jim Cloos, Diretor-Geral Adjunto do Conselho da União Europeia (UE), responsável pelas relações com os PN, sobre as negociações do TECG.
27 de fevereiro de 2012	Reunião dos representantes dos PN com a chefe de gabinete da comissária Cecilia Mallmstrom, para troca de impressões sobre a cooperação com os PN.
5 de março de 2012	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": Monday Morning Meeting), com uma apresentação da Comissão Europeia sobre comitologia.
19 de março de 2012	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": Monday Morning Meeting).
26 de março de 2012	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": Monday Morning Meeting), com o secretariado da Comissão JURI do PE, responsável pelas questões de subsidiariedade.
29 de março de 2012	Reunião dos representantes dos PN com a Diretora Geral para a Comunicação do PE, Juana Lahousse-Juárez, sobre a cooperação com os PN.
7 de maio de 2012	Reunião da Comissária Europeia Máire Geoghegan-Quinn, responsável pela política de inovação, investigação e ciência, com os representantes dos PN em Bruxelas.
9 de maio de 2012	Reunião dos representantes dos PN com o Diretor Geral das Políticas Externas do PE, Marco Aguiriano Nalda, sobre a cooperação com os PN.
14 de maio de 2012	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), com uma apresentação da Comissão Europeia sobre o 20.º aniversário do mercado único.
29 de maio de 2012	Reunião entre o Vice-Presidente do PE, Deputada Otmar Karas, responsável pelas relações com os PN, com os representantes dos PN em Bruxelas.
4 de junho de 2012	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), com uma apresentação da

MONDAY MORNING MEETINGS (MMM) E REUNIÕES COM REPRESENTANTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES²³⁷	
Data	Reunião
	Comissão Europeia o Centro de Investigação Comum, bem como uma troca de impressões com a porta-voz da REPER da Croácia.
18 de junho de 2012	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com o Embaixador Kornelios Korneliou, Representante Permanente de Chipre junto da UE, para apresentação das prioridades da Presidência cipriota do Conselho da UE.
18 de junho de 2012	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com o negociador-chefe da REPER dinamarquesa sobre o ponto de situação nas negociações do QFP 2014-2020.
25 de junho de 2012	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com a DG JUST da Comissão Europeia, sobre as propostas relativas à proteção dos interesses financeiros da UE e o estabelecimento de uma procuradoria-geral europeia.
25 de junho de 2012	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com Richard Corbett, membro do Gabinete do presidente do Conselho Europeu, H. Van Rompuy, sobre o Conselho Europeu de junho.
25 de junho de 2012	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com Jens Nymand Christensen, diretor geral da unidade da Comissão Europeia responsável pelas relações com os PN.
8 de julho de 2012	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas os peritos de subsidiariedade do Comité das Regiões.
3 de setembro de 2012	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), com uma apresentação da representante sueca sobre o sistema de escrutínio naquele Parlamento.
17 de setembro de 2012	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), com uma apresentação da Comissão Europeia sobre a proposta de diretiva relativa à proteção dos interesses financeiros da UE.
18 de setembro de 2012	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com o gabinete do Presidente do PE (Maria-José Martínez Iglesias and Ms Sonia Wollny) sobre a abordagem do PE ao semestre europeu e a cooperação com os PN.

MONDAY MORNING MEETINGS (MMM) E REUNIÕES COM REPRESENTANTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES²³⁷	
Data	Reunião
24 de setembro de 2012	Reunião semanal entre os representantes dos PN em Bruxelas ("MMM": <i>Monday Morning Meeting</i>), dedicada a uma troca de impressões sobre o modo como estes cooperam em bruxelas e possíveis melhorias.
25 de setembro de 2012	Reunião dos representantes dos PN em Bruxelas com o gabinete do Comissário Andor, responsável pelo emprego e assuntos sociais, sobre a proposta de regulamento Monti II, que gerou o 1º cartão amarelo.
setembro de 2010 a setembro de 2012	Reuniões de e almoços de trabalho na REPER, com os vários conselheiros, de acordo com a matéria em questão (patente, JAI, ambiente, questões económicas e financeiras, etc), bem como com os serviços relevantes do PE, da Comissão e do Conselho, a uma média de 4 por mês.
setembro de 2010 a setembro de 2012	Reuniões mensais na AR (reuniões com SG, Gabinete do Presidente, serviços de apoio às comissões, GARIP, DGF, etc.) referente às atividades da representação da AR em Bruxelas, a uma média de uma por mês.

VISITAS DE DELEGAÇÕES À AR E REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS/COLÓQUIOS	
Data	Reunião
27 de setembro de 2010	Colóquio sobre o <i>Serviço Europeu de Ação Externa</i> , organizado pela CNECP, com a presença do Deputado Elmar Brok., relator do PE para esta matéria.
13 de outubro de 2010	Audição do Deputado Diogo Feio (CDS-PP/PEE) na Comissão de Orçamento e Finanças.
20 de outubro de 2010	Audição sobre o <i>Livro Verde - regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros</i> , organizada pela CTSSAP, com a presença de Georg Fischer, Diretor-Geral da DG Emprego e Assuntos Sociais da Comissão Europeia.
30 de novembro de 2010	Conferência sobre <i>Alterações Climáticas</i> , organizada pela CAOTPL, com a presença de Jos Delbeek, Diretor-Geral da SG Clima da Comissão Europeia
20 de dezembro de 2010	Audição Parlamentar sobre a PAC, organizada pela CADRP, com a presença do Deputado ao PE Capoulas Santos (PS/S&D) e de José Sousa Uva, da Comissão Europeia (Membro do Gabinete do Comissário Ciolos)
12 de janeiro de 2011	Visita de trabalho da Comissão CRIS do PE à Assembleia da República
17 e 18 de fevereiro de 2011	Visita oficial do Presidente do PE, Jerzy Buzek, à Assembleia da República
23 de fevereiro de 2011	Audição do Deputado Paulo Rangel ao PE (PSD/PPE) na Comissão de Assuntos Europeus
29 de março de 2011	Seminário sobre <i>Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo</i> , organizado pela CAE.
2 de novembro de 2011	Audição do Deputado ao PE José Manuel Fernandes (PS/PSD/PPE) na CAE e na COFAP.
8 de novembro de 2011	Audição dos Deputados Elisa Ferreira (PS) e Diogo Feio (CDS-PP) na CAE e na COFAP.
8 de novembro de 2011	Reunião da CAE e da CAM com o Comissário europeu responsável pela PAC, Dacan Ciolos.
28 de novembro de 2011	Visita oficial Comissária Europeia Maria Damanaki à AR.
7 de dezembro de 2011	Audição do Deputado ao PE Carlos Coelho (PSD) na CACDLG

VISITAS DE DELEGAÇÕES À AR E REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS/COLÓQUIOS	
Data	Reunião
	e na CAE.
10 de janeiro de 2012	Audição parlamentar sobre o programa de trabalho da Comissão para 2012, com a presença de Maroš Šefčovič, Vice-Presidente (VP) da Comissão Europeia, responsável pelas relações interinstitucionais
22 de fevereiro de 2012	Audição da Deputada ao PE Elisa Ferreira (PS).
15 de março de 2012	Reunião da CAE e da COFAP com o Vice Presidente da Comissão Europeia, Olli Rehn, responsável pelos assuntos económicos e monetários e pelo euro.
4 de maio de 2012	Visita oficial da Vice Presidente da Comissão Europeia Viviane Reding à AR.
4 de maio de 2012	Audição do Deputado ao PE Correia de Campos (PS) na CAE e na CEOP.
14 de maio de 2012	Seminário sobre a reforma da Política Comum de Pescas, com a presença dos Deputados ao PE Maria do Céu Patrão Neves (PSD), Luís Paulo Alves (PS), Nuno Melo (CDS-PP), Marisa Matias (BE) e João Ferreira (PCP)
27 de junho de 2012	Audição do Presidente da Comissão BUDG do PE, Alain Lamassoure (PPE) na CAE e na COFAP.
18 de julho de 2012	Audição do Deputado ao PE Rui Tavares (independente) na CADLG e na CAE.

ANEXO X – SÍNTESE DOS PRINCIPAIS DOSSIÊS ACOMPANHADOS NO PERÍODO EM ANÁLISE

Para que este relatório possa transmitir uma visão integrada da atividade da representação permanente da AR em Bruxelas, cumpre destacar aqui os principais dossiers temáticos tratados no período em análise e que se revestiram de particular interesse para a AR.

I. Iniciativas que, após a entrada em vigor dos mecanismos previstos no Tratado de Lisboa, suscitaram mais questões em termos de subsidiariedade:

- COM (2010) 368, Proposta de Diretiva do PE e do Conselho relativa aos sistemas de garantia de depósitos;
- COM (2010) 379, Proposta de Diretiva do PE e do Conselho relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal;
- COM (2010) 486, Proposta de Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1290/2005 relativo ao financiamento da política agrícola comum e o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 que estabelece uma organização comum dos mercados agrícolas e disposições específicas para certos produtos agrícolas (Regulamento "OCM única") no que respeita à distribuição de géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas na Comunidade;
- COM (2011) 121, Proposta de Diretiva do Conselho relativa a uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCIS);
- COM (2011) 560, Proposta de Regulamento que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais;
- COM (2012) 130: Proposta de Regulamento do Conselho relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços (Monti II, que gerou o primeiro cartão amarelo no quadro deste mecanismo).

II. Prioridades elencadas pela AR para o período de 2011 e 2012.

- *Prioridades para 2011*

1 – Reforço da Governação Económica e início do Semestre Europeu:

- a) Inquérito Anual sobre o Crescimento
- b) Pacote de Governação Económica²³⁸;

²³⁸ Este pacote foi escrutinado pela CAE e pela CAEIE na XI Legislatura. O ponto de situação interinstitucional relativo às 6 propostas está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=en&procnum=NLE/2010/0277>
<http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=en&procnum=COD/2010/0280>
<http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=en&procnum=CNS/2010/0276>
<http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=en&procnum=COD/2010/0278>
<http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=en&procnum=COD/2010/0279>
<http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=en&procnum=COD/2010/0281>

2 – Proposta de um novo Quadro Financeiro Plurianual, nomeadamente propostas em matéria das diferentes áreas políticas

- Proposta de Regulamento do Conselho sobre o Quadro financeiro plurianual 2014-2020 (Multiannual Financial Perspectives - MFF)²³⁹;
- Proposta de Decisão do Conselho sobre o sistema de recursos próprios da União Europeia²⁴⁰;

3 – Livro Branco sobre as Pensões.

4 – Livro Branco sobre o Futuro dos Transportes;

5 – Revisão da Diretiva relativa ao “Tempo de Trabalho” (Diretiva 2003/88)

6 – Diretiva relativa à eficiência energética e às economias de energia;

• Prioridades para 2012

1 — Análise anual sobre o crescimento — 2013

2 — Pacote para o emprego

- a) Rumo a uma retoma geradora de emprego;*
- b) Pacote específico de flexissegurança;*
- c) Reforma da rede dos serviços europeus de emprego (EURES) e da sua base jurídica.*

3 — Mercado interno de energia

4 — Revisão da diretiva «Avaliação do impacto ambiental

5 — Pacote legislativo relativo à nova geração de controlos fronteiriços:

- a) Sistema de entrada/saída (SES);*
- b) Programa de viajantes registados (PVR);*
- c) Alteração ao código das fronteiras Schengen.*

6 — Criação de um quadro para o ordenamento do espaço marítimo

7 — Boa governação em matéria de paraísos fiscais

III. Outras propostas, relevantes para a AR

²³⁹ Todo o dossier, com as várias propostas, está em http://ec.europa.eu/budget/biblio/documents/fin_fw1420/fin_fw1420_en.cfm

²⁴⁰ Disponível em http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/documents/fin_fw1420/proposal_council_own_resources_en.pdf

- *COM (2011) 275 Proposta de Diretiva do PE e do Conselho que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade, que foi a prioridade selecionada pela CACDLG do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011*²⁴¹;
 - *COM (2011) 32 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros para efeitos de prevenção, deteção, investigação e repressão das infrações terroristas e da criminalidade grave (Passenger Name Record)*,²⁴²
 - Pacote relativo aos direitos patrimoniais dos casais internacionais²⁴³:
- *COM (2011) 125 - Comunicação da Comissão ao PE, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões Eliminar as incertezas ligadas aos direitos patrimoniais dos casais internacionais*²⁴⁴;
- *COM (2011) 126 - Proposta de Regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais*²⁴⁵;
- *COM (2011) 127 - Proposta de Regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas*²⁴⁶.
- *COM (2010) 776 - Comunicação da Comissão ao PE e ao Conselho relativa às modalidades de controlo das atividades da Europol pelo Parlamento Europeu em conjunto com os Parlamentos nacionais, em que a Comissão Europeia propõe o estabelecimento de "um fórum interparlamentar poderia ser composto pelas comissões responsáveis pelas questões policiais dos Parlamentos nacionais e do PE. Este organismo conjunto poderia reunir-se regularmente e convidar o diretor da Europol para debater questões relacionadas com os trabalhos da agência".*
- O relatório da CACDLG sobre esta matéria propôs "a constituição de um grupo de trabalho, no seio da AR, composto por Deputados da CACDLG e da CAE (...) para a criação de um espaço de discussão restrito à matéria do controlo parlamentar da Europol (...) e que será, ainda, o fórum para apreciação das comunicações e documentos enviados pela Europol (...)."
- *COM (2009) 154 Proposta de regulamento do PE e do Conselho relativo à Competência, legislação aplicável, reconhecimento e execução das decisões e dos documentos autênticos em matéria de sucessão e criação de um certificado europeu de herdeiro*²⁴⁷.

²⁴¹ Iniciativa europeia transmitida no decurso da dissolução da AR e ainda não distribuída. Aguarda ainda a primeira leitura no PE, dossier disponível em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5916152>

²⁴² Iniciativa escrutinada pela CACDLG e pela CAE na XI Legislatura. O ponto de situação interinstitucional pode ser encontrado em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5897382>.

²⁴³ Este Pacote foi escrutinado apenas pela CAE em 17 de maio de 2011.

²⁴⁴ <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=9976913>

²⁴⁵ <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5904352>

²⁴⁶ <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5904362>

²⁴⁷ Iniciativa escrutinada pela CACDLG e pela CAE na XI Legislatura. Dossier disponível em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=2&procnum=COD/2009/0157>

- *Relatório de iniciativa do PE relativo à modificação do Ato sobre a eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu por sufrágio direto universal de 20 de setembro de 1976*²⁴⁸, da autoria do Deputado ao PE Andrew Duff. A CACDLG debateu já esta matéria, na sequência da participação do Deputado António Filipe (PCP) numa reunião interparlamentar sobre este tema, em setembro de 2010. O voto esteve agendado para a sessão plenária do PE em julho, mas foi retirado a pedido do Deputado relator, tendo voltado a baixar à Comissão AFÇO.
- *Proposta da Comissão Europeia para o Orçamento da UE para 2012*²⁴⁹, da qual o Relator no PE é o Deputado José Manuel Fernandes (PSD)²⁵⁰;
- *COM (2008) 614: Proposta de Diretiva do PE e do Conselho relativa aos direitos dos consumidores*²⁵¹, relativamente à qual o Conselho e o PE parecem ter chegado a acordo sobre a proposta de Diretiva e o texto consolidado foi disponibilizado no dia 23 de junho de 2011²⁵²;
- - *COM (2011) 216: Um ato para o mercado único*²⁵³;
- *COM (2011) 370: Proposta de Diretiva relativa à eficiência energética e às economias de energia, que foi a prioridade de escrutínio selecionada pela CAEIE na anterior Legislatura*²⁵⁴;
- - *COM (2011) 215 e 216 - Cooperação reforçada com vista à criação de um regime de proteção para as patentes unitárias no que se refere ao regime de tradução aplicável*²⁵⁵;
- COM (2010) 672 - Comunicação da Comissão ao PE, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões: *A PAC no horizonte 2020: Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais*,

²⁴⁸ Dossier disponível em

<http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=2&procnum=INI/2009/2134>

²⁴⁹ http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/documents/2012/DB2012/DB2012_activity_statements_en.pdf

²⁵⁰ <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5893772>

²⁵¹ Todo o dossier sobre a Diretiva dos Consumidores pode ser consultado em:

<http://www.europarl.europa.eu/activities/committees/subjectFilesCom/subjectFileCom.do?language=EN&id=20101117CDT95928&body=IMCO> e em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5699432>

²⁵² Versão consolidada do texto acordado em

<http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201106/20110624ATT22578/20110624ATT22578EN.pdf>

²⁵³ Texto final disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0206:FIN:PT:PDF> e o dossier completo em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52011DC0206:PT:NOT>

Esta iniciativa foi escrutinada pela CAE e pela CAEIE na XI Legislatura

²⁵⁴ Iniciativa europeia transmitida no decurso da dissolução da AR e ainda não distribuída. Dossier legislativo disponível em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5924742>

²⁵⁵ Este Pacote foi escrutinado apenas pela CAE em 17 de maio de 2011, contudo, anteriormente o processo foi objeto de parecer da CNECP e da CAEIE na XI Legislatura. O ponto de situação relativo à patente europeia está disponível em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=2&procnum=COD/2011/0093> e <http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=2&procnum=CNS/2011/0094>

relativamente à qual o PE aprovou, no passado dia 23 de junho de 2011, a sua Resolução²⁵⁶;

- COM(2010) 498 - Proposta de Regulamento (EU) do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece medidas específicas no domínio da agricultura a favor das regiões ultraperiféricas da União²⁵⁷;
- COM (2009) 163 - *Livro Verde: Reforma da Política Comum de Pescas*, relativamente ao qual a AR se pronunciou, tendo o PE aprovado a sua Resolução, com base num relatório da Deputada portuguesa Maria do Céu Patrão Neves (PSD), no passado dia 25 de fevereiro de 2010²⁵⁸;
- - COM (2010) 76 *Proposta de Decisão do PE e do Conselho que cria uma ação da União Europeia relativa à Marca do Património Europeu*;²⁵⁹
- COM (2010) 187 *Comunicação da Comissão ao PE, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões - simplificar a execução dos programas-quadro de investigação*, relativamente à qual o PE adotou uma Resolução, com base num relatório da Deputada Maria da Graça Carvalho (PSD), no passado dia 6 de outubro de 2010²⁶⁰;
- A Comissão Europeia apresentou, no dia 4/7/2011, o seu *Livro Verde sobre a modernização da Diretiva sobre as qualificações profissionais*²⁶¹. A reforma desta Diretiva é uma das 12 prioridades identificadas pela Comissão Europeia no Ato para o Mercado Único²⁶²;
- COM (2008) 668 - *Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2001/83/CE para impedir a introdução, na cadeia de abastecimento legal, de medicamentos falsificados no que diz respeito à sua identidade, história ou origem*²⁶³, sobre a qual o PE adotou uma resolução²⁶⁴ no passado dia 7 de maio de 2010, com base num relatório da Deputada Marisa Matias (BE);
- COM (2009) 380 - *Comunicação da Comissão ao PE e ao Conselho sobre a iniciativa europeia em matéria de doença de Alzheimer e outras formas de demência*²⁶⁵, sobre a

²⁵⁶ Todo o dossier pode ser consultado em http://ec.europa.eu/prelex/detail_dossier_real.cfm?CL=pt&DosId=199888

²⁵⁷ Ponto de situação disponível em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5874342> e o parecer da AR está disponível em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/scrutiny/COD20100256/ptass.do>

²⁵⁸ Esta iniciativa foi escrutinada pela Comissão na XI Legislatura. Disponível em http://ec.europa.eu/prelex/detail_dossier_real.cfm?CL=pt&DosId=198201

²⁵⁹ http://ec.europa.eu/prelex/liste_resultats.cfm?CL=en&ReqId=0&DocType=COD&DocYear=2010&DocNum=0044 e <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5846872>

²⁶⁰ Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2010-0274+0+DOC+XML+V0//PT&language=PT>

²⁶¹ http://ec.europa.eu/internal_market/consultations/2011/professional_qualifications_directive_en.htm

²⁶² Esta matéria é essencialmente competência da CSST.

²⁶³ Procedimento interinstitucional disponível em http://ec.europa.eu/prelex/liste_resultats.cfm?CL=en&ReqId=0&DocType=COD&DocYear=2008&DocNum=0261

²⁶⁴ Resolução disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2010-0148+0+DOC+XML+V0//PT&language=PT>

²⁶⁵ Dossier disponível em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5858862>

qual o PE adotou uma resolução²⁶⁶ no passado dia 9 de dezembro de 2010, com base num relatório de iniciativa da Deputada Marisa Matias (BE);

- *COM (2009) 657 - Comunicação da Comissão Europeia intitulada “Solidariedade na saúde: reduzir as desigualdades no domínio da saúde na UE”²⁶⁷*, sobre a qual o PE adotou uma resolução²⁶⁸, no passado dia 8 de março de 2011, baseada num relatório de iniciativa da Deputada Edite Estrela;
- Transposição da diretiva sobre os cuidados de saúde transfronteiriços²⁶⁹: a Diretiva foi aprovada a 9 de março de 2011²⁷⁰, e deverá ser transposta até 25/10/2013;
- COM (2010) 794 - Proposta de Regulamento do PE e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 883/2004 relativo à coordenação dos sistemas de segurança social e o Regulamento (CE) n.º 987/2009 que estabelece as modalidades de aplicação do Regulamento (CE) n.º 883/2004²⁷¹;
- *COM (2008) 637 Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 92/85/CEE do Conselho relativa à introdução de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho²⁷²*, sobre a qual o PE aprovou uma resolução, com base num relatório da Deputada Edite Estrela (PS), no passado dia 20 de outubro de 2010;
- *Pacote sobre a governação económica 1:*
 - Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1466/97 do Conselho relativo ao reforço da supervisão das situações orçamentais e à supervisão e coordenação das políticas económicas;
 - Proposta de Regulamento (UE) do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1467/97 relativo à aceleração e clarificação da aplicação do procedimento relativo aos défices excessivos;
 - Proposta de diretiva do Conselho que estabelece requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados-Membros;
 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos;
 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às medidas de execução para corrigir os desequilíbrios macroeconómicos excessivos na área do

²⁶⁶ Resolução disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2010-0366+0+DOC+XML+V0//PT&language=PT>

²⁶⁷ Dossier completo em http://ec.europa.eu/prelex/detail_dossier_real.cfm?CL=pt&DosId=198705

²⁶⁸ Texto da resolução em http://ec.europa.eu/prelex/detail_dossier_real.cfm?CL=pt&DosId=198705#409778

²⁶⁹ Dossier interinstitucional completo em <http://www.europarl.europa.eu/oel/FindByProcnum.do?lang=en&procnum=COD/2008/0142>

²⁷⁰ Versão publicada no jornal oficial <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:088:0045:0065:PT:PDF>

²⁷¹ Ficheiro legislativo em http://ec.europa.eu/prelex/detail_dossier_real.cfm?CL=pt&DosId=200037 e <http://www.europarl.europa.eu/oel/FindByProcnum.do?lang=2&procnum=COD/2010/0380>

²⁷² http://ec.europa.eu/prelex/detail_dossier_real.cfm?CL=pt&DosId=197460

euro;

- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à aplicação eficaz da supervisão orçamental na área do euro.

- *Pacote de governação económica 2:*

- COM (2011) 819: relativo ao reforço da supervisão económica e orçamental dos Estados-Membros afetados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira na área do euro;

- COM (2011) 821: estabelece disposições comuns para o acompanhamento e a avaliação dos projetos de planos orçamentais e para a correção do défice excessivo dos Estados-Membros da área do euro.

- COM (2011) 818, Livro Verde sobre a viabilidade da introdução de obrigações de estabilidade (eurobonds)
- *Negociação do Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária;*
- *União bancária:*

- COM (2012) 510, Comunicação da Comissão *Um roteiro rumo a uma união bancária*

- COM (2012) 511 Proposta de regulamento do Conselho conferindo tarefas específicas ao BCE relativamente às políticas de supervisão prudencial das instituições de crédito;

- COM (2012) 512, Proposta de um regulamento do PE e do Conselho que altera o regulamento UE n.º 1093/2010 que estabelece uma Autoridade Europeia de Supervisão, no que diz respeito à sua interação com o Regulamento do Conselho n.º .../... que tarefas específicas ao BCE relativamente às políticas de supervisão prudencial das instituições de crédito;

- *Acompanhamento das negociações para Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 e a Proposta de Decisão do Conselho sobre o sistema de recursos próprios da União Europeia.*

**ANEXO XI - EXEMPLOS DOS ENQUADRAMENTOS DA ATUALIDADE INSTITUCIONAL EUROPEIA
PREPARADOS PARA AS COMISSÕES PARLAMENTARES DA AR**

Nota de enquadramento sobre a atividade a nível da União Europeia no âmbito das competências da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

- **Comissão homóloga no PE: LIBE** (Comissão para as liberdades cívicas, justiça e assuntos internos). Algumas matérias são, igualmente, tratadas pela Comissão **JURI** (Assuntos Jurídicos), como e.g. as relacionadas com os direitos patrimoniais dos casais internacionais, bem como pela Comissão **AFCO** (Assuntos Constitucionais). **FEMM**, sobre as questões de igualdade.
- **Deputados portugueses ao PE que pertencem estas Comissões:**
 - **LIBE:** Carlos Coelho (PSD), Nuno Melo (CDS) e Rui Tavares (independente, Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia), como efetivos. Suplentes: Ana Gomes (PS);
 - **JURI:** Paulo Rangel (PSD), suplente;
 - **AFCO:** Paulo Rangel (PSD), efetivo, e Vital Moreira (PS), suplente.
 - **FEMM:** Edite Estrela (PS), Vice-Presidente, Regina Bastos (PSD) E Ilda Figueiredo (PCP).

➤ **PRINCIPAIS DOSSIERS COM TRABALHOS EM CURSO:**

- ***COM (2011) 275 Proposta de Diretiva do PE e do Conselho que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade***, que foi a prioridade selecionada pela CACDLG do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011²⁷³;
- ***COM (2011) 32 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros para efeitos de prevenção, deteção, investigação e repressão das infrações terroristas e da criminalidade grave (Passenger Name Record)***,²⁷⁴
- **Pacote relativo aos direitos patrimoniais dos casais internacionais**²⁷⁵:
 - **COM (2011) 125 - Comunicação da Comissão ao PE, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões Eliminar as incertezas ligadas aos direitos patrimoniais dos casais internacionais**²⁷⁶;

²⁷³ Iniciativa europeia transmitida no decurso da dissolução da AR e ainda não distribuída. Aguarda ainda a primeira leitura no PE, dossier disponível em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5916152>

²⁷⁴ Iniciativa escrutinada pela CACDLG e pela CAE na XI Legislatura. O ponto de situação interinstitucional pode ser encontrado em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5897382>.

²⁷⁵ Este Pacote foi escrutinado apenas pela CAE em 17 de maio de 2011.

²⁷⁶ <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=9976913>

- *COM (2011) 126 - Proposta de Regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais*²⁷⁷;

- *COM (2011) 127 - Proposta de Regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas*²⁷⁸.

- *COM (2010) 776 - Comunicação da Comissão ao PE e ao Conselho relativa às modalidades de controlo das atividades da Europol pelo Parlamento Europeu em conjunto com os parlamentos nacionais*, em que a Comissão Europeia propõe o estabelecimento de "um **fórum interparlamentar** poderia ser composto pelas comissões responsáveis pelas questões policiais dos Parlamentos nacionais e do PE. Este organismo conjunto poderia reunir-se regularmente e convidar o diretor da Europol para debater questões relacionadas com os trabalhos da agência”.

O relatório da CACDLG sobre esta matéria propôs "a constituição de um grupo de trabalho, no seio da AR, composto por Deputados da CACDLG e da CAE (...) para a criação de um espaço de discussão restrito à matéria do controlo parlamentar da Europol (...) e que será, ainda, o fórum para apreciação das comunicações e documentos enviados pela Europol (...)."

- *COM (2009) 154 Proposta de regulamento do PE e do Conselho relativo à Competência, legislação aplicável, reconhecimento e execução das decisões e dos documentos autênticos em matéria de sucessão e criação de um certificado europeu de herdeiro*²⁷⁹.
- *Relatório de iniciativa do PE relativo à modificação do Ato sobre a eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu por sufrágio direto universal de 20 de setembro de 1976*²⁸⁰, da autoria do Deputado ao PE Andrew Duff. A CACDLG debateu já esta matéria, na sequência da participação do Deputado António Filipe (PCP) numa reunião interparlamentar sobre este tema, em setembro de 2010. O voto esteve agendado para a sessão plenária do PE em julho, mas foi retirado a pedido do Deputado relator, tendo voltado a baixar à Comissão AFCO.

➤ PROPOSTAS EM PREPARAÇÃO ATÉ FINAL DE 2011

- *Proposta de instrumento jurídico para um direito europeu dos contratos opcional para os consumidores e as empresas, cuja adoção está prevista para 19/10/11*. Surge na sequência do Livro Verde sobre as opções estratégicas para avançar no sentido de

²⁷⁷ <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5904352>

²⁷⁸ <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5904362>

²⁷⁹ Iniciativa scrutinada pela CACDLG e pela CAE na XI Legislatura. Dossier disponível em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=2&procnum=COD/2009/0157>

²⁸⁰ Dossier disponível em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=2&procnum=INI/2009/2134>

um direito europeu dos contratos para os consumidores e as empresas (COM/2011/2010/348).²⁸¹

➤ **REUNIÕES INTERPARLAMENTARES PREVISTAS ATÉ FINAL DE 2011**

- 5 e 6 de outubro. reunião interparlamentar sobre "*Democratic Accountability of the Internal Security Strategy and the role of Europol, Eurojust and Frontex*", PE, em Bruxelas.

Representante Permanente da AR junto da União Europeia, 17 de agosto de 2011

²⁸¹ Aquando da pronúncia da AR sobre o Livro Verde, esta iniciativa foi apenas escrutinada pela 6^a Comissão, ainda que fosse de competência concorrencial entre a 1.^a e a 6.^a Comissões.

**ANEXO XII – EXEMPLOS DE PROGRAMAS DE REUNIÕES INTERPARLAMENTARES EM QUE A
AR PARTICIPOU**



EUROPEAN PARLIAMENT

2009 - 2014

Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs

LIBE/7/06098

**INTERPARLIAMENTARY COMMITTEE MEETING
WITH NATIONAL PARLIAMENTS**

**DEMOCRATIC ACCOUNTABILITY
OF THE INTERNAL SECURITY STRATEGY
AND THE ROLE OF EUROPOL, EUROJUST AND FRONTEX**

DRAFT PROGRAMME
v. 30/09

Wednesday 5 October 2011, 15:00 – 18:30
Thursday 6 October 2011, 09:00 – 12:30

Hemicycle
European Parliament, Brussels

Wednesday, 5 October, 2011

Chair: Mr Juan Fernando LÓPEZ AGUILAR, Chairman of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs of the European Parliament

15.00 – 16.30 OPENING SESSION

FRAMING AN INTERNAL SECURITY STRATEGY BY PRESERVING FUNDAMENTAL RIGHTS AND
GRANTING THE DEMOCRATIC ACCOUNTABILITY

Welcome by the Chair, **Mr Juan Fernando LÓPEZ AGUILAR**

Ms Cecilia MALMSTRÖM, Commissioner for Home Affairs

Mr Adam RAPACKI, Chairman of the Standing Committee on Internal Security (COSI), Polish Presidency of the Council

Ms Rita BORSELLINO, Rapporteur on the European Union's Internal Security Strategy, Member of the LIBE Committee, European Parliament

Prof Giuseppe CATALDI, University of Naples, External Expert

Discussion

16.30 – 17.30 SESSION I

ASSESSING, PREVENTING AND FIGHTING ORGANISED CRIME AND TERRORISM: THE ROLE OF
EUROPOL AND ITS COOPERATION WITH NATIONAL ADMINISTRATION

Mr Rob WAINWRIGHT, Director of Europol

Mr Agustín DÍAZ DE MERA GARCÍA CONSUEGRA, Member of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs, European Parliament

Prof Jörg MONAR, Director of Studies at the College of Europe, chair in contemporary European Studies at the University of Sussex in Brighton; External Expert

17.30 – 18.30 SESSION II

BUILDING A EUROPEAN JUDICIAL SPACE INTERTWINED WITH THE NATIONAL JUDICIAL SPACES:
THE ROLE OF EUROJUST

Mr Aled WILLIAMS, President of the College of Eurojust

Ms Renate WEBER, Rapporteur on Eurojust, Member of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs, European Parliament

Mr Jerzy MONTAG Member of the German Bundestag

Prof Henri LABAYLE, Faculty of Bayonne, External Expert

Thursday, 6 October, 2011

Chair: Lord Hannay of Chiswick, Chairman of the EU Home Affairs Committee, House of Lords, United Kingdom

09.00 – 10.30 SESSION III

PROTECTING THE EU BORDERS AND STRENGTHENING THE EUROPEAN SOLIDARITY AND
SCHENGEN COOPERATION: THE ROLE OF FRONTEX

Mr Ilkka LAITINEN, Director of Frontex

Mr Simon BUSUTTIL, Rapporteur on FRONTEX, Member of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs, European Parliament

Mrs Vassiliki TSONOGLOU, member of the Standing Committee on Public Administration Public Order and Justice, the Hellenic Parliament

10.30 – 12.30 CLOSING SESSION

FITTING ALL TOGETHER: HOW NATIONAL PARLIAMENTS AND THE EUROPEAN PARLIAMENT
CAN STRENGTHEN THEIR MUTUAL COOPERATION AND THE OVERSIGHT OVER THE AGENCIES

Mr Juan Fernando LÓPEZ AGUILAR, Chairman of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs, European Parliament

Mr Paulo PISCO Member of the European Affairs Committee, Portuguese Parliament

Ms Jean LAMBERT, Member of the LIBE Committee, European Parliament

Mr Keith VAZ, Chair of the UK House of Commons Home Affairs Committee

Mr Carlos COELHO, Rapporteur on Schengen, Member of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs, European Parliament

Discussion



COMISSÃO EUROPEIA

Bruxelas,
CAB

Senhor Paulo Mota Pinto
Presidente
Comissão de Assuntos Europeus
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA, PORTUGAL

bruno.pinheiro@europarl.europa.eu

Ex.^{mo} Senhor Paulo Mota Pinto

A 13 de Julho de 2011 a Comissão adoptou propostas para uma reforma ambiciosa da Política Comum das Pescas²⁸², a fim de criar as condições para um melhor futuro dos recursos haliêuticos e da pesca, bem como do meio marinho de que dependem. Pretende-se com estas propostas assegurar a sustentabilidade das unidades populacionais de peixes, melhorar o desempenho económico do sector das pescas e da aquicultura, promover o crescimento e o emprego nas comunidades costeiras, informar melhor o consumidor e aproximar o processo de co-decisão dos Estados-Membros e das partes interessadas.

O pacote da reforma foi transmitido aos parlamentos nacionais, incluindo as duas propostas de regulamentos que implicam controlo de subsidiariedade nos termos do Protocolo 2 do Tratado de Lisboa.

O Tratado de Lisboa representa um importante passo em frente no que diz respeito ao papel dos parlamentos nacionais em relação às actividades da União Europeia. São órgãos que contribuem activamente para o bom funcionamento da União e o Tratado reconhece a sua importância crucial no tecido democrático da UE.

Estamos convictos de que a intervenção das 40 câmaras parlamentares contribuirá para uma reforma da PCP mais democrática e mais transparente. A execução da Política Comum das Pescas reformada vai ter um impacto efectivo nos Estados-Membros e suas regiões costeiras.

É por estes motivos que queremos garantir que a discussão sobre o futuro das pescas na UE não se limita ao Conselho e ao Parlamento Europeu, mas que envolve os representantes eleitos dos cidadãos europeus nos Estados-Membros.

Tendo em vista as próximas negociações no Conselho e no Parlamento Europeu e as discussões no Comité Económico e Social e no Comité das Regiões, gostaríamos de trocar opiniões sobre o futuro da Política Comum das Pescas com os presidentes das Comissões Parlamentares nacionais responsáveis na matéria e em Assuntos Europeus, respectivamente. Assim sendo, tenho a honra de convidar pessoalmente V.^a Ex.^a para uma reunião em Bruxelas.

A reunião terá lugar na quarta-feira 19 de Outubro de 2011, na sala Walter Hallstein, no edifício Berlaymont, Rue de la Loi 200, B-1040, Bruxelas, entre as 14h30 e as 18h30. Haverá

²⁸² As propostas podem ser consultadas em: <http://ec.europa.eu/fisheries/reform/>

interpretação em todas as línguas. Salientamos que o convite é pessoal para o presidente da comissão pertinente, e intransmissível.

Solicitamos confirmação de presença a Ștefana Diaconescu (stefana-georgeta.diaconescu@ec.europa.eu) até 14 de Setembro de 2011, o mais tardar.

Enviamos em anexo o programa da conferência e todas as informações práticas a ela atinentes.

Com os melhores cumprimentos,

PROGRAMA

Conferência sobre a reforma da Política Comum das Pescas
Bruxelas, 19 de Outubro de 2011

19 Outubro 2011

14h00h – 14h30	Recepção (café)
14h30h – 15h00	Apresentação dos principais aspectos da reforma da PCP pela Comissária Maria Damanaki
15h00 – 18h00	Discussão sobre o impacto da reforma da PCP nos Estados-Membros e nas regiões costeiras
18h00 – 18h30	Conclusões e observações

**ANEXO XIII – EXEMPLOS DE PROJETOS DE RELATÓRIOS PREPARADOS PELO
REPRESENTANTE PERMANENTE DA AR RELATIVOS A REUNIÕES INTERPARLAMENTARES**

***Relatório da participação da Assembleia da República na reunião da Comissão Europeia
com os Paramentos nacionais e o Parlamento Europeu sobre a reforma da Política
Comum de Pescas***

(Comissão Europeia, Bruxelas, 19 de Outubro de 2011)

Delegação da AR :

- Deputada Ana Catarina Mendes (PS), Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus

Apoio Técnico:

- Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR em Bruxelas

A Comissária Europeia responsável pelas Pescas e Política Marítima, Maria Damanaki²⁸³, organizou uma reunião com os Paramentos nacionais (PN) e com o Parlamento Europeu (PE) sobre a reforma da Política Comum de Pescas (PCP)²⁸⁴, de modo a promover uma troca de impressões sobre a proposta da Comissão²⁸⁵ e as várias posições já assumidas.

Para tal, a Comissária apresentou os principais traços da proposta da Comissão, através de um *powerpoint* que se anexa a este relatório. Nesta intervenção inicial, destacou três elementos: a sustentabilidade, a eficiência e a coerência. Em termos mais concretos, a Comissária abordou os seguintes aspectos:

- Rendimento máximo sustentável (MSY²⁸⁶) até 2015: do ponto de vista da Comissão, significa que a actividade pesqueira pode continuar, através da gestão de cada stock de peixe de modo a poder obter a máxima produção, mas assegurando a sua sustentabilidade. Assim sendo, através desta reforma da PCP, o esforço para atingir o MSY até 2015 torna-se juridicamente obrigatório;
- Sobre a sustentabilidade, a Comissão afirma que é importante evitar o desperdício. Neste contexto, a Comissária mencionou que as rejeições representam cerca de 60% das capturas de algumas espécies. Assim sendo, o que a Comissão propõe é a proibição total das rejeições, desembarcando todas as capturas e contabilizando-as no quadro das quotas;
- No que diz respeito à sobrepesca, a Comissão considera prioritário o investimento na aquicultura.

²⁸³ http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/damanaki/index_en.htm

²⁸⁴ Comunicado de imprensa da Comissão Europeia disponível em http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/damanaki/headlines/press-releases/2011/10/20111019-2_en.htm

²⁸⁵ Dossier completo disponível em http://ec.europa.eu/fisheries/reform/index_pt.htm

²⁸⁶ Acrónimo em língua inglesa para *Maximum Sustainable Yield*.

Após esta introdução feita pela Comissão, seguiu-se uma série de intervenções dos vários Deputados presentes na reunião, num formato de mesa redonda. Os pontos essenciais das intervenções dos vários Deputados foram os seguintes:

- Reino Unido (RU), Câmara dos Comuns: a proposta da Comissão foi bem acolhida. Num contexto em que o consumo de peixe está em alta, foram manifestadas preocupações com as rejeições, tendo sido referido o exemplo de um projecto-piloto no RU em que, através de técnicas de pesca selectiva, foi possível obter cerca de 50% de redução nas descargas. Por outro lado, e no que diz respeito às quotas, considerou que a melhoria da fundamentação científica é essencial para o futuro deste mecanismo;

- Suécia (SE): considerando positiva a dimensão ambiental da proposta da Comissão, foram manifestadas preocupações com o facto de $\frac{3}{4}$ dos stocks estarem em sobre-exploração, bem como com as descargas, de modo a evitar o desperdício. Por outro lado, referiu-se o papel essencial dos Conselhos Científicos e, ainda, a necessidade de que os Acordos de Parceria incluam uma vertente de condicionalidade relacionada com o respeito pelos direitos humanos;

- Espanha (ES): foi referido que a dimensão ambiental tem um peso exacerbado na proposta da Comissão, em detrimento da componente social e económica. A este respeito, acrescentou-se que o sector das pescas gera muito emprego, especialmente em regiões que não podem ter outro tipo de actividade económica. Por outro lado, e no tocante à regionalização e aos planos de recuperação plurianuais, os regulamentos devem ser claros quanto à repartição de competências. Por fim, e no que concerne ao financiamento, é difícil estar a negociar o envelope financeiro da PCP em paralelo com o Quadro Financeiro Plurianual, pois ambos estão intimamente ligados;

- Lituânia (LT): começou por reforçar a noção de sustentabilidade e, neste quadro, a importância da aquicultura. Foi manifestado apoio à posição da Comissão quanto à proibição das descargas, mas tal deve ser feito de forma faseada. No que diz respeito aos acordos de parceria, devem ser dadas aos Estados-Membros mais possibilidades de controlo da sua implementação;

- Itália (IT), Câmara dos Deputados: notou que há sensibilidades diferentes, entre os vários Estados-Membros, no sector das pescas. Sobre os direitos de pesca transferíveis (TFQ), aludiu aos bons exemplos de sistemas desta natureza em vigor em alguns Estados-Membros, citados pela Comissão, referindo porém que deve ser levado em consideração que a pesca é significativamente diferente quando se trata do Mediterrâneo, do Báltico ou do Mar do Norte. Por outro lado, e concordando com a referência feita pelo Deputado das Cortes Espanholas, nas regiões onde a pesca é a única actividade económica, deve haver uma abordagem diferenciada;

- Alemanha (DE): referiu-se, entre outros aspectos, à importância dos conselhos consultivos regionais, cujos pareceres deverão ser considerados na elaboração dos Regulamentos;

- França (FR, Assembleia nacional): começou por referir que, para o objectivo de atingir o MSY em 2015, é muito importante que a evidência científica possa ser sólida. Relativamente aos direitos de pesca transferíveis, alertou para o perigo da concentração da capacidade de pesca nas grandes frotas e as consequências que tal pode ter nos pequenos pescadores. No que diz respeito às rejeições, manifestou-se favorável à sua total eliminação e afirmou que este problema resulta de uma política de quotas mal pensada. Por fim, considerou que os apoios às

renovações das frotas devem ser mais específicos, promovendo barcos novos e mais eficientes;

- Chipre (CY): afirmou que as rejeições devem ser eliminadas, mas num regime progressivo. Por outro lado, sublinhou o impacto social da PCP, apelando a que, no período 2014-2020, haja um apoio específico à pesca tradicional;

- Polónia (PL): fez notar apenas que a dimensão sócio-económica deve estar no cerne desta política;

- Portugal (PT, Assembleia da República): a signatária usou da palavra para sublinhar a importância da realização destas reuniões, onde é possível não só partilhar o trabalho que é desenvolvido a nível nacional, como também obter informação relevante sobre as posições de outros Parlamentos. Sobre a proposta, foi dada nota do [Parecer](#) aprovado pela Comissão de Assuntos Europeus da AR, da autoria do Deputado António Serrano (PS), que se anexa a este relatório. Em seguida, foram identificados os principais aspectos suscitados na pronúncia da AR, a saber:

- a proposta da Comissão sobrevaloriza a dimensão ambiental da PCP. Como tal, é importante garantir um equilíbrio entre as três dimensões da PCP, a ambiental, a económica e a social;

- deverá ser garantida uma política estrutural de apoio à modernização da frota e à redução do esforço de pesca, bem como um regime mais favorável para a pequena pesca costeira;

- é de saudar a manutenção da reserva de acesso às 12 milhas náuticas para as frotas nacionais de cada Estado-membro, bem como o regime específico para as Regiões Ultraperiféricas. Porém, deverão ser mantidos os fundamentos que, nomeadamente através dos açores, têm sido desenvolvidos para a extensão da Reserva de acesso até às 200 milhas;

- sobre o MSY em 2015, deve afirmar-se que não é possível atingir este objectivo em todas as espécies, em grande parte pela inexistência de dados científicos consistentes para a maioria das pescarias;

- no que diz respeito aos Direitos de Pesca Transmissíveis, deverá ser assegurado um período transitório, devendo a sua aplicação iniciar-se pelo segmento da pesca do largo e da pesca industrial;

- quanto às rejeições, é fundamental sistematizar os dados sobre as pescarias e ensaiar métodos de avaliação do esforço de pesca adequados a uma aproximação multi-específica na gestão das pescas. Neste sentido, é necessário ponderar o facto dos níveis de exploração compatíveis com a pesca sustentável ao nível do MSY serão necessariamente diferentes para as várias espécies, pelo que será necessário encontrar os equilíbrios e compromissos adequados. Uma Política de interdição de rejeições exige um conjunto de medidas para a valorização e o aproveitamento das espécies capturadas e o estabelecimento de circuitos de escoamento de pescado, que não tem condições para ser comercializado. Este tema deve ser debatido com profundidade, apostando numa aproximação gradual e casuística nesta matéria;

- por fim, e no que respeita aos acordos de parceria, a dimensão externa da PCP garantir uma opção satisfatória de acesso a quotas de pesca subexploradas.

Em síntese, a proposta da Comissão é uma oportunidade para reforçar a sustentabilidade económica, social e ambiental da actividade das Pescas em todo o espaço Europeu. Porém, não são propostos mecanismos suficientes que funcionem como amortecedores para o sector, podendo gerar dificuldades acrescidas nas pequenas e médias empresas e no sector da pesca

artesanal. O Parlamento português continuará a acompanhar o desenvolvimento da negociação sobre esta matéria.

- Irlanda (IE): destacou apenas que as decisões tomadas em matéria de MSY e rejeições devem ser assentes numa base científica sólida;
- Bélgica (BE): assinalou que a sustentabilidade poderá ser melhor alcançada através de programas plurianuais, em vez de quotas anuais;
- Parlamento Europeu (PE): a Presidente da Comissão de Pescas do PE começou por anunciar a realização de uma reunião interparlamentar de Comissões, a 28 de Fevereiro de 2012, em Bruxelas. No tocante à proposta, referiu que deve ser assegurado um equilíbrio entre as três vertentes (ambiental, económica e social) e que, no tocante ao MSY, deve ser concedida alguma flexibilidade, pois será difícil conseguir obtê-lo para todas as espécies até 2015;
- Luxemburgo (LU): referiu a importância da informação ao público, designadamente no que diz respeito à rotulagem dos produtos.

Na resposta a todas estas intervenções, a Comissária Damanaki considerou que o maior desafio é adaptar uma Política que, sendo comum, corresponda às especificidades de cada Estado-Membro. Recordando que as Pescas são uma competência exclusiva da UE, notou que é necessária uma abordagem que contemple uma margem de flexibilidade e não imponha um modelo único para todos os casos. Em termos de calendário negocial, afirmou que é necessário agora aguardar pela publicação das restantes propostas pela Comissão, de modo a ter uma visão de conjunto desta reforma. Neste contexto, seria de grande utilidade agendar uma nova ronda de debates e consultas com os Parlamentos nacionais e com o PE durante o primeiro semestre de 2012.

Sobre as questões concretas, reconheceu o desequilíbrio entre os três pilares da política, aspecto que será abordado nas negociações. Referiu ainda que o desmantelamento das frotas não poderá continuar, pois as recomendações do Tribunal de Contas da UE são muito claras a este propósito. Por outro lado, reconheceu a necessidade de medias positivas específicas para os sectores de pesca artesanal em Estados-Membros como PT, IE, CY e Lituânia. Sobre o MSY, concordou que deve ser implementada uma abordagem gradual. Reconhecendo que há falta de dados científicos sólidos e adequados, notou, porém, que os Estados-Membros não deverão reter dados para adiar o MSY. Por fim, e sobre as rejeições, reiterou que esta prática deve ser eliminada, ainda que de forma gradual.

Em seguida, deu por encerrados os trabalhos.

**ANEXO XIV – PROGRAMA DA VISITA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS ÀS
INSTITUIÇÕES EUROPEIAS E À REPER**

***Visita de uma Delegação de Deputados da Comissão de Assuntos Europeus
da Assembleia da República a Bruxelas - 26 e 27 de outubro de 2010***

Composição da Delegação:

- Deputado Alberto Costa (PS), Membro da CAE;
- Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), Membro da CAE;
- Deputado José de Bianchi (PS), Membro da CAE;
- Deputado Pedro Duarte (PSD), Membro da CAE;
- Deputada Vânia Jesus (PSD), Membro da CAE;
- Deputado João de Serpa Oliva (CDS-PP), Membro da CAE;
- Deputada Catarina Martins (BE), Membro da CAE;

Programa

Dia 26 de outubro de 2010

14.30h-15h30: Encontro com o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič, responsável pelas relações interinstitucionais e administração, dedicado ao tema:

- As relações entre a Comissão Europeia e os Parlamentos nacionais

Local: Comissão Europeia, Berlaymont, Rue de la Loi 200, 1049 Bruxelas

Visita guiada à Comissão Europeia

17h-19h: Reunião de trabalho na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia

Local: Av. de Cortenbergh, 12, 1040 Bruxelas

- Alocução de boas-vindas pelo Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia, Embaixador Manuel Lobo Antunes;

- *Briefing* sobre:

- As perspetivas financeiras 2014-2020
- Semestre Europeu: a coordenação integrada da política económica para a UE
- A revisão da Diretiva sobre o tempo de trabalho

- Troca de impressões

20h15: Jantar na Residência Oficial do Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia, Embaixador Manuel Lobo Antunes

Local: Residência oficial, Avenue Albert Bechet, 24, 1950 Kraainem

Dia 27 de outubro de 2010

9h15-10h: Encontro de trabalho com Poul Skytte Christoffersen, Conselheiro Especial da Alta-Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, dedicado ao tema:

O Serviço Europeu de Ação Externa

Local: Conselho da União Europeia, Edifício Justus Lipsius, Rue de la Loi 175, 1048 Bruxelas

10h20-12h30: Encontro de trabalho com os Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu

Local: Parlamento Europeu, Edifício Altiero Spinelli, (Sala ASP5H1), Rue Wiertz, 1047 Bruxelas

13h-15h: Almoço da Delegação com os Chefes de Delegação dos Grupos Parlamentares portugueses representados no PE

Local: Brasserie Van Maerlandt (2 Rue Van Maerlandt)

15h30-16h30: Encontro de trabalho com o Vice-Presidente do PE responsável pelas relações com os Parlamentos nacionais e Presidente do Grupo Diretor do PE para as relações com os PNs (Steering Group), Miguel Angel Martínez Martínez (S&D)

Local: Parlamento Europeu, Edifício Altiero Spinelli (Sala ASP 8F388), Rue Wiertz, 1047 Bruxelas

17h: regresso ao Hotel e partida para o aeroporto

ANEXO XV – EXEMPLOS DE NOTAS INFORMATIVAS DO REPRESENTANTE PERMANENTE PARA A AR

Nota sobre a Reunião do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Olli Rehn, com representantes permanentes (antenas) das administrações dos Parlamentos nacionais

Enquadramento

O Vice-Presidente (VP) da Comissão Europeia responsável pelas questões económicas e monetárias, Olli Rehn, convidou os representantes das administrações dos Parlamentos nacionais (PN) junto da União Europeia (UE) para uma reunião, que teve lugar no dia 14 de dezembro de 2011, à margem da Sessão Plenária do Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo.

O objetivo desta reunião era debater os resultados do Conselho Europeu de 8 e 9 de dezembro, bem como o novo pacote de governação económica apresentado pela Comissão a 23 de novembro²⁸⁷, e outras questões relacionadas com a União Económica e Monetária (UEM).

São de destacar os seguintes aspetos:

1. Possível conferência com os Parlamentos nacionais

O VP informou que a Comissão pretende promover uma reunião para troca de impressões com os PN (em concreto, com os Presidentes das Comissões de Orçamento e Finanças e das Comissões de Assuntos Europeus), no início de 2012, e no quadro do semestre europeu. O formato ainda não está decidido, mas é possível que seja organizado em cooperação com o PE, nos dias 27 e 28 de fevereiro (data a confirmar).

O tema desta reunião será a governação económica (tanto o pacote que entrou em vigor a 13 de dezembro de 2011, como as propostas apresentadas a 23 de novembro, incluindo as obrigações de estabilidade) e o novo compacto fiscal acordado no Conselho Europeu de 8 e 9 de dezembro. A este respeito, sublinhou a importância da soberania dos PN nestes domínios, realçando a sua experiência anterior como Deputado ao Parlamento finlandês e ao PE (Grupo Liberal).

2. O Conselho Europeu de 8 e 9 de dezembro²⁸⁸

Olli Rehn sublinhou os resultados do Conselho são positivos em termos de conteúdo, destacando que 26 Estados-Membros haviam acordado num novo compacto fiscal que será

²⁸⁷

http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/president/news/documents/2011/11/20111123_documents_1_en.htm

²⁸⁸ Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da zona euro disponível em <http://www.consilium.europa.eu/press/press-releases/latest-press-releases/newsroomloaddocument?id=&lang=en&directory=pt/ec/&fileName=126672.pdf> e Conclusões do Conselho em <http://www.consilium.europa.eu/press/press-releases/latest-press-releases/newsroomloaddocument?id=&lang=en&directory=pt/ec/&fileName=126726.pdf>

adotado através de um tratado intergovernamental. Afirmou que a Comissão teria preferido outro método - com o acordo de todos os Estados-Membros -, mas referiu que o objetivo é utilizar o mais possível o método comunitário e, idealmente, incorporar este tratado no acervo comunitário o mais cedo possível.

Sobre o compacto fiscal, destacou 3 elementos:

- a) A referência explícita aos mecanismos contidos no pacote de governação económica em vigor (parágrafo 5 da Declaração);
- b) O escrutínio dos orçamentos nacionais a realizar já no próximo ciclo orçamental, i.e., nos orçamentos para o ano de 2013 (parágrafo 6); este planeamento começará já na primavera, pelo que é fundamental adotar as medidas com celeridade;

As medidas contidas nestes dois parágrafos serão adotadas através de legislação secundária.

- c) A nova regra orçamental, a ser introduzida nos ordenamentos jurídicos nacionais "a nível constitucional ou equivalente", através da qual os Estados-membros se comprometem a que o seu défice estrutural anual não exceda 0,5% do PIB nominal, definindo igualmente um mecanismo de correção automática, ativado em caso de desvio (parágrafo 4 da declaração). Tal será acordado pelos Estados-Membros através de um acordo intergovernamental. Referiu-se ainda ao artigo 126.º do TFUE (procedimento relativo aos défices excessivos), que será reforçado, generalizando o recurso à maioria qualificada invertida²⁸⁹.

3. Impacto do pacote de governação económica nos Parlamentos nacionais e as novas propostas da Comissão Europeia apresentadas a 23 de novembro

O Comissário afirmou que o pacote de governação económica, em vigor desde o dia 13 de dezembro, é o mais profundo e abrangente instrumento de consolidação fiscal aprovado pela UE, e que os PN têm um papel essencial a desempenhar: com efeito, estes devem iniciar o debate com os seus Governos e com as instituições da UE assim que os resultados da Análise Anual de Crescimento forem anunciados.

Por outro lado, informou que foram enviadas cartas a 5 Estados-Membros (Bélgica, Chipre, Malta, Hungria e Polónia) para os informar de que, no quadro da governação económica, estão em risco de não atingir os objetivos orçamentais acordados. Referiu, a este respeito, que ainda que os Estados-Membros em questão tenham adotado medidas, não é claro que estas venham a ser suficientes, pelo que o procedimento continuará em janeiro.

No que diz respeito aos aspetos macroeconómicos, referiu o debate no PE sobre o painel de avaliação para a supervisão dos desequilíbrios macroeconómicos, bem como a resolução deste Parlamento sobre esta matéria²⁹⁰. Este painel será desenvolvido em janeiro e fevereiro, de modo a que possa ser utilizado o mais brevemente possível.

²⁸⁹ Sobre este conceito, cfr <http://www.europarl.europa.eu/sides/getAllAnswers.do?reference=E-2011-006709&language=PT>

²⁹⁰ <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+MOTION+B7-2011-0690+0+DOC+XML+V0//PT>

Sobre as propostas apresentadas pela Comissão Europeia a 23 de novembro²⁹¹, identificou os seus quatro elementos: a Análise Anual de Crescimento para 2012, os dois regulamentos para reforçar a supervisão económica e orçamental na zona euro, e o Livro Verde sobre as obrigações de estabilidade (*eurobonds*). Reforçou também a importância da harmonização dos calendários orçamentais.

Por fim, o VP referiu que o Conselho, através da tomada de decisões, e não apenas a Comissão, tem uma responsabilidade importante no processo de reforma e assinalou que o papel dos PN é um elemento fundamental deste debate.

Dado que os Estados-Membros já tomaram uma decisão sobre o tratado intergovernamental a 26, sobre o compacto fiscal, e sobre o primeiro pacote de governação económica, isto significa que as regras comuns estão em vigor. Como tal, é de esperar que os Estados-Membros implementem aquilo que anunciaram.

Bruno A. Dias Pinheiro
Bruxelas, 17 de dezembro de 2011

NOTA SOBRE O TRATADO QUE CRIA O MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIDADE

1. Enquadramento

Os Chefes de Estado ou de Governo aprovaram, no Conselho Europeu informal de janeiro de 2012, o novo texto do Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). A versão original deste texto foi já assinada em julho de 2011, materializando a alteração do artigo n.º 136.º do TFUE, mas sofreu alterações na sequência das decisões políticas tomadas na Reunião de Chefes de Estado ou de Governo da área do Euro de 21 de julho de 2011 e de 9 de dezembro de 2011. O Tratado será assinado, na primeira semana de fevereiro, apenas pelos membros da moeda única.

Este Tratado institui o MEE como instituição financeira internacional, dotada de personalidade jurídica, orgânica específica e património próprio. Os estatutos são aproximados dos de outras instituições financeiras internacionais e definem a sua orgânica interna e as funções de cada órgão, o capital e suas alterações, as atribuições, modalidades e o processo de concessão de assistência financeira, localização (no Luxemburgo), estatuto, imunidades e privilégios.

291

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/11/1381&format=PDF&aged=0&language=PT&guiLanguage=en>

2. Ponto de Situação

A nova proposta de Tratado para criar o Mecanismo Europeu de Estabilidade visa concretizar juridicamente as decisões políticas negociadas pelo Eurogrupo alargado e aprovadas pelos Chefes de Estado ou de Governo da área do euro em 11 de março e pelo Conselho Europeu de 24/25 de março de 2011. Este *dossier* está ligado à alteração do artigo 136.º do Tratado de Lisboa, que introduziu um novo número 3 permitindo a constituição de um mecanismo permanente de assistência financeira na área do euro que substituirá o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira. O Conselho ECOFIN de 20 de junho chegou a acordo unânime sobre uma proposta de Tratado que cria o MEE, tendo sido assinado uma primeira versão do Tratado a 11 de julho de 2011.

Porém, as decisões tomadas a 21 de julho vieram determinar a necessidade de reabrir o texto do Tratado, no sentido de permitir a sua flexibilização prevendo, nomeadamente, que este passasse a poder atuar com base num programa de precaução, financiar a recapitalização de instituições bancárias e permitir a intervenção do Mecanismo nos mercados secundários.

A Cimeira do Euro de 9 de dezembro adotou ainda outras medidas que exigiram uma revisão do texto do Tratado. Assim, decidiu-se nessa ocasião que seria acelerada a entrada em vigor do MEE (objetivo político de julho de 2012 e logo que o Tratado seja ratificado pelos detentores de 90% dos compromissos de capital); que a participação do setor privado seria alinhada com as regras do FMI, e que seria previsto um procedimento de urgência para a tomada de decisão em que a regra de comum acordo seria substituída por uma maioria qualificada de 85% (calculada proporcionalmente aos compromissos de capital).

Ainda na sequência da Cimeira de 9 de dezembro e das negociações do Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação na União Económica e Monetária (TECG) estabeleceu-se uma articulação entre ambos os Tratados, prevendo-se que a concessão de assistência financeira no quadro de novos programas ao abrigo do MEE fica condicionada, a partir de 1 de março de 2013, à ratificação do TECG pelo membro do MEE em questão e, aquando da caducidade do período de transposição da “regra de ouro” previsto no TECG, ao cumprimento dessa obrigação.

Bruno A. Dias Pinheiro
Bruxelas, 31 de janeiro de 2012

**ANEXO XVI – COMUNICAÇÕES APRESENTADAS PELO CANDIDATO NA ACADEMIA EUROPEIA
DE DIREITO, EM TRIER, E NA LUISS GUIDO CARLI UNIVERSITY, EM ROMA.**



Final Programme

Summer School on Parliamentary Democracy in Europe

“National parliaments, local government and civil society within the EU decision-making processes. The control on the compliance with the principle of subsidiarity”

Wednesday 18 July 2012 – Luiss, Viale Pola, 12 (room 10)

9.00-10.30 Lecture. National Parliaments in the EU decision-making processes

Nicola Lupo (Full Professor of Parliamentary Law and Diretor of the Master Program in “Parliament and Public Policies”, Luiss Guido Carli University)

11.00-13.30 Workshop coordinators

- *Bruno A. Dias Pinheiro (Permanent Representative of the Portuguese Parliament at the European Union)*
- *Luigi Gianniti (Counsellor of the Senate of the Italian Republic, Head of the Secretariat of the Foreign Affairs Committee)*
- *Raffaello Matarazzo (Researcher, Istituto di Affari Internazionali)*
- *Giovanni Rizzoni (Counsellor of the Italian Chamber of Deputies, Head of the Office for Parliamentary Publications and Relations with the Public)*

Students:

- Federico Barbuto: Decision Making Processes in EU: A Comparative Analysis
- Oliver Höing: The German Bundestag after Lisbon and its Potential Influence on EU Affairs
- Melissa-Melody Marcan: The Treaty of Lisbon’s Empowerment of National Parliaments and its Effect on the EU's Democratic Legitimacy
- Kaisa Korhonen: National Democracies Under the Pressure of Fast-Track EU Policy-Making. The Case of the Finnish Parliamentary Government during the Euro Crisis 2010

Objective

This seminar will provide lawyers with a practical analysis of the application of the subsidiary principle and the subsidiarity check.

Key topics

- Practical advice on how to apply subsidiarity from the legal point of view
- How to check whether an EU legislative proposal does or does not comply with the principle of subsidiarity
- How to draft a reasoned opinion on non-compliance with the subsidiarity principle
- How to bring an action on grounds of infringement of the principle of subsidiarity
- Focus on best practices of national parliaments and the EU institutions
- Transposition into national legislation of the concept of an action on the grounds of infringement of the subsidiarity principle

Who should attend?

Lawyers dealing with the subsidiarity check on draft EU legislation; in particular lawyers of national parliaments working on reasoned opinions on non-compliance with the principle of subsidiarity; civil servants of national or EU administrations working on the principle of subsidiarity.

Speakers

Dr Adam Cygan, Senior Lecturer in Law, School of Law, University of Leicester

Bruno A. Dias Pinheiro, Permanent Representative of Portuguese Assembly to the EU, Brussels

Paul Hardy, Counsel for European Legislation, European Scrutiny Committee, House of Commons, London

Loreta Raulinaityte, Senior Advisor to the Secretary General of the Lithuanian Seimas, former Permanent Member of the COSAC Secretariat, Vilnius

Bernhard Schima, Legal Service, European Commission, Brussels

Dr. Hinrich Schröder, Europe Division,
Administration, German Bundestag, Berlin

Doris Spickenreuther, Subsidiarity Monitoring Network, Committee of the Regions, Brussels

Janneke Timmer, Parliamentary committee adviser on European Affairs, Dutch Tweede Kamer der Staten-Generaal, The Hague

Evelyn Waldherr, Legal Service, European Parliament, Brussels

For further information:
Sales & Marketing
Tel.: +49 (0)631 937 37 471
Fax: +49 (0)631 937 37 773
E-mail: spring@era.int
Online registration:
www.era.int/?122819&cn



SUBSIDIARITY CHECK

PRACTICAL APPLICATION OF THE SUBSIDIARITY PRINCIPLE

Triler, 10-11 May 2012
ERA Conference Centre
McLaur Allee 4, Triler, Germany

Organiser:
Karin Røkkle, ERA

Language: English

Event number: 1-2D55



Little or no change in β was observed

44. The number of people in the family is 10.



National Parliaments in the EU decision-making process: subsidiarity and beyond

Summer school on *“Parliamentary democracy in Europe”*
LUISS Guido Carli - School of Government, 18 July 2012

Bruno A. Dias Pinheiro, permanent representative of the Assembleia da República to the EU



Assembleia da República | European Affairs Committee

Preliminary remarks

- **The concept of “national Parliaments”:** 40 parliamentary chambers, with substantial differences among themselves: composition (elected, non-elected, appointed) scope of activity (multi-level players, european players, domestic players, slow adapters) scrutiny systems (document based, procedure-based, hybrid) and access to information (see Chapter 1 of the [COSAC 17th Biannual report](#));

- **Multi-level system of parliamentary scrutiny:**

- rules of procedure of each Chamber, the national laws and constitutional provisions on EU affairs;
- political dialogue with the European Commission (2006);
- general provisions of the Treaty of Lisbon (Article 12, 48 and 49 TEU and articles 69 to 71, 81, 85, 88 and 352 TFEU) and Protocols 1 and 2 of the Treaty of Lisbon.

Philip Kiiver (2006): *“(...) a misleading impression of homogeneity (amongst national Parliaments) should be avoided(...) Rooted in their own countries’ history and culture, the differences between the bodies conventionally covered by the term ‘national Parliaments’ are considerable”.*




Preliminary remarks

- European Council, Dublin, 28 April 1990 (annex 1): *“a larger implication of national Parliaments in the democratic process of the Union, namely in those domains where new competences are to be transferred to the Union”* was regarded as one of the measures to enhance the democratic legitimacy;
- The Treaty of Lisbon is a milestone in the visibility of the role of national Parliaments at EU level. However, national Parliaments already existed before the Treaty of Lisbon and its adaptation process (*europeanization*) to EU integration had started way before 1 December 2009;
- Philip Norton (2003): *“(national Parliaments) have the potential to change things. It is up to them whether they do so”*.



Slide 4




REASONED OPINIONS SENT BY NATIONAL PARLIAMENTS IN 2011 (Protocol 2 – Treaty of Lisbon)

Chamber/Parliament (Member State)	Number of reasoned opinions
Riksdagen (SE)	10
Chambre des Députés (LU)	7
Sejm (PL)	5
Senat (PL)	4
Tweede Kamer and Eerste Kamer (NL)	3
House of Commons (UK)	3
Senato della Repubblica (IT)	3
Narodno Sabranie (BG)	2
Camera dei Deputati (IT)	2
Kamra tad-Deputati (MT)	2
Senatul (RO)	2
Narodna Rada (SK)	2
Folketinget (DK)	2
Congreso y Senado (ES)	2
Assembleia da República (PT), Bundesrat (AT), Chambre et Sénat (BE), Vouli ton Antiprosopon (CY), Eduskunta (FI), Assemblée nationale et Sénat (FR), Bundestag and Bundesrat (DE), Oireachtas (IE), Tweede Kamer (NL), House of Lords (UK)	1 (each)
Total	64

Source: European Commission (provisional data) and network of national Parliament's representatives to the EU

Assembleia da República | European Affairs Committee


Slide 5




OPINIONS SENT BY NATIONAL PARLIAMENTS TO THE EUROPEAN COMMISSION (political dialogue)

Chamber/Parliament (Member State)	Number of opinions
Assembleia da República (PT)	184
Senato della Repubblica (IT)	76
Senat (CZ)	46
Riksdagen (SE)	42
Camera Deputatilor (RO)	40
Bundesrat (DE)	32
Senatul (RO)	31
Camera dei Deputati (IT)	28
Narodno Sabrania (BG)	19
House of Lords (UK)	16
Folketinget (DK)	14
Chambre des Députés (LU)	14
House of Commons (UK)	8
Nationalrat (AT)	7
Bundestag (DE), Eerste Kamer (NL), Sejm (PL)	6 (each)
(...)	
Total	620

Source: European Commission (provisional data) and network of national Parliament's representatives to the EU




Assembleia da República | European Affairs Committee




Some concrete examples on the practical application of the subsidiarity principle: the “almost yellow cards”

- [COM/2011/121](#) - *Proposal for a Council Directive on a Common Consolidated Corporate Tax Base (CCCTB):*
 - a total of **13 votes** was cast: BG, MT, NL Tweede Kamer, PL Sejm, RO Camera Deputatilor, SK, IE Dail Eireann, SE, UK House of Commons. [Unanimity](#) required in the Council.
- [COM/2011/560](#) - *Proposal for a Regulation of the EP and the Council amending Regulation (EC) No 562/2006 in order to provide for common rules on the temporary reintroduction of border control at internal borders in exceptional circumstances (Schengen)*
 - A total of **10 votes** was cast: PT, FR (Assemblée nationale), SK, SE, NL (both chambers), RO (Senatul). Decision to be taken under the [ordinary legislative procedure](#) (ex-codecision)



Assembleia da República | European Affairs Committee



The first “yellow card” under the Treaty of Lisbon provisions: the Monti II regulation


- [COM/2012/1230](#) - PROPOSAL FOR A COUNCIL REGULATION ON THE EXERCISE OF RIGHT TO TAKE COLLECTIVE ACTION WITHIN THE CONTEXT OF THE FREEDOM OF ESTABLISHMENT AND THE FREEDOM TO PROVIDE SERVICES

-a total of **19 votes** was cast: DK, SE, FI, LV, PT, LU, MT, PL (*Sejm*), FR (*Sénat*), BE (*Chambre*), UK (*Commons*), NL (*Tweede Kamer*);


-[Unanimity](#) required in the Council. Legal basis: article 352 TFEU (flexibility clause);

- The threshold of 1/3 of the votes was reached: the European Commission can maintain, amend or withdraw the proposal. The Treaty does not foresee any deadline – only that the decision of the Commission has to be justified.

-The Commission will publish a Communication (probably in September) with its decision and reasoning.




Assembleia da República | European Affairs Committee



The first “yellow card” under the Treaty of Lisbon provisions: the Monti II regulation (cont.)

▪ *LESSONS LEARNED AND CHALLENGES AHEAD:*

- **Lesson 1:** the importance of the informal exchange of information within the eight week period, on procedure and on substance (network of permanent representatives in Brussels);
- **Lesson 2:** the importance of the exchange of best practice amongst NPs and the political will to engage in EU affairs (e.g. political group meetings between MEP and MPs);
- **The challenge:** how will NPs (especially those who issued ROs) follow-up on the evolution of the negotiation process (EPSCO Council, EP)...



Assembleia da República | European Affairs Committee



Assessing parliamentary influence in practice

K. Auel (2007) "‘parliamentary influence’ in EU affairs refers to the ability of parliament to induce the government to change its negotiation position in a way it would not have done without parliamentary interference”;

- Subsidiarity is an important part of the work to be carried by national Parliaments. However, the **scope of influence of national Parliaments goes far beyond the eight-week period** foreseen in Protocol 2 of Lisbon.



Parliamentary influence can be assessed in terms of accountability, which encompasses:

“a) *monitoring scrutiny*, i.e. the demand for information on the agent’s actions and their context to reduce information asymmetries, is of particular importance in European policy making, as national parliaments (...) are not directly involved in decision making at the European level;

b) *Political scrutiny* (...) involves the second stage of assessment of and political judgement on the appropriateness of the government’s decision and the respective outcome of European negotiations and, thus, ‘whether they exercised [their] powers in ways that the political bodies to whom they are accountable—such as parliament or the electorate—can endorse’”

- K. Auel, (2007), *Democratic Accountability and National Parliaments: Redefining the Impact of Parliamentary Scrutiny in EU Affairs*, European Law Journal, Vol. 13, No. 4, July 2007, pp. 487–504





Final remarks: some proposals for further reflection

- Effective scrutiny requires **information, planning** and an **overall strategy**: how to increase the exchange of best practice and the deepen the scope of interparliamentary cooperation to the benefit of enhancing the role of national Parliaments in the EU policy and decision making processes?
- Will the first yellow card **raise the profile of NPs** in this process vis-à-vis the European institutions?
- **Political dialogue with the Commission** (Barroso initiative): important for the ownership that (several) NPs developed towards EU affairs through a direct channel of communication with the Commission – but how can the the **actual influence** in the policy making process be assessed?
- (Kaukaoja) How to **make EU affairs more “attractive” to national Parliaments**? I.e., how to give **political visibility** to the work carried by MPs in this field?
- How can national Parliaments respond, react and adapt to the pace of **institutional developments** in the EU (e.g. the enhanced role of the European Council, the importance of the Eurogroup or ECOFIN)?



ANEXO XVII - LISTA DE ABREVIATURAS

- Comissões Parlamentares da AR (XII Legislatura)

CACGLG – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

CNECP – Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

CDN – Comissão de Defesa Nacional

CAE – Comissão de Assuntos Europeus

COFAP – Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

CEOP – Comissão de Economia e Obras Públicas

CAM – Comissão de Agricultura e Mar

CECC – Comissão de Educação, Ciência e Cultura

CS – Comissão de Saúde

CSST – Comissão de Segurança Social e Trabalho

CAOTPL – Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

CECC – Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

- Comissões Parlamentares do PE (2009-2014)

AFET - Assuntos Externos

DEVE – Desenvolvimento

INTA – Comércio Internacional

BUDG – Orçamentos

CONT - Controlo orçamental

ECON – Assuntos Económicos e Monetários

EMPL - Emprego e Assuntos Sociais

ENVI – Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

ITRE – Indústria, Investigação e Energia

IMCO - Mercado interno e proteção dos consumidores

TRAN – transportes e turismo

REGI – desenvolvimento regional

PECH – Pescas

CULT – Cultura e educação

JURI – Assuntos Jurídicos

AFCO – Assuntos Constitucionais

LIBE – Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

FEMM – Direitos da mulher e Igualdade dos Géneros

PETI – Petições

- Outras abreviaturas:

AR - Assembleia da República

Antena - representante permanente do Parlamento junto da União Europeia

PE - Parlamento Europeu

PN - Parlamentos nacionais

UE - União Europeia

PESC/PCSD - Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa